

EXAME DE CONHECIMENTO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA NAS ÁREAS DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
EDITAL DE ABERTURA - RETIFICADO

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com as Resoluções-COFFITO no 377 e 378/2010, **TORNA PÚBLICA** a realização do **EXAME DE CONHECIMENTO para a concessão de registro do Título de Especialista nas áreas de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional.**

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O certame a que se refere o presente Edital será executado na modalidade online, pela Ethos Concursos Públicos página eletrônica www.ethosconcursos.com.br. O Exame de Conhecimento destina-se à concessão e ao registro do Título de Especialista.
- 1.2 A seleção para as especialidades de que trata este Edital compreenderá exame para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de provas objetiva, discursiva e de títulos, de caráter eliminatório e classificatório.
- 1.3 O Título de Especialista é um certificado de qualificação profissional e será expedido pela Associação conveniada e/ou COFFITO, e homologado por este.
- 1.3.1 A especialidade é uma área particular do conhecimento, exercida pelo profissional qualificado a executar procedimentos de maior complexidade, para atender demanda específica das necessidades sociais.
- 1.4 Após homologação do resultado final, o(a) profissional aprovado(a) deverá solicitar o certificado junto à Associação e/ou COFFITO.
- 1.5 O conteúdo programático das provas objetiva e discursiva encontra-se no Anexo I deste Edital.
- 1.6 **Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas e horários de realização da prova. O(A) profissional deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações na página eletrônica: www.ethosconcursos.com.br.**

2. DA ESPECIALIDADE

- 2.1 O código da especialidade, os requisitos mínimos exigidos e o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

TABELA 2.1

CÓDIGO DA ESPECIALIDADE	ESPECIALIDADE	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS	TAXA DE INSCRIÇÃO
01	Fisioterapia Aquática	O(A) profissional deverá ser Fisioterapeuta/Terapeuta Ocupacional, inscrito(a), com o registro ativo por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, em Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, contados até a data de realização da prova, e estar em pleno gozo dos seus direitos.	R\$ 50,00
02	Fisioterapia Cardiovascular		
03	Fisioterapia Dermatofuncional		
04	Fisioterapia do Trabalho		
05	Fisioterapia em Gerontologia		
06	Fisioterapia Em Osteopatia		
07	Fisioterapia Em Quiropraxia		
08	Fisioterapia Em Terapia Intensiva Neonatologia e Pediatria		
09	Fisioterapia Em Terapia Intensiva No Adulto		
10	Fisioterapia Esportiva		
11	Fisioterapia Na Saúde Da Mulher		
12	Fisioterapia Neurofuncional na Criança e no Adolescente		
13	Fisioterapia Neurofuncional no Adulto e no Idoso		

14	Fisioterapia Oncológica
15	Fisioterapia Respiratória
16	Fisioterapia Traumato-Ortopédica
17	Terapia Ocupacional nos Contextos Escolares
18	Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais
19	Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares
20	Terapia Ocupacional em Gerontologia
21	Terapia Ocupacional em Saúde da Família
22	Terapia Ocupacional em Saúde Mental

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 A inscrição no certame implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo(a) profissional das condições estabelecidas neste Edital.
- 3.2 As inscrições para o processo do COFFITO serão realizadas **somente via internet**.
- 3.3 O período para a realização das inscrições será a partir das **10h00min do dia 11/10/2021 às 13h59min do dia 08/11/2021**, observado horário oficial de Brasília/DF, através do endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br.
- 3.4 Após declarar ciência e aceitação das disposições contidas neste Edital, o(a) candidato(a) interessado(a) em inscrever-se para o presente processo deverá:
- a)** preencher o **Formulário de Solicitação de Inscrição** declarando estar ciente das condições exigidas e submeter-se às normas expressas neste Edital;
- b)** imprimir o boleto bancário gerado e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado na Tabela 2.1 até a data estabelecida no subitem 3.7 deste Edital.
- 3.5 O(A) candidato(a) terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Ethos Concursos Públicos através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
- 3.6 É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
- 3.7 O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, preferencialmente nas Casas Lotéricas, até a data de seu vencimento. **Caso o(a) candidato(a) não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o(a) mesmo(a) deverá acessar o endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia 08 de novembro de 2021. As inscrições realizadas com pagamento após essa data não serão acatadas.**
- 3.7.1 É de responsabilidade do(a) candidato(a) que acesse o link citado no subitem 3.7, e efetue a geração do boleto bancário com a antecedência necessária para atender ao limite de horário de compensação do banco que o(a) candidato(a) irá se utilizar para efetuar o pagamento, para que seja possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo registrado na guia de pagamento.
- 3.7.2 A Ethos Concursos Públicos, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 3.7 deste edital. **O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, a não ser por anulação plena deste processo.**
- 3.8 Não será aceito, em hipótese alguma, pedido de transferência do valor pago a título da inscrição a terceiros.
- 3.9 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição determinará o cancelamento desta e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 3.10 Não serão aceitas inscrições efetuadas por fax, por via postal ou pelos Correios, bem como as pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas em depósito ou transferência bancária e, tampouco, as de programação de pagamento.
- 3.11 A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificadas em qualquer etapa do presente certame, implicará eliminação automática do(a) profissional, sem prejuízo das cominações legais. Caso a irregularidade seja constatada após a homologação do resultado final, o(a) profissional não obterá o Título de Especialista.

3.12 Quanto ao indeferimento da solicitação de inscrição, caberá interposição de recurso, protocolado em formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br, **no período das 0h00min do dia 11/11/2021 até às 23h59min do dia 12/11/2021**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 4.1 Os (As) candidatos(as) com deficiência ou não deverão selecionar, no momento da inscrição, condição especial para realização da prova e comprovar através de envio do laudo médico a condição que necessitar. Em casos de deficiência visual total, o(a) candidato(a) deverá ter o suporte do(a) responsável direto para leitura da prova.
- 4.2 O laudo médico deverá: estar redigido em letra legível, com citação do nome por extenso do(a) candidato(a), com carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do(a) médico(a) responsável por sua emissão; dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência do(a) candidato(a), com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição. O(a) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.
- 4.3 O laudo médico deverá ser enviado, no período das **10h00min do dia 11/10/2021 às 23h59min do dia 08/11/2021**, observado o horário oficial de Brasília/DF, por meio do link **Envio de Laudo Médico** (condição especial para prova), disponível no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br em arquivos salvos nos formatos PNG, JPG, JPEG ou PDF.
- 4.4 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas poderá solicitar esse atendimento indicando, claramente, no Formulário de inscrição via internet, a opção Amamentando, e deverá enviar cópia da certidão de nascimento do lactente, conforme subitem 4.3.
- 4.5 Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização das provas.
- 4.6 O envio de uma destas solicitações não garante ao profissional o atendimento especial. O pedido será deferido ou indeferido pela Ethos Concursos Públicos, após criteriosa análise da solicitação.
- 4.7 A solicitação de atendimento especial será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.8 O deferimento das solicitações especiais estará disponível no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br a partir da data provável de **10/11/2021**.

5. DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 O edital de deferimento das inscrições será divulgado na página eletrônica www.ethosconcursos.com.br na data provável de **10/11/2021**.
- 5.2 Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 12 deste Edital.
- 5.3 No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos(as) candidatos(as) e dos(as) candidatos(as) solicitantes de condições especiais para a realização das provas objetiva e discursiva.
- 5.4 A Ethos Concursos Públicos, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do certame, que decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado por meio de edital disponibilizado na página eletrônica www.ethosconcursos.com.br.

6. DAS FASES DO PROCESSO

- 6.1 O Processo constará das seguintes provas e fases:

TABELA 6.1

ESPECIALIDADES	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	NOTA MÁXIMA (PONTOS)	PESO	NOTA FINAL	CARÁTER
FISIOTERAPIA TERAPIA OCUPACIONAL	1ª	Objetiva	Conhecimentos Específicos	40	1	40	--	40	Eliminatório e Classificatório
		Discursiva		2	15	30	--	30	

2ª	Títulos	De acordo com a Tabela do Anexo II	-----	-----	10	3	30	
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			-----	-----	-----	----	100	-----

7. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 7.1 As Provas Objetiva e Discursiva serão aplicadas de forma **ONLINE** e ocorrerão na data provável de **21 de novembro de 2021, no período das 14h às 18h, observado horário oficial de Brasília/DF.**
- 7.2 O horário de início das provas será o mesmo para todos os(as) candidatos(as).
- 7.3 Será disponibilizado no Portal do Candidato 72h (setenta e duas horas) antes do início das provas, link para a realização de acesso teste da plataforma pelos(as) candidatos(as). É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), acessar o link para o cadastramento de senha de acesso, baixa e instalação do software SEB (Safe Exam Browser), conforme instruções enviadas através do e-mail cadastrado no momento da inscrição e para que o(a) candidato(a) realize a ambientação e testes necessários anteriormente a efetiva realização das Provas.
- 7.4 É muito importante que neste momento o(a) candidato(a) teste os dispositivos necessários para a realização das Provas, tais como Webcam e Microfone.
- 7.5 Serão disponibilizadas 2 (duas) questões testes para que o(a) candidato(a) realize a simulação de respostas das mesmas.
- 7.6 O acesso às questões do Processo Seletivo, só será liberado no momento da prova.
- 7.7 No dia de realização das provas, o(a) candidato(a) deverá acessar o sistema de avaliação com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário estipulado para início das provas.
- 7.8 O(A) candidato(a) deverá realizar as provas em computador pessoal por meio do ambiente virtual de avaliação e enviá-las para avaliação, mediante orientações e comandos no próprio sistema de provas disponibilizado.
- 7.9 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a garantia da conectividade com a internet durante todo o período de realização da prova.
- 7.10 O(A) inscrito(a) deverá certificar-se antecipadamente quanto as especificações de hardware, software e equipamentos necessários à realização da prova online:
- a) computador ou Notebook;
 - b) ser Administrador(a) da máquina em função da necessidade de instalação de browser seguro e/ou plug-in;
 - c) sistema operacional Windows 7, 8, 8.1 e 10;
 - d) no mínimo 500Mb de memória RAM livre;
 - e) conexão de internet de 10 MBps no mínimo;
 - f) utilizar o navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox;
 - g) teclado Português (Brasil ABNT ou ABNT 2);
 - h) webcam; e
 - i) microfone.
- 7.11 O sistema de prova online não é compatível com dispositivos móveis (celulares e tablets) e não é compatível com computadores MAC e Sistema Operacional Linux.
- 7.12 É de responsabilidade do(a) candidato(a) providenciar o equipamento mínimo exigido e a conexão necessária para a realização das provas.
- 7.13 A Coordenação da Ethos Concursos Públicos usará programa de proctoring com Safe Exam Browser, estabelecendo navegação em tela cheia durante a aplicação das provas, não permitindo prints ou gravação de tela, cópias, colas e minimização ou troca de tela.
- 7.14 Softwares como antivírus e firewall, que impeçam o acesso exclusivo do navegador seguro ao computador deverão ser desativados no período de realização das provas, a fim de evitar problemas de compatibilidade entre o navegador seguro e o software do equipamento do inscrito.
- 7.15 O COFFITO e a Ethos Concursos Públicos não se responsabilizam por ausência de requisitos necessários à prestação das provas, falhas técnicas de computadores pessoais, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como de outros fatores de ordem técnica do local onde o candidato fará as provas, que impossibilitem a realização e/ou a finalização ou envio das provas.
- 7.16 A câmera e o microfone devem estar descobertos, podendo captar imagem do(a) candidato(a) inscrito(a) e som ambiente durante a realização da prova. O(A) candidato(a) deverá permitir o acesso a câmera e microfone pelo

- sistema de prova online.
- 7.17 A câmera fará a monitoração do(a) candidato(a) durante a realização das provas, mediante capturas de imagem para banco de imagem de avaliação e reconhecimento facial do(a) candidato(a).
- 7.18 Iniciada a prova, o(a) candidato(a) não poderá, de forma alguma, se ausentar da captação de imagem, sob pena de ser eliminado(a) do processo seletivo.
- 7.19 A prova será finalizada após a submissão dos itens na plataforma, ou ao término do tempo máximo para realização.
- 7.20 Durante a realização das provas online, o(a) candidato(a) deverá estar, obrigatoriamente, sozinho(a) no ambiente de prova e não poderá acessar outras páginas da internet, nem utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação adicional (tais como aparelhos de telefonia celular, tablet etc.).
- 7.21 Não será permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e(ou) similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos, rascunhos ou qualquer outro material de consulta.
- 7.22 Não será permitida, durante a realização das provas, a utilização de aparelho auditivo.
- 7.23 Não será admitido, durante a realização das provas, o uso de boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do(a) candidato(a) ou dificulte o reconhecimento facial. São proibidos também o uso de fones de ouvido e headphones.
- 7.24 A ETHOS Concursos Públicos, por meio da ferramenta própria da Coordenação, contará com fiscalização/monitoramento remoto ao vivo da realização dos exames, podendo o(a) fiscal comunicar-se em tempo real com o(a) candidato(a) em caso de irregularidades. Eventuais irregularidades, mesmo quando verificadas após a realização das provas, por meio do relatório do fiscal e da análise das imagens, sons e gravação de tela de prova do(a) candidato(a) poderão implicar na eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.
- 7.25 Não haverá segunda chamada para a aplicação da prova objetiva e discursiva em hipótese alguma. O(A) candidato(a) que deixar de acessar nos horários determinados no comunicado de convocação, a ser publicado na página de acompanhamento do processo seletivo, endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br, será eliminado(a) do processo.
- 7.26 Tendo em vista as características do exame e considerando as orientações dos órgãos de fiscalização e controle competentes (Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, tribunais de contas, entre outros), a Ethos Concursos Públicos reserva-se o direito de utilizar identificadores de "IP", rastreadores de comportamento de teclado e mouse, ferramentas de identificação facial, entre outras providências necessárias à perfeita realização do exame.
- 7.27 Para efeito de auditoria e aplicação do sistema antifraude de verificação de respostas, as provas poderão ter seu conteúdo comparado umas com as outras e, se necessário, as imagens gravadas da tela do(a) candidato(a) durante a realização das provas serão analisadas.
- 7.28 Terá a sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o(a) candidato(a) que, durante a aplicação das provas:
- a) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos e(ou) ilegais para obter vantagens para si e(ou) para terceiros;
 - b) for surpreendido(a) dando e(ou) recebendo auxílio para a execução das provas;
 - c) utilizar-se de livro, dicionário, notas e(ou) impressos e(ou) que se comunicar com outro(a) candidato(a);
 - d) for surpreendido(a) com qualquer recipiente ou produto com embalagem que não seja feita com material transparente;
 - e) for surpreendido(a) portando máquina fotográfica, telefone celular, relógio de qualquer espécie, gravador, bip, receptor, pager, tablets eletrônicos, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, palmtop, régua de cálculo, máquina de calcular e(ou) equipamento similar;
 - f) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas;
 - g) ausentar-se da frente da câmera, a qualquer tempo;
 - h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - i) descumprir as instruções contidas no sistema de provas;
 - j) descumprir as normas contidas neste edital, no todo ou em parte, e(ou) outros que vierem a ser publicados.
 - k) não atingir a pontuação mínima estabelecida no subitem 8.3 e 8.5.1 deste Edital.
- 7.29 Caso seja necessário, o(a) candidato(a) deverá providenciar que os alimentos a serem consumidos estejam desembalados e (ou) acondicionados em saco de plástico transparente e(ou) porta-objetos de plástico transparente.
- 7.30 Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ilícito, sua prova será anulada e ele(ela) será automaticamente eliminado(a) do Processo Seletivo.
- 7.31 A Prova Objetiva e Discursiva terá a **duração total de 4h (quatro horas)**. Não haverá, por qualquer motivo,

prorrogação do tempo previsto para a realização das provas.

- 7.32 Caso o(a) candidato(a) finalize sua Prova Objetiva e Discursiva antes do término previsto para realização, o(a) mesmo(a) poderá ausentar-se do computador.
- 7.33 As Provas realizadas estarão disponíveis no Portal do Candidato, na mesma data da divulgação dos resultados das provas, ficando disponível para consulta durante o prazo recursal.

8. DAS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- 8.1 Para as especialidades de que trata este Edital, a Prova Objetiva, de caráter eliminatório, será avaliada conforme a Tabela do item 6.
- 8.2 Cada questão da Prova Objetiva terá 05 (cinco) alternativas, sendo apenas 01 (uma) alternativa correta.
- 8.3 O(A) candidato(a) deverá acertar, **pelo menos, 24 (vinte e quatro) questões** na Prova Objetiva para ter a sua Prova Discursiva corrigida, além de não ser eliminado(a) por outros critérios estabelecidos neste Edital.
- 8.4 A Prova Discursiva será composta por 2 (duas) questões de Conhecimentos Específicos, que abordarão situações-problema envolvendo os objetos de avaliação na especialidade.
- 8.4.1 A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:
- a) o atendimento ao tema proposto na questão;
 - b) a clareza de argumentação/senso crítico;
 - c) a seletividade de informação;
 - d) a criatividade/originalidade;
 - e) a utilização adequada da Língua Portuguesa.
- 8.4.2 O(A) candidato(a) terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero), nos seguintes casos:
- a) o não atendimento ao conteúdo avaliado e ao tema proposto;
 - b) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - c) Enviar/entregar em branco;
- 8.5 A correção da Prova Discursiva será realizada por uma Banca Examinadora, a qual avaliará os Conhecimentos Específicos e a adequada utilização da Língua Portuguesa, sendo que cada questão terá o valor máximo de 15 (quinze) pontos.
- 8.5.1 O(A) candidato(a) deverá obter **nota igual ou superior a 15 (quinze)** na Prova Discursiva para ser considerado(a) aprovado(a).
- 8.6 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução das questões, acarretará descontos na pontuação atribuída ao examinando(a) nesta fase.

9. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

- 9.1 O **gabarito preliminar e a relação de questões da Prova Objetiva** serão divulgados 1 (um) dia após a aplicação da Prova Objetiva, no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br.
- 9.2 Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgados, caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 12 deste Edital.

10. DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

- 10.1 Somente serão avaliados os títulos dos(as) candidatos(as) considerados(as) aprovados(as) nas provas objetiva e discursiva.
- 10.1.1 A tabela de pontuação de títulos consta no Anexo II.
- 10.2 **O período para que os títulos sejam enviados será divulgado no Edital de convocação próprio**, disponível na página eletrônica da Ethos Concursos Públicos www.ethosconcursos.com.br, **SENDO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(A) CANDIDATO(A) ACOMPANHAR A PUBLICAÇÃO.**
- 10.3 **Os (As) candidatos(as) habilitados(as) e convocados(as) para participar da Prova de Títulos deverão:**
- a) enviar os documentos comprobatórios conforme instruções:
 - a.1) os documentos comprobatórios de Títulos, deverão ser enviados, por meio do link Envio dos documentos comprobatórios de Títulos, a ser disponibilizado no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br, em arquivo salvo no formato PNG, JPG, JPEG ou PDF, com o tamanho máximo total de 20MB;

- 10.4 O(A) candidato(a), ao optar pelo envio de arquivo em PDF, deve atentar-se para que o mesmo não esteja protegido por senha, sendo este motivo passível de indeferimento da solicitação.
- 10.5 **Poderão participar da Prova de Títulos os(as) candidatos(as) que possuírem os títulos descritos na tabela contida no Anexo II deste Edital. Os documentos deverão ser apresentados por meio digital. Os documentos enviados terão sua validade analisada pela banca examinadora.**
- 10.6 A Prova de Títulos será avaliada na escala de **0 (zero) a 10 (dez) pontos**, de acordo com a tabela contida no Anexo II deste Edital.
- 10.7 Os certificados e/ou declarações de conclusão de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) **deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar**, conforme Resolução-CNE nº 1, de 3 de abril de 2001, alterada pela Resolução-CNE nº 1, de 8 de junho de 2007.
- 10.8 **Os documentos pertinentes à Prova de Títulos deverão ser organizados na ordem constante na tabela específica do Anexo II.**
- 10.9 Não serão avaliados os documentos:
- a) entregues após o período, ou de forma diferente do estabelecido neste Edital;
 - b) que não preencherem devidamente os requisitos exigidos para sua comprovação;
 - c) cuja digitalização esteja ilegível;
 - d) sem data de expedição;
 - e) sem tradução juramentada, se expedido fora do país;
 - f) obtidos antes da graduação.**
- 10.9.1 Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.
- 10.9.2 Na avaliação dos documentos, os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecidos na tabela contida no Anexo II deste Edital não serão considerados.
- 10.9.3 Cada título será considerado uma única vez e para uma única situação. Dessa forma, o documento será avaliado para atender a um critério.
- 10.9.4 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na tabela contida no Anexo II deste Edital.
- 10.9.5 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o(a) profissional terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.
- 10.9.6 Os diplomas de conclusão de cursos expedidos por instituições estrangeiras somente serão considerados se devidamente revalidados por instituição competente, na forma da legislação vigente.
- 10.9.7 Os diplomas de pós-graduação em nível de especialização deverão conter a carga horária cursada.
- 10.10 Passado o período de envio de títulos, não será admitido o pedido de inclusão de novos documentos.
- 10.11 **É de exclusiva responsabilidade do(a) profissional o envio dos documentos e a comprovação dos títulos.**
- 10.12 A Prova de Títulos terá peso 3 (três).
- 10.13 **O(A) profissional deverá obter nota igual ou superior a 12 (doze), considerado o peso 3 (três), na Prova de Títulos para ser aprovado(a).**
- 10.14 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao(a) profissional que não entregar os documentos no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.
- 10.15 A listagem dos(as) candidatos aprovados(as) na Prova de Títulos será publicada em edital, por meio da página eletrônica www.ethosconcursos.com.br.

11. DA NOTA FINAL DOS(AS) CANDIDATOS(AS)

- 11.1 A lista dos(as) candidatos(as) aprovados(as) será divulgada por ordem alfabética.
- 11.2 A Nota Final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) para a especialidade será igual à nota obtida na Prova Objetiva, somada à nota da Prova Discursiva, somada à nota da Prova de Títulos, multiplicada pelo peso, de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = NPo + NPd + (NPt \times 3)$$

12. DOS RECURSOS

- 12.1 Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Ethos Concursos Públicos, no prazo de **2 (dois)** dias úteis da publicação das decisões objetos dos recursos, assim entendidos:
- a) contra o indeferimento da inscrição na condição pagamento não confirmado ou condição especial;
 - b) contra as questões da Prova Objetiva e o gabarito preliminar;
 - c) contra o resultado da Prova Objetiva;
 - d) contra o resultado da Prova Discursiva;
 - e) contra o resultado da Prova de Títulos;
 - f) contra a nota final.
- 12.2 É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br sob pena de perda do prazo recursal.
- 12.3 Os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio, através de link disponível no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br.
- 12.4 Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente para o caso da alínea b), o recurso deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.
- 12.5 Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
- 12.6 Admitir-se-á um único recurso por candidato(a) para cada evento referido no subitem 12.1 deste Edital.
- 12.7 Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato(a), relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
- 12.8 Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
- 12.9 Se da análise do recurso, pela Banca Organizadora, resultar anulação de questão(ões) ou alteração de gabarito da Prova Objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.
- 12.10 No caso de anulação de questão(ões) da Prova Objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os(as) candidatos(as), inclusive aos(as) que não tenham interposto recurso.
- 12.11 Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo(a) candidato(a) para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do(a) candidato(a) que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
- 12.12 Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
- 12.13 O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos(as) os(as) candidatos(as).
- 12.14 Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao(a) candidato(a).
- 12.15 Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
- 12.16 Os recursos contra as questões da Prova Objetiva e gabarito preliminar serão analisados e somente serão divulgadas as respostas dos recursos **DEFERIDOS** no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br. Não serão encaminhadas respostas individuais aos(as) candidatos(as).
- 12.16.1 As respostas aos recursos interpostos pelos(as) candidatos(as), contra as demais fases do certame, ficarão disponíveis para consulta individual do(a) candidato(a) no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br da Ethos Concursos Públicos por 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do edital de resultado a que se refere.
- 12.17 A Banca Examinadora da Ethos Concursos Públicos, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

- 13.1 O resultado final do processo, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo COFFITO e publicado na forma de aviso no DOU e, na íntegra, no endereço eletrônico da Ethos Concursos Públicos, em lista por ordem alfabética e por especialidade, na qual constará apenas o nome dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou Aviso Oficial, oportunamente divulgado no endereço eletrônico www.ethosconcursos.com.br.
- 14.2 As convocações para realização das provas e o resultado final serão publicados nos sites do COFFITO e www.ethosconcursos.com.br. É de responsabilidade do(a) profissional acompanhar estas publicações.
- 14.3 Ao efetuar a sua inscrição, o(a) profissional assume o compromisso tácito de aceitar as condições estabelecidas neste Edital e na Legislação pertinente.
- 14.4 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do(a) profissional, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste certame e embora tenha obtido aprovação, levará à sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.
- 14.5 Não será fornecido ao(a) profissional qualquer documento comprobatório de classificação no certame, valendo, para esse fim, a homologação publicada no Diário Oficial da União.
- 14.6 A inobservância, por parte do(a) profissional, de qualquer prazo estabelecido em convocações será considerada, em caráter irreversível, como desistência.
- 14.7 O(A) candidato(a) que necessitar atualizar dados pessoais poderá requerer a alteração através de solicitação assinada pelo(a) próprio(a) candidato(a), por meio do e-mail de atendimento ao(a) candidato(a) candidato@ethosconcursos.com.br, anexando os documentos que comprovem tal alteração, com expressa referência ao Processo, Especialidade e número de Inscrição, até a data de publicação do resultado final do processo. Em caso de dúvida, o(a) candidato(a) poderá entrar em contato com a Ethos Concursos Públicos através do telefone (44) 3046-3080, no Depto de Atendimento ao Candidato, para mais orientações. Após a data de publicação do resultado final do processo, o(a) candidato(a) poderá protocolar o requerimento de alteração de dados junto ao COFFITO.
- 14.8 Os Títulos de Especialista obtidos em razão deste certame serão expedidos pela Associação de Especialidade e/ou COFFITO e homologados por este a partir da publicação do resultado final do Exame de Conhecimento, em conformidade com o disposto na Resoluções-COFFITO no 377 e 378/2010.
- 14.9 As disposições referentes ao procedimento de registro e emissão da Certificação de Especialista serão disponibilizadas no Edital de Homologação do Resultado Final do Exame.
- 14.10 A habilitação no certame gera, para o(a) profissional, a expectativa de direito à titulação. O COFFITO reserva-se ao direito de proceder à análise da documentação apresentada pelos(as) profissionais e, caso seja constatado o não cumprimento de quaisquer dos requisitos exigidos neste Edital, o(a) profissional perderá o direito à concessão e registro do Título de Especialista.
- 14.11 O COFFITO e a Ethos Concursos Públicos não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao(a) candidato(a) decorrentes de:
- a) endereço não atualizado;
 - b) endereço de difícil acesso;
 - c) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do(a) candidato(a);
 - d) correspondência recebida por terceiros.
- 14.12 Caberá ao COFFITO a homologação dos resultados finais do Certame Público.
- 14.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo COFFITO, ouvida a Comissão Especial do certame.
- 14.14 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília/DF, 11 de outubro de 2021.

Roberto Mattar Cepeda

Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Fisioterapia Aquática**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Fisioterapia Aquática e Hidroterapia;
2. Propriedades físicas da imersão;
3. Métodos de medição em ambiente aquático;
4. Dinamometria em ambiente aquático;
5. Eletromiografia em ambiente aquático;
6. Efeitos fisiológicos e terapêuticos do repouso e do exercício em ambiente aquático;
7. Primeiros socorros em ambiente aquático;
8. Avaliação fisioterapêutica aquática;
9. Dispositivos e equipamentos para intervenção fisioterapêutica em ambiente aquático;
10. Instalações, segurança e prevenção no ambiente aquático;
11. Métodos e técnicas em Fisioterapia Aquática;
12. Fisioterapia Aquática nas afecções ortopédicas e traumatológicas;
13. Fisioterapia Aquática nas afecções neurológicas;
14. Fisioterapia Aquática em Pediatria;
15. Fisioterapia Aquática em afecções crônico-degenerativas;
16. Fisioterapia Aquática na gestação;
17. Fisioterapia Aquática nas afecções cardiorrespiratórias;
18. Termalismo Social;
19. Crenoterapia;
20. Humanização;
21. Ética;
22. Bioética;
23. Resolução-COFFITO nº 443/2014.

REFERÊNCIAS

- BATES, A. e HANSON, N. Exercícios Aquáticos Terapêuticos. São Paulo: Editora Manole, 1998.
- BECKER, B. & COLE, A. Terapia Aquática Moderna. São Paulo: Editora Manole, 2000.
- CAMPION, Margaret Reid. Hidroterapia: princípios e práticas. São Paulo: Editora Manole, 2000.
- COHEN, M.; PARREIRA, P.; BARATELLA, T. Fisioterapia Aquática. Barueri, SP: Manole, 2011.
- SILVA, J. B; BRANCO, F. R. Fisioterapia Aquática Funcional. São Paulo: Artes Médicas, 2011.
- KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 5ª ed. Barueri: Manole, 2009.
- KUORI, Joanne M. Programa de Fisioterapia Aquática: Um Guia para Reabilitação Ortopédica. São Paulo: Editora Manole, 2000.
- PRENTICE, W. Modalidades Terapêuticas para Fisioterapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RUOTI, R.; MORRIS, C. e COLE, A. Reabilitação Aquática. São Paulo: Editora Manole, 2000.

Fisioterapia Cardiovascular**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Bases metodológicas do teste de esforço;
2. Fisiologia do exercício;
3. Teste cardiopulmonar de exercício em condições patológicas;
4. Testes de campo: TCGM, shuttle e teste do degrau;
5. Métodos de avaliação funcional;
6. Treinamento aeróbio no cardiopata crônico;

7. Treinamento resistido e intervalado no contexto da reabilitação cardíaca;
8. Reabilitação cardíaca no pré e pós-operatório de cirurgias cardíacas e de grande porte;
9. Mecanismos sistêmicos de alteração de capacidade funcional em cardiopatas;
10. Fisioterapia Cardiovascular aplicada ao cardiopata com DAC, IAM, ICC e HAS;
11. Fisiologia cardiovascular;
12. Fisioterapia nas doenças cardiovasculares;
13. Farmacologia;
14. Eletrofisiologia cardíaca;
15. Fisioterapia na síndrome metabólica.

REFERÊNCIAS

ACSM - American College of Sports Medicine. Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ALVES VLS, GUIZILINI S, UMEDA IIK. Fisioterapia em Cardiologia: aspectos práticos. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

CARVALHO T, MILANI M, FERRAZ AS, SILVEIRA AD, HERDY AH, HOSSRI CAC, et al. Diretriz Brasileira de Reabilitação Cardiovascular – 2020. Arq Bras Cardiol. 2020;114(5):943.

CONTE MS et al. Society for Vascular Surgery practice guidelines for atherosclerotic occlusive disease of the lower extremities: management of asymptomatic disease and claudication. J Vasc Surg 2015. 61:2S-41S.

GLOVICZKI P et al. The care of patients with varicose veins and associated chronic venous diseases: Clinical practice guidelines of the Society for Vascular Surgery and the American Venous Forum. J Vasc Surg 2011. 53:2S-48S.

GLOVICZKI P et al. The care of patients with varicose veins and associated chronic venous diseases: Clinical practice guidelines of the Society for Vascular Surgery and the American Venous Forum. J Vasc Surg 2011. 53:2S-48S.

HERDY AH et al. South American Guidelines for Cardiovascular Disease Prevention and Rehabilitation. Arq. Bras. Cardiol. 2014; 103(2), supl. 1: 1-31. <http://dx.doi.org/10.5935/abc.2014S003>.

KRAEMER WJ, FLECK SJ, DESCHENES MR. Fisiologia do Exercício: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

MACEDO RM. Fisioterapia Cardiorrespiratória: um novo conceito de tratamento para a fase intra-hospitalar. Curitiba: Juruá, 2012.

MARTINS JA, KARSTEN M, DAL CORSO S. PROFISIO: Programa de Atualização em Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória. Porto Alegre: Artmed Panamericana.

NEGRÃO CE, Barreto ACP. Cardiologia do Exercício: do Atleta ao Cardiopata. 4ª ed. Barueri: Manole, 2019.

ROBERT M Barker-Davies, Oliver O'Sullivan, Pumi Prathima Senaratne, Polly Baker, Mark Cranley, Shreshth Dharm-Datta, et al. The Stanford Hall consensus statement for post-COVID-19 rehabilitation. Br J Sports Med 2020; 54:949–959. doi:10.1136/bjsports-2020-102596.

WASSERMAN K et al. Principles of Exercise Testing and Interpretation: Including Pathophysiology and Clinical Application. 5ª ed. Lippicott Williams & Wilkins.

WRITING COMMITTEE MEMBERS, Randal J. Thomas, Gary Balady, Gaurav Banka, Theresa M. Beckie, Jensen Chiu, Sana Gokak, P. Michael Ho, Steven J. Keteyian, Marjorie King, Karen Lui, Quinn Pack, Bonnie K. Sanderson, Tracy Y. Wang. ACC/AHA Clinical Performance and Quality Measures for Cardiac Rehabilitation. Journal of the American College of Cardiology Mar 2018, 24587; DOI: 10.1016/j.jacc.2018.01.004.

Fisioterapia Dermatofuncional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia e fisiologia dos sistemas tegumentar, circulatório, linfático e endócrino-metabólico;
2. Fisiopatologia e semiologia aplicada aos sistemas tegumentar, circulatório, linfático e endócrino-metabólico;
3. Recursos terapêuticos manuais, Cinesioterapia, parâmetros e indicações de Eletroterapia, Termoterapia e Fototerapia;
4. Cosmetologia: princípios ativos utilizados no pré e pós-cirurgias plásticas;
5. Uso de peeling químico e físico em melasma e hiperpigmentações;
6. Clínica, avaliação e intervenção fisioterapêutica em hanseníase, queimaduras, pré e pós-operatório de cirurgias plásticas, pré e pós-operatório de cirurgias bariátricas;
7. Clínica, avaliação e intervenção fisioterapêutica em disfunções vasculares periféricas de origem arterial, venosa, linfática, feridas e úlceras;
8. Clínica, avaliação e intervenção fisioterapêutica em disfunções estéticas;
9. Taping como recurso terapêutico em Fisioterapia Dermatofuncional;
10. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia e normatização das técnicas e recursos próprios da Fisioterapia Dermatofuncional;
11. Farmacologia e principais fármacos sob prescrição fisioterapêutica dermatofuncional, suas indicações e contraindicações;
12. Avaliação do sistema tegumentar, diagnóstico fisioterapêutico dermatofuncional com uso da CIF;
13. Solicitação e interpretação de exames complementares em Fisioterapia Dermatofuncional.

REFERÊNCIAS

- PEGORARE, ABGS. Manual de condutas e práticas em fisioterapia dermatofuncional [recurso eletrônico]: atuação no pré e pós-operatório de cirurgias plásticas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3831>.
- LEMOS, Thiago Vilela; SANTOS, Gustavo Portella dos. Raciocínio Clínico em bandagens terapêuticas. São Paulo: Andreolli, 2018. 480p. ISBN: 978-85-60416-69-1.
- STEINER, Denise. Envelhecimento cutâneo. Rio de Janeiro: AC Farmacêutica, 2014. ISBN 9788581142609.
- MÉLEGA, José Marcos. Cirurgia plástica os princípios e a atualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Recurso online ISBN 978-85-277-2073-1.
- ISBI Practice Guidelines for Burn Care. ISBI Practice Guidelines Committee; Steering Subcommittee. Advisory Subcommittee. ISBI Practice Guidelines for Burn Care. Burns. 2016 Aug;42(5):953-1021. doi: 10.1016/j.burns.2016.05.013.
- ISBI Practice Guidelines for Burn Care, Part 2. Advisory Subcommittee. ISBI Practice Guidelines for Burn Care. Burns. 2018 Nov; 44(7):1617-1706. doi: 10.1016/j.burns.2018.09.012. Epub 2018 Oct 19.
- AZULAY, Rubem David; AZULAY, David Rubem; AZULAY-ABULAFIA, Luna. Dermatologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- LUPI, Omar; CUNHA, Paulo Roberto da. Rotinas de diagnóstico e tratamento da sociedade brasileira de dermatologia. 2ª ed. Itapevi: AC Farmacêutica, 2012.
- BANDEIRA, F. Endocrinologia: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Mesi, 1998.
- CORRÊA M A. Cosmetologia – Ciência e Técnica. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GUIRRO, Elaine Caldeira de O.; GUIRRO, Rinaldo Roberto de J. Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos, patologias. 3ª ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. xxiv, 560 p. ISBN 9788520412440.
- GUYTON AC, HALL JE. Tratado de Fisiologia Médica. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.
- KITCHEN, S. Eletroterapia prática baseada em evidências. 12ª ed. São Paulo: Ed. Elsevier, 2009, 348p.
- SAMPAIO SAP, RIVITTI E. Dermatologia, 3ª ed. Ed. Artes Médicas.
- THOMAZ JB; BELCZAK CEQ. Tratado de Flebologia e Linfologia. Ed. Rubio, 2006, 910 p.
- BOLGIANI A. et al. Quemaduras: Conductas Clínicas y Quirúrgicas. São Paulo: Atheneu, 2013.

MACIEL E. et al. Tratado de Queimaduras no paciente agudo. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

KEDE, Maria Paulina Villarejo; SABATOVICH, Oleg (Ed.). Dermatologia estética. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2015. 1280 p. ISBN 9788538806158 (enc.).

AVRAM, Marc R. Atlas colorido de dermatologia estética. Porto Alegre: AMGH, 2009. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/lib/bibliotecaudesc/Doc?id=10849735>>.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_prevencao_incapacidades.pdf<http://www.morhan.org.br/views/upload/reabilitacao.pdf>

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_condutas_ulcera_hanseniose.pdfhttp://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseniose.pdf

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/38385525/dou-secao-1-03-07-2012-pg-120>

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Acórdão-COFFITO nº 611, de 1º de abril de 2017. Normatização da utilização e/ou indicação de substâncias de livre prescrição pelo fisioterapeuta. Diário Oficial da União. 2017 Abr 25; ISSN 1677-7042 (seção 1): 82.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução normativa - IN ANVISA nº 86, de 12 de março de 2021. Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição e substitui a IN ANVISA nº 11, de 29 de setembro de 2016. Diário Oficial da União. 2021 Mar 17; 51 (seção 1): 251-61.

ARAÚJO ES. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) em Fisioterapia: uma revisão bibliográfica [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em Português, Buchalla CM, tradutor. 1ª ed., 1ª reimpre. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução-CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>].

JUSTINIANO NA. Interpretação de exames laboratoriais para o fisioterapeuta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2019.

SWAIN J, BUSH KW. Diagnóstico por Imagem para Fisioterapeutas. 1ª ed. Jandira/SP: Cia dos Livros, 2011.

PELLEGRINI S, LIEBANO RE. Fisioterapia no pré e pós-operatório de Cirurgias Plásticas. In: Driusso, P. Avila, MA. LIEBANO RE. Agentes Eletrofísicos na Saúde da Mulher. Rio de Janeiro. Ed. Thieme Revinter, 2021.

JI-WHAN PARK e DAE-IN JUNG. Integumentary Physical Therapy 1st ed. 2016 Edition, Kindle Edition.

KEDE, Maria Paulina Villarejo - SABATOVICH, Oleg. Dermatologia Estética - 3ª Ed. São Paulo. Atheneu, 2015.

TOSTI, Antonella; BEER KENNETH e PADOVA, Maria Pia. Conduta nas Complicações de procedimentos estéticos. Lidando com Problemas comuns e outros mais incomuns. DiLivros. 2015, 1ª Edição. ISBN 978-8580530933.

MATEUS, Andréia e PALERMO, Eliandre. Cosmiatria e Laser. Prática no consultório médico. Ed. AC Farmacêutica, 2012, 1ª Edição. ISBN 978-8581140827.

ELOÁ LUVIZUTO e THALLITA QUEIROZ. Arquitetura Facial. Ed. Napoleão e Quintessence, 2019. ISBN. 9788548000362.

HERPERTZ, Ulrich. Edema e Drenagem Linfática. 4ª ed. Ed. Roca, 2013. ISBN 9788541202077.

MARX, A.G.; FIGUEIRA, P.V.G. Fisioterapia no câncer de mama. Barueri: Manole, 2017. ISBN: 9788520453599.

SILVEIRO, S.P., SATLER, F. Rotinas em Endocrinologia. Artmed, 2015. ISBN 9788582712337.

MATTE, D.L., BRANCO J.H.L. Preabilitação em cirurgias bariátricas: uma proposta de atuação na perspectiva do fisioterapeuta. Revista Movimenta 2018; 11(3):338-348. ISSN:1984-4298.

Fisioterapia do Trabalho

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia do sistema musculoesquelético;
2. História da Fisioterapia do Trabalho, conceitos e definições;
3. Políticas públicas de Saúde;
4. Legislação em Saúde e segurança no trabalho;
5. Resoluções do COFFITO;
6. Doenças ocupacionais e relacionadas ao trabalho;
7. Fisiologia do trabalho;
8. Biomecânica ocupacional;
9. Higiene ocupacional;
10. Aspectos organizacionais do trabalho e da produtividade;
11. Ginástica laboral;
12. Aspectos psicossociais e cognitivos relacionados ao trabalho;
13. Avaliação cinesiológica admissional, periódica e demissional;
14. Ferramentas ergonômicas;
15. Sistemas de gestão em saúde e segurança do trabalho;
16. Reabilitado;
17. Gestão e marketing em Fisioterapia do Trabalho;
18. Ética e Bioética;
19. Ambulatório de Fisioterapia do Trabalho nas empresas;
20. Aspectos físicos e biomecânicos relacionados ao trabalho;
21. Programa de Gestão de Risco (PGR), gestão de risco ocupacional ergonômico, perícia e assistência técnica fisioterapêutica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080; BRASIL, Ministério do Trabalho - Manual de Aplicação da NR-17 Ergonomia.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Manual de Aplicação da NR-1- DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. NBR ABNT 9050/2015 - Acessibilidade.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Normas Regulamentadoras.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24/07/1991 - Cotas.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 06/07/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. BRASIL, Ministério do Trabalho - Classificação Brasileira de Ocupações - 2236-60.
- CHAFFIN e ANDERSON. Biomecânica Ocupacional. Ed. Ergo Ltda., 2001.
- BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 259/2003.
- BRASIL. Resolução nº 351/2008.
- BRASIL. Resolução nº 465/2016.
- BRASIL. Resolução nº 466/2016.
- COOK, C.E./HEGEDUS, E. J. Testes Ortopédicos em Fisioterapia. 2ª ed. Editora Manole, 2015.

- DULL e WEERDMEESTER. Ergonomia Prática. 3ª edição, Ed. Edgar Blucher, 2012.
- FLOYD, R. T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 19ª ed. Editora Manole, 2016.
- GIL, M. O. O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. Instituto Ethos, 2002.
- GRANDJEAN e KROEMER. Manual de Ergonomia: Adaptando o Trabalho ao Homem. Ed. Bookman, 2005.
- GUÉRIN et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da boa ergonomia. Ed. Edgar Blucher, 2004.
- IIDA, I.; BUARQUE L. Ergonomia: projeto e produção. 3ª ed. Ed. Edgar Blucher, 2012.
- LIMA, V. Ginástica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho. Ed. Phorte, 2003.
- MAGEE, D. Avaliação Musculoesquelética. 5ª ed. Editora Manole, 2010.
- OLLAY, C. D.; KANAZAWA, F. K. Ginástica Laboral: Método de Trabalho, Planejamento e Execução das Aulas. Editora Andreolli, 2015.
- VERONESI JUNIOR, J. R. Fisioterapia do Trabalho: cuidando da saúde funcional do trabalhador. Ed. Andreolli, 2014.
- VERONESI JUNIOR, J. R. Perícia Judicial para Fisioterapeutas: perícia cinesiológica-funcional, assistência técnica judicial, modelos de legislação. Ed. Andreolli, 2013. VIDAL e CARVALHO. Ergonomia Cognitiva. Ed. Virtual Científica, 2008.

Fisioterapia em Gerontologia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Envelhecimento populacional (transição demográfica e epidemiológica) e implicações para a Fisioterapia;
2. Envelhecimento biológico dos sistemas neuromuscular, osteoarticular, sensorial, cognitivo, cardiovascular, respiratório e tegumentar;
3. Avaliação multidimensional do idoso;
4. Funcionalidade em idosos – avaliação e intervenção fisioterapêutica;
5. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na instabilidade postural e nas quedas;
6. Mobilidade e marcha do idoso - prescrição de dispositivos de marcha;
7. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas demências e nos quadros de declínio cognitivo leve;
8. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na doença de Parkinson e Parkinsonismo no idoso;
9. Avaliação e intervenção fisioterapêutica no imobilismo, na síndrome da imobilidade, nas lesões por fricção e pressão;
10. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na fragilidade e na sarcopenia;
11. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na incontinência urinária e fecal;
12. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na dor em idosos;
13. Avaliação e intervenção fisioterapêutica na osteoartrite, reabilitação pré e pós-artroplastia;
14. Atuação multidisciplinar (suporte social e familiar, comunicação, disfagia, desnutrição, caquexia, depressão, ansiedade e prática de atividade física);
15. Adaptação ambiental e tecnologia assistiva – conceitos, classificações, recursos e aplicações na reabilitação;
16. Osteopenia, osteoporose e fraturas – atuação do fisioterapeuta;
17. Modalidades de assistência e atuação do fisioterapeuta (ambulatórios, centros de reabilitação, centro-dia, centro de referência, centro de convivência, programa de assistência domiciliar, instituição de longa permanência, hospital-dia e enfermaria);
18. Atuação fisioterapêutica na atenção básica à saúde da população idosa;
19. Envelhecimento ativo e a atuação do fisioterapeuta;
20. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e Estatuto do Idoso.

REFERÊNCIAS

- FREITAS, EV; PY, L; CANÇADO, FA. Tratado de Geriatria e Gerontologia. Guanabara-Koogan, 4ª ed. Rio de Janeiro, 2016.
- PERRACINI, MR; FLÓ, CM. Funcionalidade e Envelhecimento. Guanabara-Koogan, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2019.
- MORSCH, P; PEREIRA, GN; GONÇALVES, AJ; Fisioterapia em Gerontologia. Rubio Editora, Rio de Janeiro, 2018.

GUCCIONE, AA; WONG, RA; DALE, A. Fisioterapia Geriátrica. Guanabara Koogan, 3ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA-MS nº 2.528. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003 e Lei nº 13.466/2007. Estatuto do Idoso.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. Ciênc. saúde coletiva, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde – SUS [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 91 p.: il.

NICE. Dementia: assessment, management and support for people living with dementia and their carers. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng97/evidence/full-guideline-pdf-4852695709>.

CRUZ-JENTOFT AJ, BAHAT G, BAUER J, BOIRIE Y, BRUYÈRE O, CEDERHOLM T, COOPER C, LANDI F, ROLLAND Y, SAYER AA, SCHNEIDER SM, SIEBER CC, TOPINKOVA E, VANDEWOUDE M, VISSER M, ZAMBONI M; Writing Group for the European Working Group on Sarcopenia in Older People 2 (EWGSOP2), and the Extended Group for EWGSOP2. Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. Age Ageing. 2019 Jan 1;48(1):16-31. doi: 10.1093/ageing/afy169. Erratum in: Age Ageing. 2019 Jul 1;48(4):601. PMID: 30312372; PMCID: PMC6322506.

LOURENÇO RA, MOREIRA VG, MELLO RGB, SANTOS IS, LIN SM, PINTO ALF, et al. Brazilian consensus on frailty in older people: concepts, epidemiology and evaluation instruments. Geriatr Gerontol Aging. 2018; 12:121-135.

DENT E, MORLEY JE, CRUZ-JENTOFT AJ, WOODHOUSE L, RODRIGUEZ-MANAS L, FRIED LP, et al. Physical frailty: ICFSR international clinical practice guidelines for identification and management. J Nutr Health Aging. 2019;23(9):771-787.

DYER SM, PERRACINI MR, SMITH T, FAIRHALL NJ, CAMERON ID, SHERRINGTON C, CROTTY M. Rehabilitation Following Hip Fracture. 2020 Aug 21. In: FALASCHI P, MARSH D, editors. Orthogeriatrics: The Management of Older Patients with Fragility Fractures [Internet]. Cham (CH): Springer; 2021. Chapter 12. PMID: 33347227.

PORTO JM, IOSIMUTA NCR, COELHO AC, ABREU DCC. Recomendações para prescrição de dispositivos auxiliares da marcha em idosos. Acta Fisiatr. 2019; 26(3):171-175.

Fisioterapia em Oncologia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Política Nacional de Atenção Oncológica e atuação fisioterapêutica;
2. Epidemiologia;
3. Carcinogênese;
4. Oncologia molecular;
5. Avaliação clínica e qualitativa (testes, questionários, exames complementares);
6. Avaliação física e cinesiofuncional em oncologia;
7. Intervenção fisioterapêutica na promoção de saúde, prevenção e tratamento das complicações relacionadas ao câncer e sua terapêutica locorregional e sistêmica;
8. Recursos fisioterapêuticos utilizados em oncologia;
9. Fisioterapia em cuidados paliativos em oncologia;
10. Adaptação e monitoramento de órteses e próteses;
11. Fisioterapia baseada em evidências;
12. Humanização;
13. Ética e bioética.

REFERÊNCIAS

ABFO. Manual de condutas e práticas de fisioterapia em oncologia - Oncologia ginecológica; Manole; 2017.

- ABFO. Manual de condutas e práticas de fisioterapia em oncologia – Câncer de pulmão.
- ABFO. Manual de condutas e práticas de fisioterapia em oncologia – Neoplasias de cabeça e pescoço; Manole; 2017.
- ABFO. Manual de Condutas e Práticas Fisioterapêuticas no Câncer de Mama da ABFO; Thieme Revinter; 2018.
- ABFO. Manual de Condutas e Práticas Fisioterapêuticas em Onco-Hematologia da ABFO; Thieme Revinter; 2019.
- ABFO. Manual de Condutas e Práticas Fisioterapêuticas nas UTI's Adultos da ABFO; Thieme Revinter; 2019.
- ABFO. Manual de Condutas e Práticas Fisioterapêuticas em Uro-Oncologia da ABFO; Thieme Revinter; 2021.
- ABFO. Manual de Condutas e Práticas Fisioterapêuticas em Cuidados Paliativos Oncológicos da ABFO; Thieme Revinter; 2021.
- Academia Nacional de Cuidados Paliativos. Manual de Cuidados Paliativos ANCP – Manual de cuidados paliativos da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP)/Rodrigo Kappel Castilho, Vítor Carlos Santos da Silva, Cristhiane da Silva Pinto. - 3. ed. - Rio de Janeiro : Atheneu, 2021.
- BAIOCCHI, JMT. Fisioterapia em Oncologia. Appris, 2016.
- BARACHO E. Fisioterapia aplicada à saúde da mulher. Guanabara, 2018.
- BOFF RA, Wisintainer F. Mastologia moderna. Caxias do Sul: Editora Mesa Redonda, 2006.
- CARVALHO JA. Amputações de membros inferiores: em busca da plena recuperação. Editora Manole, 2003.
- GIRÃO, MJBC; BARACAT, E; LIMA, GR. Tratado de Ginecologia; Atheneu; Capítulo 15.10 (Reabilitação); 2017; 1; 1 E 2.
- HERPETZ, U. Edema e drenagem linfática (diagnóstico e terapia do edema). 4ª ed. Editora Roca, 2013.
- HOFF, P. KATZ, A, CHAMMAS R. Tratado de Oncologia. 1ª ed. Editora Atheneu, 2013.
- JUSTINIANO, A.N. Interpretação de exames laboratoriais para o fisioterapeuta. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora Rubio, 2012. Capítulo 1 - Hematologia e Imuno-hematologia, subtítulo Hemograma Completo.
- KLIEGMAN R; JENSON HB; BEHRMAN RE. Nelson – Tratado de Pediatria. São Paulo: Editora Guanabara Koogan, 2002.
- KOWALSKY, Parise. Câncer de cabeça e pescoço – diagnóstico e tratamento. Ed. Ambito, 2007.
- LENZI, J; REZENDE, L. Eletrotermofototerapia em Oncologia: Da Evidência à Prática Clínica. Ed. Thieme Revinter, 2020.
- LIMA RA; BARBOSA MM; SÁ GM. Diagnóstico e Tratamento dos Tumores de Cabeça e Pescoço. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.
- LINHARES E; LOURENÇO L, Sano T. Atualização em câncer gástrico. São Paulo: Editota Tesmedd, 2005.
- LOPES, A, CHAMMAS, R, IYAYASU, H. Oncologia para graduação. 3ª ed. Editora Lemar, 2013.
- LORENZI TF. Manual de hematologia: propedêutica e clínica. São Paulo: Editora Medsi, 2003.
- MAIA AM; IGLESIAS AC. Complicações em cirurgia, prevenção e tratamento. Editora Guanabara Koogan, 2005.
- MARQUES, Pinto e SILVA, Amaral. Tratado de fisioterapia em saúde da mulher. Editora Roca, 2011.
- MARX, AG; FIGUEIRA, P. Fisioterapia no câncer de mama. Manole, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Incidência de câncer no Brasil: Estimativa 2020-2022. Disponível em: <http://www.inca.gov.br>.
- NOVAES, E. et al. Diretrizes para Assistência Interdisciplinar em Câncer de Mama. Editora Revinter, 2013.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 424, de 08 de julho de 2013. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (www.coffito.gov.br).

ROSSI BM; NAKAGAWA WT, FERREIRA FO, et al. Câncer de cólon, reto e ânus. São Paulo: Editora Tecmed, 2004.

ROUQUAYROL MZ; GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde, 7ª edição. Editora Medbook, 2013.

SANTOS CER; MELLO ELR. Manual de cirurgia oncológica. Editora TecMed, 2006.

SCANLAN C; WILKINS R; STOLLER J. Egan. Fundamentos da terapia respiratória. Editora Manole, 2001.

SHEPHERD R. Fisioterapia em pediatria. Editora Santos, 1996.

SILVA YP; SILVIA JF. Dor em Pediatria. São Paulo: Editora Guanabara Koogan, 2006.

SOUZA, L.C. Fisioterapia em Terapia Intensiva. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2019.

THOMAZ JB; Belczak CE. Tratado de flebologia e linfologia. Editora Rubio, 2005.

WR. Câncer de pulmão. Editora Atheneu, 2005.

Fisioterapia em Osteopatia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da Osteopatia e vida do Dr. Andrew Taylor Still;
2. Filosofia e princípios osteopáticos;
3. Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Patologia;
4. Diagnóstico osteopático;
5. Tratamento osteopático;
6. Coluna vertebral, cintura escapular e pélvica;
7. Membros inferiores e superiores;
8. Crânio (pares cranianos e órgãos dos sentidos);
9. Sistema nervoso (central, periférico e autônomo);
10. Sistema estomatognático;
11. Sistema digestório;
12. Sistema cardíaco;
13. Sistema vascular (arterial, venoso e linfático);
14. Sistema respiratório;
15. Sistema reprodutivo (masculino e feminino);
16. Sistema renal;
17. Sistema neuro-hormonal;
18. Sistema imune;
19. Sistema fascial.

REFERÊNCIAS

TERAPIA MANUAL

GREEMAN, Philip E. Princípios da medicina manual. 2ª ed. Manole, 1996. ISBN: 85-204-1224-6.

LEDERMAN, Eyal. Fundamentos da terapia manual. Ed. Manole, 2001. ISBN: 85-204-1277-7.

WARD, Robert C. Fundamentos de medicina osteopática. 2ª ed. Editorial médica Panamericana, 2006. ISBN: 950-06- 0079-X.

BORTOLAZZO, Gustavo L; PASIN NETO, Hugo; BICALHO, Eduardo S. Osteopatia: um conceito global e integrativo. Editora dos Editores, 2020. ISBN: 978-85-851-6220-7.

- ANATOMIA MOORE, Keith L. Anatomia orientada para a clínica. 7ª ed. Guanabara Koogan, 2014. ISBN:9788527725170.
- NEUROANATOMIA MACHADO, Angelo B. M. Neuroanatomia funcional. 3ª ed. Editora Atheneu, 2014. ISBN: 978-85-388-0457-4.
- FISIOLOGIA SILVERTHORN. Fisiologia Humana, uma abordagem integrada. 2ª ed. Manole, 2003. ISBN: 85-204-1241-6.
- FISIOLOGIA ARTICULAR NEUMANN, Donald A. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético. 3ª ed. Ed. Guanabara Koogan, 2018. ISBN: 85-352-8755-8.
- AVALIAÇÃO MUSCULOESQUELÉTICA MAGEE D. J. Avaliação Musculoesquelética. 4ª ed. Editora Manole, 2005. ISBN: 8520423523.
- PONTOS-GATILHOS SIMONS, David G. Dolor y disfunción miofascial: un manual de los puntos gatillo. 2ª ed. Médica Panamericana, 2001. ISBN: 84-7903-575-7.
- OSTEOPATIA VISCERAL HEBGEN, Eric. Osteopatia visceral, fundamentos e técnicas. 2ª ed. McGRAW-HILL - INTERAMERICANA, 2005 ISBN: 3-8304-5317-5 (Edição original).
- BARRAL, J. MERCIER, P. Manipulação Visceral 1 - Edição revisada em Português. Ed. Upledger Brasil. 214p. ISBN - 978-85-67699-01.
- BARRAL, J. MERCIER, P. Manipulação Visceral 2 - Edição revisada em Português. Ed. Upledger Brasil. 216p. ISBN - 978-85-67835-07-5.
- OSTEOPATIA CRANIANA CHAITOW, Leon. Teoria e Prática da manipulação craniana. Abordagem em tecidos ósseo e mole. Editora Manole, 2001. ISBN: 85-204-1092-7.
- SISTEMAS FASCIAL E POSTURAL LIEM, Torsten; TOZZI, Paolo; CHILA, Anthony. Fáschia no âmbito Osteopático. Corporis, 2019. ISBN: 978-85-8218-462-2.
- MYERS, Thomas W. Trilhos Anatômicos. 2ª ed. Elsevier, 2010. ISBN: 978-85-352-3788-7.
- RADIOLOGIA PAUL e JUHL. Interpretação Radiológica. 7ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2000. ISBN-13 : 8527706040.
- SEMILOGIA GOODMAN, Catherine C. Diagnóstico diferencial em Fisioterapia. 4ª ed. Elsevier, 2010. ISBN: 978-85-352-2648-5.

Fisioterapia em Quiropraxia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Diversificadas;
2. Técnica Avançada Gonstead;
3. Técnica Avançada Thompson Terminal Point;
4. Técnica Avançada SOT-DeJarnette;
5. Técnica Avançada Quiropraxia Visceral,
6. Quiropraxia Instrumental Articular;
7. Quiropraxia Instrumental Miofascial;
8. Quiropraxia Baseada em evidências científicas;
9. Testes Ortopédicos.

REFERÊNCIAS

- BARRAL, Jean Pierre. Manipulação Visceral I e II. Upledger Brasil, 2014.
- BUSQUET, Leopold. L'Osteopathie Crânienne Frison - Roche –França, 2002.
- UPLEDGER, John E. Terapia Craniossacral – ROCA – USA.

- UPLEDGER, John E. Terapia Craniossacral 2 – ROCA – USA.
- BHK, John Minardi. The Complete Thompson Textbook. 2ª ed. Minard Education USA, 2014.
- HART Christopher. Gonstead Chiropractic Book 1 to 9. FGCS – USA, 2020.
- LOGAN, Alfred L. The Knee Clinical Application. An Aspen Publication, 1994.
- LOGAN, Alfred L. The Foot and Ankle Clinical Application. An Aspen Publication, 1995.
- MONK, Robert. SOT Manual. 2ª ed. Sacro-Occipital Organization – USA 2016.
- HAJZI, Matthew. IASTM Instrument Assisted Soft Tissue Mobilization. PRIMER USA, 2015.
- DOMMERHOLT, Jan; HUIJBREGTS, Peter. Myofascial Trigger Points. JONES AND BARTLETT PUBLISHERS USA, 2011.
- SOUZA, Matheus de. Manual de Quiropraxia. 2ª ed. IBRAQUI, 2006.
- HOLMQUIST, Karl V. Home Chiropractic Handbook. One 8 Incorporated – USA, 1985.
- BERGMANN, Thomas F.; PETERSON, David H. Chiropractic Technique. ELVESER USA, 2011.
- HALDEMAN, Scott. Principles and Practic of Chiropractic. 3ª ed. McGras-Hill – USA, 2005.
- GREENMAN, Philip E. Princípios da Medicina Manual. 2ª ed. Manole, 2001.
- EDMON, Susan L. Manipulação e Mobilização. Manole, 2000.
- FUHR, Arlan W. The Activator Method. 2ª ed. Mosby Elsever, 2009.
- BLUM, Charles L. Chiropractic Manipulative Reflex Technique (CMRT). Sacro Occipital Technique Organization – USA, 2008.
- BLUN CL. The Evolution of Bloodless Surgery and Chiropractic. The Americam Chiropractor. Apr 2005:27(4):24-5.
- Dejarnette MB. Technique and practice of bloodless surgery, Privately Published, Nebraska City, NB, 1939.
- HISTORY OF CHIROPRACTIC BY WILLARD CARVER, LL.B., D.C. Joseph C. Keating, Jr., Ph.D., Vice President. National Institute of Chiropractic Research. 6135 N. Central Avenue, Phoenix AZ 85012 USA, 2010.
- JOSEPH C. KEATING, Jr. Several pathways in the evolution of chiropractic manipulation. Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics. Volume 26, Number 5. 2001. doi:10.1016/S0161-4754(02)54125-7.
- KEATING JC JAMES F. MCGINNIS; D.C.; N.D.; C.P. (1873- 1947): Spinographer, Educator, Marketer and Bloodless Surgeon. Chiropractic Histor, 1998; 18(2): 63-7.
- KORR IM. Sustained sympatheticotonia as a factor in disease. The neurobiologic mechanisms in manipulative therapy. New York, NY7 Plenum Press Inc, 1978. p. 229-68.
- LAST RJ. Anatomy: Regional and Applied, Sixth Edition, Churchill Livingstone: New York, 1978:20.
- MASARSKY C, Todres-Masarsky M. Somatovisceral aspects of chiropractic: an evidence-based approach. New York, NY7 Churchill Livingstone, 2001. ISBN: 0-443-06120-3.
- PICKAR JG, Bolton PS. Spinal manipulative therapy and somatosensory activation. J Electromyogr Kinesiol 2012; 22:785–794.
- TAYLOR H, Sir Herbert Barker: Bone-Setter and Early Advocate of “Bloodless Surgery” Journal of the American Chiropractic Association 1995 Jul; 32(7): 27-32.
- VEIGA, PHA. A Identidade da Quiropraxia Visceral. Quiropaxia em Evidência. Publicação da Associação dos Fisioterapeutas em Quiropraxia – AFQ. Ed. 2020. Link: <https://bityli.com/vegFM>.

SILVA, ULISSES GAMA CUBAS, História da Quiropraxia no Brasil. Quiropraxia em Evidência. Publicação da Associação dos Fisioterapeutas Quiropraxistas – AFQ. Ed.2020 Link: <https://bitly.com/vegFM>.

NAGYIDAI, André Luiz, SOT DeJarnette. Publicação da Associação dos Fisioterapeutas Quiropraxistas – AFQ. Ed.2020 Link: <https://bitly.com/vegFM>.

NAGYIDAI, André Luiz, Fisioterapia Quiropraxica, Desmistificado as Técnicas: Diversificadas Verdades Sobre o Termo. Publicação da Associação dos Fisioterapeutas Quiropraxistas – AFQ. Ed.2019 Link: beacons.page/afq.

Artigos científicos Janeiro 2019 até outubro 2021, classificação 7/10 escala Pedro. Busca realizada na Plataforma PEDRO, usando a palavra-chave Chiropractic.

COX, James M. DOR LOMBAR – Mecanismo, Diagnóstico e Tratamento (Sexta Edição) Editora MANOLE.

COOPERSTEIN, Robert; MA; DC. Gonstead Chiropractic Technique: (GCT). *Journal of Chiropractic Medicine*, USA, v. 2, n. 1, p. 16-24, dez./2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2646953/pdf/main.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MY PARKER UNIVERSITY. Gonstead Technique Study Sheet. Disponível em: https://my.parker.edu/ICS/icsfs/Gonstead_Tech_Study_Sheet_zFall_2006.pdf?target=2e035bae-af58-42a6-a9c9-3bc765fcc91d. Acesso em: 24 ago. 2021.

Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Making the case for evidence-based practice. In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare. A guide to best practice. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins; 2005. p.3-24.

Kawchuk GN, Fryer J, Jaremko JL, Zeng H, Rowe L, Thompson R (2015) Real-Time Visualization of Joint Cavitation. *PLoS ONE* 10(4): e0119470. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0119470>

American Chiropractic Association - Five Things Physicians and Patients Should Question. Disponível em <https://www.choosingwisely.org/wpcontent/uploads/2017/08/ACA-Choosing-Wisely-List.pdf>

Kang Y,*; Wheeler JD. DC; Pickar JG. Stimulation of Chemosensitive Afferents From Multifidus Muscle Does Not Sensitize Multifidus Muscle Spindles to Vertebral Loads in the Lumbar Spine of the Cat. *Spine*: July 15, 2001 – Volume 26 - Issue 14 - p 1528-1536

Bialosky JE, Bishop MD, Price DD, Robinson ME, George SZ. The mechanisms of manual therapy in the treatment of musculoskeletal pain: A comprehensive model. *Man Ther* 2009;14:531-8.

Côté P et al. The global summit on the efficacy and effectiveness of spinal manipulative therapy for the prevention and treatment of nonmusculoskeletal disorders: a systematic review of the literature. *Chiropr Man Therap*. 2021 Feb 17;29(1):8. doi: 10.1186/s12998-021-00362-9.

Diretrizes da OMS sobre Formação Básica e Segurança em Quiropraxia, World Federation of Chiropractic. Genebra 2005.

AMMAN, Matthew J.; D.C. A Profession Seeking Clinical Competency: The Role of the Gonstead Chiropractic Technique. *Chiropractic History*, USA, v. 28, n. 2, p. 81-91, fev./2008. Disponível em: <https://www.institutechiro.com/wpcontent/uploads/2017/10/Amman-2008-Gonstead-Technique-Reprinted-Thanks-to-AHC.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CHIROACCESS. **Technique Summary: Gonstead Technique.** Disponível em: <http://www.chiroaccess.com/Articles/Technique-Summary-Gonstead-Technique.aspx?id=0000128>. Acesso em: 24 ago. 2021.

COOPERSTEIN, Robert; MA; DC. Gonstead Chiropractic Technique: (GCT). *Journal of Chiropractic Medicine*, USA, v. 2, n. 1, p. 16-24, dez./2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2646953/pdf/main.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GONSTEAD CLINICAL STUDIES SOCIETY. **X-Ray & Listing System Terms.** Disponível em: <https://www.gonstead.com/gonstead-terminology-project/xray-listing-system-terms/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GONSTEAD METHODOLOGY INSTITUTE . 5 COMPONENTS OF THE GONSTEAD TECHNIQUE. Disponível em: <https://www.gonsteadmethodology.com/gonstead-system/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

HERBST, Roger; D.C.. GONSTEAD CHIROPRACTIC SCIENCE AND ART: The Chiropractic Methodology of Clarence S. Gonstead, D.C.. 1. ed. USA: Sci-Chi Publications, 1980. p. 1-280.

MY PARKER UNIVERSITY. Gonstead Technique Study Sheet. Disponível em: https://my.parker.edu/ICS/icsfs/Gonstead_Tech_Study_Sheet_zFall_2006.pdf?target=2e035bae-af58-42a6-a9c9-3bc765fcc91d. Acesso em: 24 ago. 2021.

PLAUGHER; LOPES, Gregory;; A, Mark. Textbook of Clinical Chiropractic: A Specific Biomechanical Approach. 1. ed. USA: Williams & Wilkins, 1993. p. 1- 525.

SARAIVA, Marta Casagrande. Manual de Técnicas QUIROPÁTICAS. 2. ed. Novo Hamburgo, RS Brasil: Feevale, 2006. p. 1-152.

Fisioterapia em Terapia Intensiva - Adulto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fisiologia cardiopulmonar;
2. Fisiopatologia cardiopulmonar;
3. Ventilação mecânica invasiva;
4. Ventilação mecânica não invasiva;
5. Cânula nasal de alto fluxo;
6. Mobilização do paciente crítico;
7. Recursos terapêuticos;
8. Atuação da Fisioterapia no paciente crítico;
9. Atuação na COVID-19;
10. Desmame da ventilação mecânica invasiva;
11. Monitorização ventilatória;
12. Diagnóstico funcional;
13. Exames complementares;
14. Desospitalização;
15. Oxigenoterapia.

REFERÊNCIAS

GIRARD TD, ALHAZZANI W, KRESS JP, et al. An Official American Thoracic Society/American College of Chest Physicians Clinical Practice Guideline: Liberation from Mechanical Ventilation in Critically Ill Adults. Rehabilitation Protocols, Ventilator Liberation Protocols, and Cuff Leak Tests. Am J Respir Crit Care Med. 2017 Jan 1;195(1):120-133.

MARTIJN A. Spruit, ANNE E. HOLLAND, Sally J. SINGH, THOMY TONIA, Kevin C. WILSON, Thierry Troosters. COVID-19: interim guidance on rehabilitation in the hospital and post-hospital phase from a European Respiratory Society- and American Thoracic Society-coordinated international task force. European Respiratory Journal 2020 56: 2002197; DOI: 10.1183/13993003.02197-2020.

MARTINEZ BP, ANDRADE FMD. Estratégias de mobilização e exercícios terapêuticos precoces para pacientes em ventilação mecânica por insuficiência respiratória aguda secundária à COVID-19. ASSOBRAFIR Ciência, vol.11, Suplemento 1, p.121-131, 2020. <http://dx.doi.org/10.47066/2177-9333.AC20.covid19.012>.

MARTINEZ BP, ANDRADE FMD, RONCALLI A, MARTINS JA, RIBEIRO DC, PIANEZZOLA EM et al. Indicação e uso da ventilação não-invasiva e da cânula nasal de alto fluxo, e orientações sobre manejo da ventilação mecânica invasiva no tratamento da insuficiência respiratória aguda na COVID-19. ASSOBRAFIR Ciência, vol.11, nSuplemento 1, p.101-110, 2020. <http://dx.doi.org/10.47066/2177-9333.AC20.covid19.010>.

MARTINS JA, ANDRADE FMD, REIS LFF. PROFISIO: Programa de atualização em fisioterapia em terapia intensiva adulto. Porto Alegre: Artmed Panamericana.

RODRIGUES-MACHADO, MG. Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação. 2ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHWERG B, BROCHARD L, ELLIOTT MW, et al. Official ERS/ATS clinical practice guidelines: noninvasive ventilation for acute respiratory failure. Eur Respir J. 2017 Aug 31;50(2).

SARMENTO GJV, CORDEIRO ALL. Fisioterapia motora aplicada ao paciente crítico: do diagnóstico à intervenção. 1ª ed. Editora Manole, Barueri, 2018.

VALIATTI JLS, AMARAL LFR, FALCÃO JLG. Ventilação Mecânica - Fundamentos e Prática Clínica. 2ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2021.

VEGA JM; LUQUE A; SARMENTO GJV; MODERNO LFO. Tratado de fisioterapia hospitalar: assistência integral ao paciente. 1ª ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2012.

WEST JB. Fisiopatologia Pulmonar: princípios básicos. 8ª ed. Artmed, Porto Alegre, 2013.

Fisioterapia em Terapia Intensiva Neonatal e Pediátrica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia, fisiologia e fisiopatologia dos sistemas cardiorrespiratório, neurológico e ortopédico no período neonatal;
2. Avaliação fisioterapêutica do neonato em situações diversas;
3. Técnicas e recursos de Fisioterapia aplicados à neonatologia;
4. Suporte Ventilatório Invasivo e Não Invasivo e oxigenoterapia em neonatologia;
5. Monitorização fisioterapêutica do recém-nascido em situações diversas;
6. Efeitos fisiológicos das técnicas desobstrutivas em pediatria;
7. Técnicas e recursos terapêuticos de reexpansão pulmonar em pediatria;
8. Ventilação não invasiva como recurso fisioterapêutico na pediatria;
9. Intervenção fisioterapêutica nas doenças neuromusculares e doenças crônicas da infância;
10. Terapia inalatória e oxigenoterapia no contexto hospitalar;
11. Mobilização do paciente crítico na UTI pediátrica;
12. Assistência fisioterapêutica em doenças crônicas agudizadas;
13. Ventilação mecânica pediátrica;
14. Desmame e complicações da ventilação mecânica em pediatria;
15. Emergência pediátrica e abordagem da Fisioterapia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE LB. Fisioterapia respiratória em neonatologia e pediatria. 1ª ed. Medbook, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde - Cuidados gerais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, V. 1. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_recem_nascido_%20guia_profissionais_saude_v1.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde - Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. atual. V.3 – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v3.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde - Cuidados com o recém-nascido pré-termo / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, V.4. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_recem_nascido_%20guia_profissionais_saude_v4.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido: Método Canguru: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf.

HIRSCHHEIMER MR; DE CARVALHO WB; PROENÇA FILHO JO; FREDDI NA; TROSTER EJ. Ventilação Pulmonar Mecânica em Pediatria e Neonatologia. 3ª ed. São Paulo: 2013.

JOHNSTON C; STOPIGLIA MS; RIBEIRO SNS; BAEZ CSN; PEREIRA SAP. Primeira recomendação brasileira de fisioterapia para estimulação sensorio-motora de recém-nascidos e lactentes em unidade de terapia intensiva. Rev Bras Ter Intensiva. 2021;33(1):12-30.

JULIANI RCT; CUNHA MT; LAHÓZ ALC et al. Fisioterapia. Pediatria Instituto da Criança Hospital das Clínicas. 2ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2018.

LANZA FC; GAZZOTTI MA; PALAZZIN A. Fisioterapia em Pediatria e Neonatologia: da UTI ao ambulatório. 2ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2019.

MARTINS JA; SCHIVINSKI CIS; RIBEIRO SNS. PROFISIO: Programa de atualização em fisioterapia pediátrica e neonatal: cardiorrespiratória e terapia intensiva. Porto Alegre: Artmed Panamericana.

POSTIAUX G. Fisioterapia Respiratória Pediátrica: o tratamento guiado pela ausculta pulmonar. 1ª ed. Editora Artmed, Porto Alegre, 2007.

Reanimação do recém-nascido \geq 34 semanas em sala de parto: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/DiretrizesSBP-ReanimacaoRN_Maior34semanas-MAIO_2021.pdf.

Reanimação do Prematuro < 34 semanas em sala de parto: Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/DiretrizesSBP-ReanimacaoPrematuroMenor34semanas-MAIO_2021.pdf.

RODRIGUES-MACHADO, MG. Bases da Fisioterapia Respiratória, Terapia Intensiva e Reabilitação. 2ª edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2018.

SARMENTO GJV et al. Fisioterapia respiratória em pediatria e neonatologia. 1ª ed. Editora Manole: São Paulo, 2007.

SWEET DG, CARNIELLI V, GREISEN G. European Consensus Guidelines on the Management of Respiratory Distress Syndrome – 2019 Update. Neonatology. 2019;115(4):432-450. doi: 10.1159/000499361. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/Pdf/499361>.

Fisioterapia Esportiva

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Lesões mais prevalentes no esporte;
2. Biomecânica do gestual esportivo;
3. Fatores de risco para lesões no esporte;
4. Avaliação e critérios de retorno ao esporte;
5. Recursos fisioterapêuticos aplicados ao esporte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 337/2007. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3096>.

Todos os Capítulos do PROFISIO-ETO e ESPORTIVA.

ANDREWS; HARRELSON; WILK. Reabilitação física das lesões esportivas. Ed. Elsevier, 2005.

COHEN e ABDALLA. Lesões nos Esportes: diagnóstico, prevenção e tratamento. 2ª ed. Editora Revinter, 2014.

HAMILL e KNUTZEN. Bases Biomecânicas do Movimento Humano. 4ª ed. Editora Manole, 2016.

KAPANDJI, A. I. Fisiologia Articular. Volumes I, II e III: esquemas comentados de mecânica humana. Guanabara Koogan, 2009.

MAGEE DJ; MANSK RC. Athletic and Sport Issues in Musculoskeletal Rehabilitation. Ed. Saunders, 2011.

POWERS, S. K. & HOWLEY, E.T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 8ª ed. Editora Manole, 2014.

PRENTICE, W. E. Técnicas de Reabilitação em Medicina Esportiva. 3ª ed. Manole, 2002.

ZATSIORSKY, V. M. Biomecânica no Esporte: performance do desempenho e prevenção de lesão. Editora Guanabara Koogan, 2004.

Achilles Pain, Stiffness, and Muscle Power Deficits: Midportion Achilles Tendinopathy Revision 2018: Clinical Practice Guidelines Linked to the International Classification of Functioning, Disability and Health From the Orthopaedic Section of the American Physical Therapy Association. J Orthop Sports Phys Ther 2018;48(5): A1- A38.

Knee Pain and Mobility Impairments: Meniscal and Articular Cartilage Lesions Revision 2018: Clinical Practice Guidelines Linked to the International Classification of Functioning, Disability and Health From the Orthopaedic Section of the American Physical Therapy Association. J Orthop Sports Phys Ther 2018;48(2): A1-A50"

Fisioterapia na Saúde da Mulher

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia da mama, do sistema reprodutor feminino, do sistema urinário e do sistema gastrointestinal;
2. Assistência fisioterapêutica em obstetrícia (avaliação e intervenção fisioterapêutica na gestação, parto e puerpério);
3. Avaliação fisioterapêutica dos músculos do assoalho pélvico feminino;
4. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas disfunções miccionais femininas;
5. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nos prolapso de órgãos pélvicos;
6. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas dores pélvicas;
7. Assistência fisioterapêutica em coloproctologia (avaliação e intervenção fisioterapêutica);
8. Assistência fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas (avaliação e intervenção fisioterapêutica);
9. Assistência fisioterapêutica em ginecologia (avaliação e intervenção fisioterapêutica nas diferentes fases do ciclo vital feminino);
10. Avaliação e intervenção fisioterapêutica no pré e pós-operatório de câncer de mama;
11. Avaliação e intervenção fisioterapêutica no pré e pós-operatório de cânceres ginecológicos;
12. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas deficiências decorrentes dos tratamentos para câncer de mama e/ou ginecológico em curto e longo prazo, e decorrentes de evolução da doença;
13. Uso de agentes eletrofísicos em Fisioterapia na Saúde da Mulher;
14. A especialidade Fisioterapia na Saúde da Mulher: reconhecimento e normatização/disciplina.
15. Políticas Públicas de Atenção à Saúde da Mulher.
16. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia.
17. Registro em prontuários pelo fisioterapeuta guarda e descarte.
18. Elaboração e emissão de atestado, relatórios técnicos e pareceres.
19. Fisioterapia por meio digital/teleconsulta e telemonitoramento na Fisioterapia na Saúde da Mulher.
20. Fisioterapia baseada em evidências científicas.
21. Importância da CIF para o Fisioterapeuta.
22. Divulgação de imagens, textos e áudios relativos a procedimentos fisioterapêuticos. Alteração nos códigos de ética.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (ASPECTOS HISTÓRICOS, ANATÔMICOS, CONCEITUAIS, ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA NA SAÚDE DA MULHER, ETC.)

SOUZA ELBL de. Fisioterapia aplicada à saúde da mulher. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

DRIUSSO P; BELEZA ACS. Avaliação fisioterapêutica da musculatura do assoalho pélvico feminino. 1ª ed. São Paulo: Minha Editora, 2018.

DRIUSSO P; AVILA MA; LIEBANO RE. Agentes eletrofísicos na saúde da Mulher. São Paulo: Thieme Revinter, 2021.

FERREIRA CHJ. Fisioterapia na saúde da mulher: teoria e prática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LEMOS, A. Fisioterapia Obstétrica baseada em Evidências. 1ª ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

MARX A, Figueira P. Fisioterapia no câncer de mama: Manual de Condutas e Práticas de Fisioterapia. 1ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2017.

PINTO E SILVA MP, MARQUES AA, DO AMARAL MTP. Tratado de fisioterapia em saúde da mulher. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. DOCUMENTOS DE RECOMENDAÇÕES E CONSENSOS INTERNACIONAIS DOCUMENTOS DE RECOMENDAÇÕES E CONSENSOS INTERNACIONAIS.

ABRAFISM. Recomendação geral ABRAFISM fisioterapia por meio digital/teleconsulta e telemonitoramento na fisioterapia em saúde da mulher e uroproctologia. Maio de 2020. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/RECOMENDA%C3%87%C3%83O%20GERAL%20da%20ABRAFISM%20-%20maio2020.pdf?ver=1622232377141>.

ABRAFISM. Recomendações para o atendimento fisioterapêutico a gestantes, parturientes e puérperas em tempos de COVID-19. Junho de 2020. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/Recomendacoes%20fisioterapia%20gravidez%20covid-19%20v.pdf?ver=1622232377141>.

ABRAFISM. Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher. Recomendações da ABRAFISM sobre Fisioterapia em uroginecologia e coloproctologia em tempos de COVID-19. Ribeirão Preto, 2020. ISBN 978-65-991500-2-9. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20ABRAFISM%20-%20FISIOTERAPIA%20EM%20UROGI.pdf?ver=1622232377141>.

ABRAFISM. Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher. Recomendações da ABRAFISM sobre Fisioterapia em Mastologia e Ginecologia Oncológica em tempos de COVID-19. Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/RECOMENDAC%CC%A7O%CC%83ES%20DA%20ABRAFISM%20-%20FISIOTERAPIA%20EM%20.pdf?ver=1622232377141>.

ABRAFISM. Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher. Recomendações da ABRAFISM sobre Fisioterapia em ginecologia e disfunções sexuais em tempos de COVID-19. Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/RECOMENDAC%CC%A7O%CC%83ES%20ABRAFISM%20-%20FISIOTERAPIA%20EM%20GIN.pdf?ver=1622232377141>.

ABRAFISM. Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher; FERROLI-FABRICIO, Amanda Magdalena; FERREIRA, Cristine Homs Jorge; RIOS, Letícia Alves Rios; MASCARENHAS, Lilian Rose; OLIVEIRA, Neville Ferreira Fachini de. Por Mais Fisioterapeutas nas Maternidades: regulamentação, suporte científico e campanha ABRAFISM. Belém, PA: Associação Brasileira de Fisioterapia na Saúde da Mulher, 2020. Disponível em: <https://abrafism.org.br/ebookcampanhamaternidades>.

Ensino em Fisioterapia na Saúde Mulher: orientações e esclarecimentos da Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher (ABRAFISM). Belém, 2021 Disponível em: [https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/Orientac%CC%A7o%CC%83es%20Ensino%20em%20FISM%20-%20ABRAFISM%20\(3\)%20\(1\).pdf?ver=1622232377141](https://img1.wsimg.com/blobby/go/5fd0b5a6-04fa-4f9f-bd18-972cd09451f1/downloads/Orientac%CC%A7o%CC%83es%20Ensino%20em%20FISM%20-%20ABRAFISM%20(3)%20(1).pdf?ver=1622232377141).

FRAWLEY HC. et al. An International Continence Society (ICS) report on the terminology for pelvic floor muscle assessment. Neurourol Urodyn 2021 Jun;40(5):1217-1260. doi: 10.1002/nau.24658.9. Bo K et al. An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS) joint report on the terminology for the conservative and nonpharmacological management of female pelvic floor dysfunction. Int Urogynecol J. 2017 Feb;28(2):191-213. doi: 10.1007/s00192-016-3123-4.

BO K et al. An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS) joint report on the terminology for the conservative and nonpharmacological management of female pelvic floor dysfunction. Int Urogynecol J. 2017 Feb;28(2):191-213. doi: 10.1007/s00192-016-3123-4.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº 6316, de 17 de dezembro de 1975, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e dá outras providências.

BRASIL. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 372, de 6 de novembro de 2009. Reconhece a Saúde da Mulher como especialidade do profissional Fisioterapeuta.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 377, de 11 de junho de 2010. Dispõe sobre as normas e procedimentos para o registro de títulos de especialidade profissional em Fisioterapia.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 401, de 18 de agosto de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional de Fisioterapia na Saúde da Mulher.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 414, de 13 de maio de 2012. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo fisioterapeuta da guarda e do seu descarte.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 424, de 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 464, de 20 de maio de 2016. Dispõe sobre a elaboração e emissão de atestados, relatórios técnicos e pareceres.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 516, de 20 de março de 2020. Dispõe sobre Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 532, de 24 de junho de 2021. Dispõe sobre a divulgação de imagens, textos e áudios relativos a procedimentos fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais e altera os códigos de ética e Deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional.

BRASIL. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº. 370, de 06 de novembro 2009. Dispõe sobre a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde por Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais.

BRASIL. Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

APOIO PARA BUSCA DE EVIDÊNCIA CIENTÍFICA

<https://www.pedro.org.au/portuguese/about-us/roles/>

<http://brazil.cochrane.org/>

<http://portal2.saude.gov.br/rebrats/visao/estudo/recomendacao.pdf>

BO K, Herbert RD. When and how should new therapies become routine clinical practice? *Physiotherapy*. 2009 Mar;95(1):51-7.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ABDELHAKIM AM et al. Antenatal perineal massage benefits in reducing perineal trauma and postpartum morbidities: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. *Int Urogynecol J.*, 31(9):1735-1745, sep. 2020.

AYELEKE RO, HAY-SMITH EJ, Omar MI. Pelvic floor muscle training added to another active treatment versus the same active treatment alone for urinary incontinence in women. *Cochrane Database Syst Rev*. 2015 Nov 3;(11):CD010551. doi: 10.1002/14651858.CD010551.pub3.

BARBOSA AMP et al. How to report electrotherapy parameters and procedures for pelvic floor dysfunction. *INTERNATIONAL UROGYNECOLOGY JOURNAL*, p. 1433-3023, 2018.

- BELEZA ACS et al. Effect of cryotherapy on relief of perineal pain after vaginal childbirth with episiotomy: a randomized and controlled clinical trial. *Physiotherapy* 2017 Dec;103(4):453-458. doi: 10.1016/j.physio.2016.03.003.
- BO K. et al. Is pelvic floor muscle training effective for symptoms of overactive bladder in women? A systematic review. *Physiotherapy*, 106:65-76, 2020.
- BRENNEN R. et al. The Effect of Pelvic Floor Muscle Interventions on Pelvic Floor Dysfunction After Gynecological Cancer Treatment: A Systematic Review. *Physical Therapy*. v.100(8), p.1357-1371, 2020.
- BOOTH J et al. The effectiveness of transcutaneous tibial nerve stimulation (TTNS) for adults with overactive bladder syndrome: A systematic review. *Neurourol Urodyn*. 2018 Feb;37(2):528-541. doi: 10.1002/nau.23351.
- DA MATA KRU, COSTA RCM, CARBONE ÉDSM, GIMENEZ MM, BORTOLINI MAT, CASTRO RA, FITZ FF. Telehealth in the rehabilitation of female pelvic floor dysfunction: a systematic literature review. *Int Urogynecol J*. 2021 Feb;32(2):249-259.
- DE ANDRADE RL et al. An education program about pelvic floor muscles improved women's knowledge but not pelvic floor muscle function, urinary incontinence or sexual function: a randomised trial. *J Physiother*. 2018 Apr;64(2):91-96.
- DELGADO A et al. Development and analysis of measurement properties of the 'Maternal perception of childbirth fatigue questionnaire' (MCQF). *Brazilian Journal of Physical Therapy*. Mar-Apr 2019;23(2):125-131. doi: 10.1016/j.bjpt.2019.01.004.
- DE GROEF A et al. Effectiveness of Postoperative Physical Therapy for Upper Limb Impairments Following Breast Cancer Treatment: A Systematic Review. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*. 96(6):1140-1153, 2015.
- DRIUSSO P et al. Are there differences in short-term pelvic floor muscle function after cesarean section or vaginal delivery in primiparous women? A systematic review with meta-analysis. *International Urogynecology Journal*, v. 31, p. 1497-1506, 2020. doi:10.1007/s00192-020-04231-6.
- DO JH, Choi KH, AHN JS, JEON JY. Effects of a complex rehabilitation program on edema status, physical function, and quality of life in lower-limb lymphedema after gynecological cancer surgery. *Gynecol Oncol*. 2017 Nov;147(2):450-455. doi:10.1016/j.ygyno.2017.09.003.
- DUMOULIN C et al. Pelvic floor muscle training versus no treatment, or inactive control treatments, for urinary incontinence in women: a short version Cochrane systematic review with metaanalysis. *Neurourol Urodyn*. 2015;34(4):300-8. doi: 10.1002/nau.22700.
- EZZO J et al. Manual lymphatic drainage for lymphedema following breast cancer treatment. *Cochrane Database Syst Rev*. 2015 May 21;(5):CD003475. doi: 10.1002/14651858.CD003475.pub2.
- FANTE JF et al. Do Women have Adequate Knowledge about Pelvic Floor Dysfunctions? A Systematic Review. *Revista Brasileira de Ginecologia E Obstetrícia (IMPRESSO)*, v. 41, p. 508-519, 2019.
- FERREIRA CH et al. A guide to physiotherapy in urogynecology for patient care during the COVID-19 pandemic. *International Urogynecology Journal*, v. 32, p. 203-210, 2021. doi: 10.1007/s00192-020-04542-8.
- FERREIRA CH et al. Does pelvic floor muscle training improve female sexual function? A systematic review. *Int Urogynecol J*. 2015 Dec;26(12):1735-50. doi: 10.1007/s00192-015-2749-y.
- FERNANDES ACNL et al. Women report sustained benefits from attending group-based education about pelvic floor muscles: a longitudinal qualitative study. *Journal of Physiotherapy*, 2021 Jul;67(3):210-216. doi: 10.1016/j.jphys.2021.06.010.
- FUENTES-MÁRQUEZ P et al. Physiotherapy interventions for patients with chronic pelvic pain: A systematic review of the literature. *Physiother Theory Pract*. 2018 May 14:1-8. doi: 10.1080/09593985.2018.1472687.
- GALLO RBS et al. Sequential application of non-pharmacological interventions reduces the severity of labour pain, delays use of pharmacological analgesia, and improves some obstetric outcomes: a randomised trial. *Journal of Physiotherapy*, 64 (2018)33-40. doi: 10.1016/j.jphys.2017.11.014.
- GLUPPE SB, ENGH ME, BO K. Immediate Effect of Abdominal and Pelvic Floor Muscle Exercises on Interrecti Distance in Women With Diastasis Recti Abdominis Who Were Parous. *Phys Ther*. 2020 Aug 12;100(8):1372-1383. doi:

10.1093/ptj/pzaa070.

HERBISON GP, DEAN N. Weighted vaginal cones for urinary incontinence. *Cochrane Database Syst Rev.* 2013 Jul 8;(7):CD002114. doi: 10.1002/14651858.CD002114.

HILFIKER R et al. Exercise and other nonpharmaceutical interventions for cancer-related fatigue in patients during or after cancer treatment: a systematic review incorporating an indirect-comparisons meta-analysis. *Br J Sports Med.* 2018 May;52(10):651-658. doi: 10.1136/bjsports-2016-096422.

IGWEA SE. et al. TENS and heat therapy for pain relief and quality of life improvement in individuals with primary dysmenorrhea: A systematic review, 2016.

International Society of Lymphology. The diagnosis and treatment of peripheral lymphedema: 2020 Consensus document of the International Society of Lymphology. *Lymphology.* 53:3-19, 2020.

KHAN F et al. Multidisciplinary rehabilitation for followup of women treated for breast cancer. *Cochrane Database Syst Rev.* 2012 Dec 12;12:CD009553. doi:10.1002/14651858.CD009553.pub2.

KOLBERG TM, et al. Effect of postpartum pelvic floor muscle training on vaginal symptoms and sexual dysfunction-secondary analysis of a randomised trial. *BJOG.* 2016 Mar;123(4):634-42. doi: 10.1111/1471-0528.13823.

LAHART IM et al. Physical activity for women with breast cancer after adjuvant therapy. *Cochrane Database Syst Rev.* 2018 Jan 29;1:CD011292. doi:10.1002/14651858.CD011292.pub2.

LAL N et al. A systematic review of the literature reporting on randomised controlled trials comparing treatments for faecal incontinence in adults. *Acta Chir Belg.* Feb;119(1):1-15, 2019.

LEME NAGIB AB et al. Use of mobile apps for controlling of the urinary incontinence: A systematic review. *Neurourology and Urodynamics,* 2020 Apr;39(4):1036-1048. doi: 10.1002/nau.24335.

LEMOS A et al . Update- Pushing/bearing down methods for the second stage of labour. *Cochrane Database of Systematic Reviews (Online),* 2017 Mar 26;3(3):CD009124. doi: 10.1002/14651858.CD009124.pub3.

LI C et al. The efficacy of pelvic floor muscle training for pelvic organ prolapse: a systematic review and metaanalysis. *Int Urogynecol J.* 2016 Jul;27(7):981-92. doi: 10.1007/s00192-015-2846-y.

LIDDLE SD, PENNICK V. Interventions for preventing and treating low-back and pelvic pain during pregnancy. *Cochrane Database Syst Rev.* 2015 Sep 30;2015(9):CD001139. doi: 10.1002/14651858.CD001139.pub4.

LIN KY, GRANGER CL, DENEHY L, FRAWLEY HC. Pelvic floor muscle training for bowel dysfunction following colorectal cancer surgery: A systematic review. *Neurourol Urodyn.* 2015 Nov;34(8):703-12. doi: 10.1002/nau.22654.

LIN KY et al. Exercise interventions for patients with gynaecological cancer: a systematic review and meta-analysis. *Physiotherapy.* 2016 Dec;102(4):309-319. doi: 10.1016/j.physio.2016.02.006.

LOPES DE ALMEIDA RIZZI SK et al. Early free range-of-motion upper limb exercises after mastectomy and immediate implant-based reconstruction are safe and beneficial: a randomized trial. *Annals of Surgical Oncology.* 27(12):4750-4759, 2020.

MATEUS-VASCONCELOS ECL et al. Physiotherapy methods to facilitate pelvic floor muscle contraction: A systematic review. *Physiother Theory Pract.* 2018 Jun;34(6):420-432. doi: 10.1080/09593985.2017.1419520.

MAZUR-BIALY AI et al. Physiotherapy for prevention and treatment of fecal incontinence in women - systematic review of methods. *Journal of Clinical Medicine* 9(10):3255, 2020.

MCNEELY ML et al. Exercise interventions for upper-limb dysfunction due to breast cancer treatment. *Cochrane Database Syst Rev.* 2010 Jun 16;(6):CD005211. doi:10.1002/14651858.CD005211.pub2.

MERCIER J, MORIN M, ZAKI D, REICHETZER B, LEMIEUX MC, KHALIFÉ S, DUMOULIN C. Pelvic floor muscle training as a treatment for genitourinary syndrome of menopause: A single-arm feasibility study. *Maturitas.* 2019 Jul;125:57-62. doi: 10.1016/j.maturitas.2019.03.002.

- MI, KILOATAR H, ASLAN B, ICELLI M. The effect of tens for pain relief in women with primary dysmenorrhea: A systematic review and meta-analysis. *Explore (NY)*. 2020 Aug 29;2541. doi: 10.1016/j.explore.2020.08.005.
- MORIN M, CARROLL MS, BERGERON S. Systematic Review of the Effectiveness of Physical Therapy Modalities in Women With Provoked Vestibulodynia. *Sex Med Rev*. 2017 Jul;5(3):295-322. doi: 10.1016/j.sxmr.2017.02.003.
- MONTEIRO S et al. Efficacy of pelvic floor muscle training in women with overactive bladder syndrome: a systematic review. *Int Urogynecol J*. 2018 Nov;29(11):1565-1573. doi: 10.1007/s00192-018-3602-x.
- PAIVA LL et al. Pelvic floor muscle training in groups versus individual or home treatment of women with urinary incontinence: systematic review and meta-analysis. *Int Urogynecol J*. 2017 Mar;28(3):351-359. doi: 10.1007/s00192-016-3133-2. Epub 2016 Sep 9.
- PITANGUI ACR et al. High-frequency TENS in post-episiotomy pain relief in primiparous puerpere: A randomized, controlled trial. *J Obstet Gynaecol Res*. 2012 Jul;38(7):980-7. doi: 10.1111/j.1447-0756.2011.01824.x.
- RIZZI SKLA et al. Exercise protocol with limited shoulder range of motion for 15 or 30 days after conservative surgery for breast cancer with oncoplastic technique: a randomized clinical trial. *American Journal of Clinical Oncology*. 44(6):283-290, 2021.
- SALTIEL F et al. Linking Pelvic Floor Muscle Function Terminology to the International Classification of Functioning, Disability and Health. *Phys Ther*. 2020 Aug 31;100(9):1659-1680. doi: 10.1093/ptj/pzaa044.
- SARMENTO ACA et al. Physical methods for the treatment of genitourinary syndrome of menopause: A systematic review. *Int J Gynaecol Obstet*. Dec 22. doi: 10.1002/ijgo.13561.
- SHAH C et al. The impact of early detection and intervention of breast cancer related lymphedema: a systematic review. *Cancer Med*. 2016 Jun;5(6):1154-62. doi:10.1002/cam4.691.
- SHAITELMAN SF et al. Recent Progress in Cancer-Related Lymphedema Treatment and Prevention. *CA Cancer J Clin*. 2015 Jan-Feb; 65(1): 55–81. doi: 10.3322/caac.21253.
- SHERMAN KA et al. Factors Predicting Adherence to Risk Management Behaviors of Women at Increased Risk for Developing Lymphedema. *Support Care Cancer*. 2015 Jan; 23(1): 61–69. doi: 10.1007/s00520-014-2321-1.
- SILVA MPPE et al. Recommendations for Physiotherapy in Breast and Gynecological Cancer during COVID-19 Pandemic: Literature Review. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 67, p. 1-12, 2021.
- STEWART F et al. Electrical stimulation with non-implanted devices for stress urinary incontinence in women. 2017 Dec 22;12(12):CD012390. doi: 10.1002/14651858.CD012390.pub2.
- STUIVER MM et al. Conservative interventions for preventing clinically detectable upper-limb lymphoedema in patients who are at risk of developing lymphoedema after breast cancer therapy. *Cochrane Database Syst Rev*. 2015 Feb 13;(2):CD009765. doi:10.1002/14651858.CD009765.pub2.
- THEODORSEN NM, STRAND LI, BO K. Effect of pelvic floor and transversus abdominis muscle contraction on inter-rectus distance in postpartum women: a cross-sectional experimental study. *Physiotherapy*. 2019 Sep;105(3):315-320. doi: 10.1016/j.physio.2018.08.009. Epub 2018 Oct 25.
- THUVARAKAN K. et al. Transcutaneous Electrical Nerve Stimulation As A Pain-Relieving Approach in Labor Pain: A Systematic Review and Meta-Analysis of Randomized Controlled Trials. *Neuromodulation* 2020 Aug;23(6):732-746. doi: 10.1111/ner.13221.
- VARAHRA A et al. Exercise to improve functional outcomes in persons with osteoporosis: a systematic review and meta-analysis. *Osteoporos. Int*. 29(2):265-286. fev. 2018.
- VONTHEIN R et al. Electrical stimulation and biofeedback for the treatment of fecal incontinence: a systematic review [with consumer summary]. *International Journal of Colorectal Disease*. 28(11):1567-1577, 2013.
- WOODLEY SJ et al. Pelvic floor muscle training for preventing and treating urinary and faecal incontinence in antenatal and postnatal women. *Cochrane Database Syst Rev*. 2020 May 6;5(5):CD007471. doi: 10.1002/14651858.CD007471.pub4.
- ZHENG H et al. Nonpharmacological conservative treatments for chronic functional constipation: A systematic review and

network meta-analysis. *Neurogastroenterology & Motility*. v.31(1):e13441, 2018.

Fisioterapia Neurofuncional na Criança e no Adolescente

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Desenvolvimento motor na primeira infância;
2. Intervenção precoce em crianças diagnosticadas com condições de saúde neurológicas;
3. Fisioterapia neurofuncional na atenção primária;
4. Avaliação e intervenção fisioterapêutica nas seguintes condições de saúde: paralisia cerebral, traumatismo crânio-encefálico, traumatismo raquimedular, espinha bífida, Síndrome de Down, doenças neuromusculares, autismo e paralisia braquial perinatal;
5. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde;
6. Prática Baseada em Evidência em Fisioterapia Neurofuncional;
7. Bases teóricas da Fisioterapia Neurofuncional: teorias neuromaturacional e ecológica (sistemas dinâmicos, percepção-ação e seleção neuronal);
8. Controle motor e aprendizado motor;
9. Bases para o raciocínio clínico em Fisioterapia Neurofuncional;
10. Equipamentos adaptativos e auxílios ambientais para crianças com incapacidades.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS A.C.R., LEITE H.R., MORAIS R.L.S., LIMA V.P. Fisioterapia em pediatria: da evidência à prática clínica. Rio de Janeiro: Medbook, 2019.

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde. Organização Mundial de Saúde. São Paulo: Edusp, 2003.

CURY V.C.R.; BRANDÃO M.D.B. Reabilitação em paralisia cerebral. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.

EFFGEN, S.K. Fisioterapia Pediátrica: atendendo as necessidades das crianças. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

LEITE, HR; LANZA, FC; RESENDE RA. Questões comentadas em Fisioterapia. Rio de Janeiro: Editora Medbook, 2021.

LIMA, C.L.A.; FONSECA, L.F. Paralisia cerebral: neurologia, ortopedia, reabilitação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2008.

LIMA, E.; BORGES, D.; AMARAL, P.; MOURA, E.W. Fisioterapia: Aspectos Clínicos e Práticos da reabilitação. 2ª ed. São Paulo: Editora artes médicas, 2010.

POUNTNEY, T. Fisioterapia Pediátrica. Rio de Janeiro: Elsevier; 2008.

PROFISIO NEURO – Programa de Atualização em Fisioterapia Neurofuncional. Porto Alegre: Artmed Panamericana (Sistema de educação continuada à distância).

SHUMWAY-COOK, A., WOOLLACOTT, M.H. Controle motor – teoria e aplicações práticas. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

TECKLIN, J.S. Fisioterapia Pediátrica. 5ª ed. São Paulo: Manole: 2019.

Fisioterapia Neurofuncional no Adulto e no Idoso

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Neuroanatomia, neurofisiologia, desenvolvimento e envelhecimento do Sistema Nervoso;
2. Métodos de avaliação da funcionalidade e diagnóstico em Fisioterapia Neurofuncional;
3. Aplicações da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF em Fisioterapia Neurofuncional;
4. Plasticidade neural pós-lesão e implicações para a Fisioterapia;
5. Bases teóricas do controle motor e reaprendizado motor na Fisioterapia Neurofuncional: teorias neuromaturacional e

- ecológica (sistemas dinâmicos, percepção-ação e seleção neuronal);
6. Intervenção fisioterapêutica neurofuncional em adultos e idosos nas lesões encefálicas e medulares;
 7. Intervenção fisioterapêutica neurofuncional em adultos e idosos nas lesões do sistema nervoso periférico e neuropatias de caráter progressivo;
 8. Prática baseada em evidência em Fisioterapia Neurofuncional;
 9. Fisioterapia Vestibular e outras intervenções fisioterapêuticas nas disfunções do equilíbrio;
 10. Prescrição de órteses para pacientes com sequelas neurofuncionais.

REFERÊNCIAS

- BECKER, A.H; DOLKEN M. Fisioterapia em Neurologia. Editora: Santos, 2008.
- CAMPBELL, W.W. O Exame Neurológico. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- CAPATTO, T.T.C.; DOMINGOS, J.M.M.; ALMEIDA, L.R.S. Diretriz Europeia de Fisioterapia para a Doença de Parkinson - Versão em Português. São Paulo: Omnifarma, 2015.
- CARR, J; SHEPHERD, R. Reabilitação Neurológica - otimizando o desempenho motor. São Paulo: Manole, 2008.
- CARVALHO, J.A. Órteses - Um Recurso Terapêutico Complementar. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2013.
- FERREIRA, A.S. Lesões Nervosas Periféricas: diagnóstico e tratamento. 2ª ed. São Paulo: Santos; 2006.
- FONTES, S.V.; FUKUKIMA, M.M.; CARDEAL, J.O. Fisioterapia Neurofuncional - Fundamentos para a prática. São Paulo: Atheneu, 2007.
- IWABE-MARCHESE, C. Fisioterapia Neurofuncional – Aspectos Clínicos e Práticos. Editora: CRV, 2011.
- KANDEL, E.R.; SCHWARTZ, J.H.; JESSEL, T.M.; SIEGELBAUM, S.A.; HUDSPETH, A.J. Princípios da Neurociência. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2014.
- LENT, R. Cem Bilhões de Neurônios. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- LUNDY-EKMAN, L. Neurociência – Fundamentos para reabilitação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MOURA, E.W.; LIMA, E.; BORGES, D. et al. Fisioterapia, aspectos clínicos e práticos da reabilitação, 2ª ed. São Paulo: Artes Médicas. 2010.
- O'SULLIVAN, S.B.; SCHMITZ, T.J. Fisioterapia – avaliação e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
- PROFISIO NEURO – Programa de Atualização em Fisioterapia Neurofuncional. Porto Alegre: Artmed Panamericana (Sistema de educação continuada à distância).
- SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M.H. Controle motor – teoria e aplicações práticas. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
- UMPHRED, D.A; CARLSTON, C. Reabilitação Neurológica Prática. 5ª ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

Fisioterapia Respiratória

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia e fisiologia do Sistema Respiratório;
2. Fisiopatologia das doenças respiratórias;
3. Avaliação do doente respiratório;
4. Exames complementares à anamnese e avaliação física do doente respiratório;
5. Métodos e técnicas de avaliação da tolerância ao exercício, aptidão física e AVDs utilizados pelo fisioterapeuta respiratório;
6. Recursos manuais e instrumentais para remoção da secreção pulmonar;
7. Recursos manuais e instrumentais de expansão pulmonar;
8. Oxigenoterapia e suporte ventilatório;
9. Treinamento muscular inspiratório e periférico;

10. Atuação do fisioterapeuta nos programas de reabilitação pulmonar;
11. Atuação fisioterapêutica nas doenças pulmonares obstrutivas;
12. Atuação fisioterapêutica nas doenças pulmonares restritivas e mistas;
13. Fisioterapia no pré e no pós-operatório de grandes cirurgias;
14. Atuação fisioterapêutica nos distúrbios respiratórios do sono;
15. Atuação do fisioterapeuta respiratório na COVID-19.

REFERÊNCIAS

- ASSOBRAFIR Ciência. Série especial COVID-19, 2020. <https://assobrafirciencia.org/ed/5f6de7ed0e88258c7c97b914>.
- BRITTO, RR; BRANT, TCS; PARREIRA, VF (ed.). Recursos manuais e instrumentais em fisioterapia respiratória. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.
- HILLEGASS, E. Essentials of Cardiopulmonary Physical Therapy. 4ª ed. Missouri: Elsevier, 2017.
- HOLLAND AE; SPRUIT MA; TROOSTERS T et al. An official European Respiratory Society/American Thoracic Society technical standard: field walking tests in chronic respiratory disease. Eur Respir J. 2014 v. 44, p. 1428-1446.
- International Classification of sleep disorders – third edition. American Academy of Sleep Medicine. 2014.
- MARTINS JA; KARSTEN M; DAL CORSO S. PROFISIO: Programa de Atualização em Fisioterapia Cardiovascular e Respiratória. Porto Alegre: Artmed Panamericana.
- MCCONNELL, A. Treinamento respiratório para um desempenho superior. Barueri: Manole, 2013.
- ROCCO PRM, ZIN WA. Fisiologia respiratória aplicada. 1ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2009.
- ROCHWERG B; BROCHARD L; ELLIOTT MW et al. Official ERS/ATS clinical practice guidelines: noninvasive ventilation for acute respiratory failure. European Respiratory Journal. 2017; 50:1602426; DOI: 10.1183/13993003.02426-2016.
- RODRIGUES-MACHADO, MG. Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação. 2ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2019.
- SPRUIT, MA, SINGH SJ, GARVEY C et al. An Official American Thoracic Society/European Respiratory Society Statement: Key Concepts and Advances in Pulmonary Rehabilitation. American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine, v. 188, p. e13-e64, 2013.
- VEGA JM; LUQUE A; SARMENTO GJV; MODERNO LFO. Tratado de fisioterapia hospitalar: assistência integral ao paciente. 1ª ed. Editora Atheneu, São Paulo, 2012.
- WEST, JB. Fisiologia respiratória: princípios básicos. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- WEST, JB. Fisiopatologia respiratória: princípios básicos. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Fisioterapia Traumato-Ortopédica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia, fisiologia e cinesiologia do sistema musculoesquelético;
2. Semiologia em traumato-ortopédica;
3. Instrumentos de avaliação do sistema musculoesquelético;
4. Avaliação físico-funcional em Ortopedia e Traumatologia;
5. Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF);
6. Recursos fisioterapêuticos: agentes eletrofísicos, terapia manual ortopédica, cinesioterapia e exercícios terapêuticos, próteses e órteses aplicadas em Ortopedia e Traumatologia;
7. Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia nas disfunções de pacientes adultos e pediátricos;
8. Promoção da saúde e prevenção de disfunções ortopédicas e traumatológicas através de abordagens fisioterapêuticas;
9. Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia na Atenção Primária em Saúde e na média e alta complexidade;
10. Ética e Bioética.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R.I.; SILVA, M.F. Fisioterapia Traumatológica. Porto Alegre: Artmed, 2021.
- BARROS FILHO, T.E.P.; KOJIMA, K.E.; FERNANDES, T.D. Casos Clínicos em Ortopedia e Traumatologia. São Paulo: Manole, 2009.
- BRUMITT, J.; JOBST, E. E. Casos clínicos em fisioterapia ortopédica. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada: Reumatologia e Ortopedia [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – versão preliminar –Vol III. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- BYFIELD, D.; KINSINGER, S. Terapia Manual: Guia de Anatomia de Superfície e técnicas de palpação. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
- CIPRIANO, J. Manual fotográfico dos testes ortopédicos e neurológicos. 4ª ed. São Paulo: Manole, 2005.
- COX, J. M. Dor Lombar – mecanismos, diagnóstico e tratamento. [s. l.]: Manole, 2002.
- DUTTON M. Fisioterapia Ortopédica: exame, avaliação e intervenção. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
- GOODMAN, C. C.; SNYDER, T. E. K. Diagnóstico Diferencial em Fisioterapia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- FONSECA, M.C.R.; MARCOLINO, A.M.; BARBOSA, R.I.; ELUI, V.M.C. Órteses e Próteses - Indicação e Tratamento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2015.
- FREITAS, P.P. Reabilitação da mão. ed. rev. atual. São Paulo: Atheneu, 2006.
- HAYES, K. W. Manual de agentes físicos: recursos fisioterapêuticos. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 212 p. Tradução de: Manual for physical agents.
- HALL, C.M.; Brody, L.T. Exercício terapêutico. Na busca da Função. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- HEBERT, S.; XAVIER, R. Ortopedia e Traumatologia princípios e práticas. 5ª ed. São Paulo: Grupo A Educação S/A, 2017.
- HOPPENFELD, S.; MURTHY, V. L. Tratamento e reabilitação de fraturas. São Paulo: Manole, 2001.
- KENDALL, F. P. Músculos: provas e funções. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
- KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. 5ª ed. Barueri: Manole, 2009.
- KITCHEN, S. Eletroterapia de Clayton. Editora Manole. 11ª ed. São Paulo, 2003.
- KOSTOPOULOS, D.; RIZOPOULOS, K. Pontos Gatilhos Miofasciais: Teoria, Diagnóstico e Tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- LEITE, N. M.; FALOPPA, F. Propedêutica Ortopédica e Traumatológica. Ed. Artmed, 2013.
- LYNN, T.S. Ortopedia pediátrica na prática. 2ª ed. Ed. Artmed, 2007.
- LOW, J.; REED, A. Eletroterapia explicada. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2001.
- MAGEE, D. J. Avaliação Musculoesquelética. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
- NELSON, R. M.; HAYES, K. W.; CURRIER, D. P. Eletroterapia Clínica. 3ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2003.
- NEUMANN, D. A. Cinesiologia do aparelho musculoesquelético – fundamentos para a reabilitação. 2ª ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

- NEVES, M.L. Manual de Liberação e Instrumentação Miofascial. Florianópolis: Merithus. 2016.
- OKESON, J. Tratamento das Desordens Temporomandibulares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008.
- O'SULLIVAN, S. B.; SCHMITZ, T. J. Fisioterapia: avaliação e tratamento. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.
- PAYNE, V. G.; ISAACS, L. D. Desenvolvimento motor humano: uma abordagem vitalícia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- PRENTICE, W. Modalidades Terapêuticas para Fisioterapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PRENTICE, W. E.; VOIGHT, M. L. Técnicas em reabilitação musculoesquelética. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VOIGHT, M. L.; HOOGENBOOM, B. J.; PRENTICE, W. E. Técnicas de exercícios terapêuticos: Estratégias de intervenção musculoesquelética. São Paulo: Manole, 2014.
- STARKEY, C. Recursos fisioterapêuticos em Fisioterapia. São Paulo: Editora Manole, 2001.

Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Políticas públicas de saúde e políticas específicas no campo da Terapia Ocupacional;
2. O Sistema Único de Saúde, a hierarquização de serviços e processos de referência e contrarreferência;
3. O paciente, sua família, cuidadores e a hospitalização;
4. As transformações do cotidiano e consequências psicossociais decorrentes dos processos de adoecimento e hospitalização;
5. Consequências socio-familiares e psicossociais do adoecimento e hospitalização;
6. O cuidado em rede e a atenção ampliada;
7. As transformações do cotidiano e consequências psicossociais decorrentes dos processos de adoecimento e hospitalização;
8. Espiritualidade em Contextos Hospitalares e cuidados paliativos;
9. Atuação em equipe multiprofissional em contextos hospitalares e cuidados paliativos;
10. Condições clínicas predominantes nas diferentes áreas clínicas e cirúrgicas (Pediatria, Geriatria, Reumatologia, Cardiologia e Pneumologia, Oncologia, Traumatologia-ortopedia, cirurgia plástica/queimados, cirurgia de cabeça e pescoço, dentre outros);
11. A atuação do terapeuta ocupacional no hospital geral;
12. A atuação do terapeuta ocupacional em programa de interconsulta hospitalar geral de Terapia Ocupacional;
13. Terapia Ocupacional na atenção a pacientes oncológicos e em tratamento quimioterápico e radioterápico;
14. Terapia Ocupacional na atenção a pacientes em condições crônicas e crônico-degenerativas;
15. Terapia Ocupacional na atenção a pacientes com doenças infectocontagiosas/AIDS;
16. A Terapia Ocupacional em Pediatria e Neonatologia;
17. A Terapia Ocupacional em cuidados paliativos;
18. A Terapia Ocupacional em diferentes contextos hospitalares – enfermaria, ambulatório, unidades especiais (hemodiálise, brinquedoteca, etc.) e UTI (neonatal, pediátrica e de adultos);
19. Programas institucionais de Programa Nacional de Humanização da assistência hospitalar.
20. Processo terapêutico-ocupacional em contextos hospitalares – entrevista, avaliação, planejamento de programa terapêutico, intervenção, relatórios e preparação de alta;
21. Ocupação humana, atividades e recursos terapêuticos na assistência terapêutico-ocupacional em contextos hospitalares;
22. Terapia Ocupacional na assistência domiciliar oferecida por equipe hospitalar;
23. Biossegurança e controle de infecção hospitalar;
24. Terapia Ocupacional no tratamento da COVID-19.
25. **Resolução-COFFITO nº 429/2013.**

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. Manual de cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2ª ed., 2012.
- ALI, A.M.A.S.A.; SOARES, I.J.A.; REDIGOLO, L. R. P.; PERIA, F.M.; DE CARLO, M.M.R.P. Protocolo Clínico e de Regulação para Atenção a pacientes em Cuidados Paliativos. In: SANTOS, J.S. et al (org.) Protocolos Clínicos e de Regulação - Acesso à Rede de Saúde, Ed. Elsevier Brasil, 2012, cap.10, p. 141-160.
- BARROZO, B. M. RICZ, H. M. A. DE CARLO, M. M. R. P. Os papéis ocupacionais de pessoas com câncer de cabeça e

pescoço. Rev Ter Ocup Univ São Paulo , v.25, p. 255 - 263, 2014.

BESSE, M. Terapia Ocupacional e Cuidados Paliativos. In: SANTOS, F. S. (Org.). 1ª ed. Cuidados Paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2009, p. 103 – 114.

BEZERRA, T. C. R.. COUTINHO, V. S.. MUNGUBA, M. C. Terapia Ocupacional. In: LIMA JÚNIOR, E. M.. BARRETO, M. G. P. (Org.). Rotina de atendimento ao queimado. 1ª ed. Fortaleza: Intergráfica, 2006, p. 68-74. BOTEGA, N. J (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BITTENCOURT, E.S.; MOREIRA, P.S.; PAIXÃO, G.M. & CARDOSO, M.M.(2021). A atuação do terapeuta ocupacional em Unidade de Terapia Intensiva: uma revisão sistemática. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e2800. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2118>.

BARRETO, M. G. P.(Org.). Rotina de atendimento ao queimado. 1ª ed. Fortaleza: Intergráfica, 2006, p. 68-74.

BOTEGA, N. J (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção hospitalar. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Cadernos HumanizaSUS. v. 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Cap. 2, p. 18 -27.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

BRASIL. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização – PNH. Secretaria de Atenção à Saúde. Humaniza SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BOMBARDA, T.B.; LANZA, A.L.; SANTOS, C.A.V.; JOAQUIM, R.H.V.T. Terapia Ocupacional na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto e as percepções da equipe. Cadernos de Terapia Ocupacional. UFSCar, São Carlos, v. 24, n.4, p. 827-835, 2016. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0861>.

CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; DEBORTOLI, J. A. (Org.). Brincar(es). 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática, 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CORRÊA, V. A. C. Luto: Intervenção em Terapia Ocupacional. 1ª ed. Belém: Amazônia Editora. 2010.

CREPEAU, E. B.; CONH, E. S.; SCHELL, B.; A. Boydt. WILLARD & Spackman Terapia Ocupacional. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DAHDAH, D. F.; FRIZZO, H. C. F.; FANGEL, L. M. V. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares - Caracterização do ensino nos cursos universitários Brasileiros. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 25, p. 70-79, 2014.

DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI C. C. (Org.). Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001. DE CARLO et al. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares. Prática Hospitalar, ano VIII, nº 43, Jan-Fev, 2006.

DE CARLO, M. M. R.P.; GOMES-FERRAZ, C.A.; REZENDE, G.; BUIN, L.; MOREIRA, D.J.A.; SOUZA, K.L.; SACRAMENTO, A.M.; SANTOS, W.A.; MENDES, P.V.B.; VENDRUSCULO-FANGEL, L.M. Diretrizes para assistência da terapia ocupacional na pandemia da COVID-19 e perspectivas pós-pandemia. Guidelines for occupational therapy assistance in Covid-19 pandemic and post-pandemic perspectives. Medicina (Ribeirão Preto) 2020; 53(3): 332-369. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v53i3p332-36>

DE CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M. (org.). Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2004.

DE CARLO, M. M. R. P.; QUEIROZ, M. E. G. (Org.). Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade.

São Paulo: Roca, 2008.

DE CARLO, M.M.R.P.; KUDO, A.M. (org.). Terapia Ocupacional em Contextos hospitalares e Cuidados Paliativos, SP: Ed. Paya, 2018.

DE CARLO, M.M.R.P.; LIMA, N.K.C. Cuidados Paliativos. In: LOPES, A.C. Tratado de Clínica Médica – Módulo: Oncologia, 3ª ed., SP, 2015, cap.290, p.2466-2477.

DRUMMOND, A. F. REZENDE, M. B. (Org.). A Intervenção Clínica em Terapia Ocupacional. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FERLAND, F. O modelo lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a Terapia Ocupacional. 3ª ed. São Paulo: Roca, 2006.

GALHEIGO, S. M.; TESSUTO, L. Trajetórias, percepções e inquietações de terapeutas ocupacionais do Estado de São Paulo no âmbito das práticas da terapia ocupacional no hospital. Rev Ter Ocup Univ São Paulo, v. 21, n. 1, p. 23-32 jan./abr. 2010.

GIL, N. A.; DE CARLO, M. M. R. P. Os papéis ocupacionais de pessoas hospitalizadas em decorrência da Síndrome da Imunodeficiência adquirida. O Mundo da Saúde, 2014, v.38, p.179 - 188.

EVA, G. Necessidade de Pesquisa e Evidências de Terapia Ocupacional em Cuidados Paliativos. In: DE CARLO, MMRP, KUDO, A.M. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos. 1ª. ed. SP: Ed. Payá, 2018, Cap. 15, p.399-411.

GOMES, G. A interconsulta de Terapia Ocupacional no Hospital Geral: Um convite feito há mais de 10 anos. Revista do CETO, ano 12 - nº 12, 2010.

KÜBLER – ROSS, Elisabeth. Sobre a morte e o morrer. S.P.: Martins Fontes, 1998.

KUDO, A. M.; MARIA, P. B. O Hospital pelo Olhar da Criança. 1ª ed. São Paulo: Yendis Editora, 2009.

KUDO, AM et al. Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em Pediatria. 2ª ed. São Paulo: Sarvier.1994.

MORAIS, L. V. A Interconsulta de Terapia ocupacional no Hospital Geral: um espaço para a saúde. Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional (CETO), São Paulo, v. 6, n.6, 2001, p. 9- 13.

OLIVEIRA, E. A.; VOLTARELLI, J. C.; MASTROPIETRO, A. P.; SANTOS, M. A. Intervenção junto à família do paciente com alto risco de morte. Medicina, Ribeirão Preto, v. 38, n. 01, p. 69-73, 2005.

OLIVEIRA, R.A. (coord.) CUIDADOS PALIATIVOS CRM / SP, 2008. Disponível em:
http://www.cremesp.org.br/library/modulos/publicacoes/pdf/livro_cuidado%20paliativo.pdf.

OLIVEIRA-CARDOSO, E. A.; MASTROPIETRO, A. P.; SANTOS, M. A. & VOLTARELLI, J. C. (2010). Apoio psicológico na terminalidade: Ensinamentos para a vida. Psicologia em Estudo (Maringá), 15(2), 235-244. Disponível em
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n2/a02v15n2.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para Família de Classificações Internacionais, Org. coordenação da tradução Heloísa Ventura Dinubila]. São Paulo: Editora Edusp, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Cuidados Inovadores para Condições Crônicas: componentes estruturais de ação. Cap.3p. Cuidados Inovadores: enfrentando o desafio das condições crônicas p.45-71, 2003.
http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/Manual_final.pdf.

OTHERO M. B. (Org.). Terapia Ocupacional: práticas em Oncologia. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2010. OTHERO, M. B. Terapia Ocupacional em Oncologia. In: CARVALHO, V. A.; FRANCO, M. H.; KÓVACS, M. J. (Org.). Temas em Psico-Oncologia. 1ª ed. São Paulo: Summus, 2008, p. 456-64.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev. Saúde Pública, vol. 35, nº 1, São Paulo, fev. 2001.
PESSINI, L.; BERTACHINI, L. Humanização E Cuidados Paliativos. 2ª. ed, Loyola, 2010, 360p.

PESSINI, L. Cuidados Paliativos - Alguns Aspectos Conceituais, Biográficos e Éticos. *Prática Hospitalar*. Ano VII, nº 41, set-out, 2005

PITTA, A. M. F. *Hospital: dor e morte como ofício*, 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

QUEIROZ, M. E. G. *Terapia Ocupacional junto aos enlutados*. In: Santos F. S. (Org.). *Tratado brasileiro sobre perdas e luto*. São Paulo: Atheneu. 2014, p. 393-99.

SANTOS, C. A. V.; DE CARLO, M. M. R. P. *Hospital como campo de práticas: revisão integrativa da literatura e a terapia ocupacional*. *Cad Ter Ocup UFSCar*, v.21, p.99 - 107, 2013.

SANTOS, F.S. *Cuidados Paliativos - Discutindo a Vida, a Morte e o Morrer*. Atheneu, 2010, 476p.

SANTOS, F. S. (Org.). *Cuidados Paliativos – diretrizes, humanização e alívio de sintomas*. 1ª ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

SANTOS-FILHO, S. B. *Dimensão de planificação da política de Humanização na Atenção e Gestão em Saúde*. In: SOUZA, V. M.; FRIZZO, H. C. F.; PAIVA, M. H. P.; BOUSSO, R. S.; SANTOS, A. S. *Espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais de adolescentes com câncer*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, p. 791-796, 2015.

SUMSION, T. *Prática baseada no cliente na Terapia Ocupacional: guia para implementação*. São Paulo: Roca, 2003.

THE ECONOMIST *The 2015 Quality of Death Index Ranking palliative care across the world*. The Economist Intelligence Unit Limited, 2015, 70p.

UCHÔA-FIGUEIREDO, L.R.; NEGRINI. S. F. B. M. (Org.). *Terapia Ocupacional: diferentes práticas em hospital geral*. 1ª ed. Ribeirão Preto, SP: Editora Legis Summa, 2009.

VIEGA, D. *Brinquedoteca Hospitalar: isto é humanização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Walk Ed., 2008.

Terapia Ocupacional em Contextos Sociais

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional;
2. Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional;
3. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional;
4. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO);
5. Domínio e Processo da Terapia Ocupacional;
6. Modelos de Terapia Ocupacional;
7. Quadros de referência, abordagens e processos de mudança em Terapia Ocupacional;
8. Fundamentos e conceitos em Terapia Ocupacional nos contextos sociais;
9. Atuação profissional em Terapia Ocupacional nos contextos sociais e nas políticas de assistência social, cultura, educação, trabalho, cidadania e justiça, desenvolvimento e meio ambiente, comunidades e saberes tradicionais, população em situação de privação de liberdade, situação de rua e nomadismo, situações de calamidade e conflito seguidas de violência, migração e deslocamentos, teorias de exclusão e representação social;
10. Bioética;
11. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF;
12. **Resolução-COFFITO nº 406/2011.**

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (ORG). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. SEEDF, 2009.

ACHUTTI, Daniel. *Justiça Restaurativa e abolicionismo penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

ALMEIDA, M. C. BARROS, D. D. GALVANI, D. REIS, T. A. M. *Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras*. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 19, p. 356-363, 2011.

ANDRADE, Francisco Leal de. *A inserção dos estudos de gênero em cursos de terapia ocupacional no Brasil: uma análise discursiva na perspectiva feminista*. 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e

Feminismos) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019

BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo [online]. 2004, vol.15, n.3, pp. 90-97.

BARROS, D. D. ALMEIDA, M. C. de. VECCHIA, T. C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.18, n. 3, p. 128-134, set./dez. 2007.

BARROS, D. D. CHAGAS, J. N. M. Terapia Ocupacional: atuação na assistência social e no desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural. 2ª ed. Brasília: ABRATO, 2013.

BARROS, D. D. LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia Ocupacional Social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTI, A. GALVÃO, C. (Org.). Terapia Ocupacional – fundamentação & prática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007, v. , capítulo 2, p.10-17; capítulo 37, p.347-353.

BARROS, D. D. LOPES, R. E. GALHEIGO, S.M. Novos espaços, novos sujeitos: a terapia ocupacional no trabalho territorial e comunitário. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Org.). Terapia Ocupacional – fundamentação & prática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2007, v. , p. 354-363.

BERNARDO, Júlia Ferreira. Competência moral e perfil de profissionais que atendem o adolescente em conflito com a lei. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado e Filosofia) –Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

BOTOSSO, B. M. e GUEDES, O. S. Cultura como mediação de pertencimento ao espaço: um dos avessos da alienação. Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, v.2, n.4, jul/2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Federal nº 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. 2012. Brasília.

BRASIL. Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de Internação – Programa justiça ao jovem. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 1, de 24 de junho de 2016. Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Brasília, DF, 1 JUL. 2016. Seção 1, p. 72-73.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.

BRASIL. Presidência da República, SEDH/CORDE, Cartilha da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, SÉESP, 2007.

BRASIL. MTE, SIT, DEFIT. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, 2007.

BRASIL. MDS. Bolsa Família: Agenda de compromissos da família, 2008

BRASIL. MDS, Conheça mais sobre o BPC. Um direito garantido pela Constituição Federal, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH3.

BRASIL. Presidência da República/Lei nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

CARVALHO, Saulo A., BARBOSA, V. Marcus. A Economia Solidária como Instrumento de Efetivação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, 2016.

CASTEL, R. Da indignância à exclusão, à desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI A. (org.) Saúde Loucura 4. São Paulo, Hucitec, 1994, p.21-48.

CASTRO, A. LOPES, R. E. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 19, p. 259-282, 2011.

CASTRO, E. D. Habitando os territórios da Arte e da Terapia Ocupacional: percursos teóricos e reflexões. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-8, 2002.

CAZEIRO, A. P. M. et al. A Terapia Ocupacional e as Atividades da Vida Diária, Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva. Fortaleza: ABRATO, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 425, de 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em:
<http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Definição de Terapia Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Formação Acadêmica do Terapeuta Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3384.

BRASIL. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Especialidades de Terapia Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3390.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 445, de 26 de abril de 2014. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 81, de 9 de maio de 1987. Baixa Atos Complementares à Resolução-COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução-

COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 406, de 07 de novembro de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional e dá outras providências. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>.

COSTA, S. L. ALVARENGA, L. ALVARENGA, A. M. Estudo de/com comunidades tradicionais: cultura, imagem e história oral. Revista Documenta Virtual (UFRJ), v.17, 2007.

COSTA, S. L. MACIEL, T. M. F. B. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 61, p. 60-72, 2009.

DE CARLO, M.M.R.; BARTALOTTI (Orgs.) - Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. Plexus Editora: 2001 – cap. 1.

EMMEL, M. L. G., Desenvolvimento ocupacional da criança. In: JOAQUIM e col. Desenvolvimento da criança de zero a seis anos. São Carlos, EduFSCar, p.-48, 2016 (Série Apontamentos).

GALHEIGO, S. M. Da adaptação psicossocial à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. Revista de Ciências Médicas PUCCAMP, v.6, n.2/3, p.105-108, 1997.

GALVANI, D. BARROS, D. D. Pedro e seus circuitos na cidade de São Paulo: religiosidade e situação de rua. Interface, v.14, p.767 - 779, 2010.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. 1ª ed., reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS. A. Sociologia. trad. S.R. Netz. 4ª ed. POA: Artmed, 2005.

GHIRARDI, M. I. G. LOPES, S.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. Interface (Botucatu. Impresso), UNESP - Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.

HAGEDORN R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conceitos e processos centrais. Ed. Roca, 2007 – cap. 1.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. Revista Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2741/2088>.

KIELHOFNER, G., FORSYTH, K., KRAMER, J. M., MELTON, J., & DOBSON, E. (2011). O Modelo de Ocupação Humana. In: E. B. CREPEAU, E. S. COHN, & B. B. SCHELL (Eds.), Willard & Spackman - Terapia Ocupacional (pp. 647-666). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

LOPES, R., MALFITANO, A.P.S.(ORG). Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos. EduFSCar, 2016.

LOPES R. E. MALFITANO, A. P. S., BORBA, P. L. O. O processo de criação de vínculo entre adolescentes em situação de rua e operadores sociais: compartilhar confiança e saberes. Quaestio (UNISO). v. 8, n.1, p.121-131. 2006.

LOPES, R. E. BORBA, P. L. O.; TRAJBER, N. K. A.; SILVA, C. R.; CUEL, B. T. Oficinas de Atividades com Jovens da Escola Pública: Tecnologias Sociais entre Educação e Terapia Ocupacional. Interface (Botucatu. Impresso), v. 15, p. 277-288, 2011.

LOPES, R. E.. SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 18, p. 158-164, 2007.

MACEDO, M. D. C., BARROS, D. D. Saúde e serviços assistenciais na experiência de jovens Guarani da comunidade Boa Vista. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v.21, p.182 - 188, 2010.

MAGNANI, José G. C. I. A rua quinze de praça à praça – um exemplo antropológico [on-line]. In: NAU- Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível www.n-a-u.org/ruasimbolosuporte.html.

MAGNANI, José G. C. I. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana [on-line]. In: NAU- Núcleo de Antropologia

Urbana da USP.

MALFITANO, A.P.S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social* Intervention fields and cores in social occupational therapy. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16, n. 1, p.1-8, abr., 2005.

MALFITANO, A. P. S. Juventude e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. Etnográfica [on line], vol 15 (3), 2011.

MAXIMINO, V., LIBERMANN, F. (org.) Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações. São Paulo, Summus, 2015

MELO, Késia Maria Maximiano. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade, Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016 <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0645>

MEDEIROS, M.H.R. (2010). Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social São Carlos: EdUFSCar.

MORAIS, A. C., & Malfitano, A. P. S. (2016). O terapeuta ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, 24(3), 531-542. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0727>.

MORATO, G.G.; LUSSI, I.A.O. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v.23, n.4, p. 733-745, 2015c

MUNIZ, Egli. Os serviços de proteção social: Um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PIEROTE SILVA, V., BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em Terapia Ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v.21, p.68 - 73, 2010.

RODRIGUES, A. MONZELI, G., FERREIRA, S.R.S. A política do corpo: gêneros e sexualidade em disputa. Vitória, EDUFES, 2017

ROCHA, W.S. Os adolescentes em conflito com a lei: uma reflexão. In: Políticas públicas no território das juventudes. Amazonas: Universidade Federal do Amazonas, 2006.

RUSCHEINSKY, A. et al. Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre, Artmed, 2002

SANTOS, V., Gallassi, A.D. (org) Questões Contemporâneas da Terapia Ocupacional na América do Sul (port. esp.) Capítulos 10 a 12. Editora CRV, 2014. pgs.141 a 165

SATO, M., BARROS, D. D., SANTOS, . Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre terapia ocupacional social no contexto da política municipal para população migrante, ISSN 0104-4931 Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 91-103, 2016 <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0756>

SATO, M., BARROS, D. D., SANTOS, A. S. S. Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso), v. 29, p. 29-62, 2007.

SAWAIA, B. (org). As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. SILVA, M.O.S, YAZBEK, M.C (org) Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo. São Paulo, Cortez, 2012

SILVA, A.B.F. Terapia Ocupacional e Violência Doméstica. Ações interdisciplinares de acolhimento e cuidado. Curitiba: CRV, 2017

SILVA, A. M. Roberto. Políticas públicas de economia solidária no Brasil Conquistas de direitos e desafios institucionais. Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, V.1.1, 2017, P.8-34. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/download/25676/18275

SILVA, A. B. B. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, A. M. F. M. Relações familiares, processos de identificação e bemestar em adolescentes cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

SUASE, Metodologia das medidas socioeducativas em meio aberto. Belo Horizonte, 2013. Fascículo 1.

TOWNSEND, E., MARVAH, R. Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional? Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 229-242, 2013

XIBERRAS, M. As Teorias da Exclusão. Para a construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. congressos brasileiros (1997-2007): desafios e debates de um campo emergente. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 21, p.11 - 120, 2010.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZEHR, Howard. Justiça Restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2012.

Terapia Ocupacional em Gerontologia

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional;
2. Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional;
3. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional;
4. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO);
5. Domínio e processo da Terapia Ocupacional;
6. Modelos de Terapia Ocupacional.
7. Quadros de referência, abordagens e processos de mudança em Terapia Ocupacional;
8. Análise de atividade em Terapia Ocupacional;
9. Avaliações dos componentes psicomotores, psicoafetivos, psicossociais, perceptocognitivos e sensoperceptivos;
10. Estilo de vida e saúde mental;
11. Tecnologias em saúde mental;
12. Saúde coletiva;
13. Bioética;
14. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF;
15. **Resolução-COFFITO nº 477/2016;**
16. Velhice como período de desenvolvimento;
17. Dinâmica e transição de regime demográfico;
18. Avaliação do idoso e manutenção da capacidade funcional em Terapia Ocupacional;
19. Fatores de risco no envelhecimento;
20. Política Nacional da Pessoa Idosa, Estatuto do Idoso;
21. Aspectos e bases teóricas da percepção e cognição;
22. Alterações comportamentais no envelhecimento;
23. Políticas sociais na velhice;
24. Atuação do terapeuta ocupacional nos âmbitos da saúde, da cultura e do lazer, na educação formal e não formal e na assistência social à pessoa idosa;
25. Gestão de serviços de saúde públicos e privados;
26. Atenção a cuidadores formais e informais.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Envelhecendo em um Brasil mais velho: Implicações do envelhecimento populacional para o crescimento econômico, a redução da pobreza, as finanças públicas e a prestação de serviços. Sumário Executivo, Washington; Copyright©Brasil. 2011.

BERNARDO, L. D.; CARVALHO, C. R. A. . O papel do engajamento cultural para idosos: uma revisão integrativa da literatura. REVISTA BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, v. 23, p. 1-13, 2020.

BERNARDO, L. D.. IDOSOS COM DOENÇA DE ALZHEIMER: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A INTERVENÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NAS ALTERAÇÕES EM HABILIDADES DE DESEMPENHO. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 26, p. 926-942, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, Cad. de Atenção Básica, n.19).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS 2.528/06. Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto 8114. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Decreto no. 8.114, de 30 de Setembro de

2013. Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília 2018.

BRASIL. Estatuto do Idoso - Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. - Lei 13.466, de 12 de julho de 2007 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde, Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília 2018.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio a Saúde do Idoso / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012. Redefine os de Saúde (SUS). http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html BRASIL.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas na Terceira Idade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html.

CAMARANO AA. Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco Social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CANON, Mariana Boaro; ALMEIDA, M. H. M. ; NOVELLI, MARCIA MARIA PIRES CAMARGO . ESCALA DE AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE NA DEMÊNCIA VERSÃO LONGA (DADL-BR). Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 24, p. 323-334, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução-COFFITO nº 425, de 08 de Julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Definição de Terapia Ocupacional. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Formação Acadêmica do Terapeuta Ocupacional. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3384

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL Decreto LEI n. 938 – de 13 de Outubro de 1969. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Especialidades de Terapia Ocupacional. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3390

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO Nº 445 de 26 de abril de 2014. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL RESOLUÇÃO Nº. 81, DE 9 DE MAIO DE 1987. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO COFFITO Nº 477 de 20 dezembro de 2016. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Gerontologia e dá outras providências. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO). Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404
DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.

DOMINGUES M A, LEMOS N D. Gerontologia: os diversos cenários de atenção. Barueri: Manole, 2010. (Destaque para os capítulos de terapeutas ocupacionais)

DUTRA, B. S. G.; CARVALHO, C.R.A. Violência simbólica: Estigma e infantilização e suas implicações na participação social das pessoas idosas.. REVISTA KAIRÓS, v. 24, p. 79-91, 2021.

DRUMOND, A. de F.; REZENDE, M.B. (orgs) Intervenções da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Organização Mundial da Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, I

FREITAS EV, PY L, CAÇADO FAX, DO LL J, GORZONI ML. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4o ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. (Destaque para os capítulos de terapeutas ocupacionais)

HAGEDORN, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. São Paulo: Dynamis, 1999.

MATTOS, EBT ; OLIVEIRA, J. P. S. ; NOVELLI, MARCIA M.P.C. . As demandas de cuidado e autocuidado na perspectiva do cuidador familiar da pessoa idosa com demência. REVISTA BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, v. 23, p. 1-10, 2020.

MORAES EN. Atenção à saúde do Idoso: Aspectos Conceituais. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

NERI AL. Palavras-chave em gerontologia. 4a ed. Campinas: Alínea, 2014.

PARENTE, M.A.M.P. Cognição e Envelhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERRACINI M R, FLÓ C. Funcionalidade e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

RAMOS LR, CENDOROGLIO M. S. Guias Ambulatoriais Geriatria e Gerontologia. 2a. ed. Barueri: Manole, 2011.

EIS, E.; NOVELLI, M. M. P. C.; Guerra, R. L. F. Intervenções realizadas com grupos de cuidadores de idosos com síndrome demencial: revisão sistemática. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 3, p. 646-657, 2018

ILC – Brasil (Centro Internacional de Longevidade) Envelhecimento ativo: um Marco Político em Resposta à Revolução da Longevidade. Rio de Janeiro. Centro Internacional de Longevidade Brasil. 1ª Edição, 2015.

WILLARD & SPACKMAN. Terapia Ocupacional. 11ª Edição, Ed Guanabara Koogan, 2011. (Destaque para os capítulos de Gerontologia).

Terapia Ocupacional em Saúde da Família

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos gerais da Terapia Ocupacional;
2. Fundamentos históricos da Terapia Ocupacional;
3. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional;
4. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO);
5. Domínio e Processo da Terapia Ocupacional;
6. Modelos de Terapia Ocupacional;
7. Quadros de referência, abordagens e processos de mudança em Terapia Ocupacional;
8. Análise de atividade em Terapia Ocupacional;
9. Processos grupais em Terapia Ocupacional;
10. Processo de Terapia Ocupacional;
11. Atenção básica à saúde/atenção primária à saúde;

12. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF);
13. Apoio matricial;
14. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
15. Rede de cuidados à pessoa com deficiência;
16. Rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas;
17. Terapia Ocupacional em comunidade;
18. Terapia Ocupacional em Saúde Mental;
19. Terapia Ocupacional em Gerontologia;
20. Terapia ocupacional e o brincar;
21. Processo saúde e doença mental nas suas múltiplas determinações: o trabalho, as relações, o ambiente natural, o ambiente transformado, os valores sociais, o ócio, a recreação, entre outros;
22. Epidemiologia – determinantes da alteração das condições de saúde mental;
23. Desenvolvimento ontogênico dos componentes psicomotores, psicoafetivos, psicossociais, perceptocognitivos e senso-perceptivos;
24. Estilo de vida e saúde mental;
25. Tecnologias em saúde mental;
26. Saúde coletiva;
27. Bioética;
28. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF;
29. **Resolução-COFFITO nº 407/2011;**
30. Teleatendimento;
31. Políticas públicas de Saúde;
32. Terapia Ocupacional em momentos de crise/desastre/pandemia.

REFERÊNCIAS

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68 (Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>. Rev Ter Ocup Univ São Paulo; jan.-abr. 2015; 26 (ed. esp.): 1-49.)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012. Redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade NASF 3, e dá outras providências. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3124_28_12_2012.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html

BRASIL. Ministério Da Saúde. Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html.

BRASIL. Ministerio Da Saúde/SVS. Recomendações para a atenção integral a adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS.

Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Portaria MS/GM nº2761 de 19 de novembro de 2013. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde-PNEPS-SUS

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.: il. – (Série E. Legislação em Saúde) <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>

BOURGET. Ir. M.M.M(org). Programa Saúde da Família: Guia para Planejamento Local. São Paulo, Martinari, 2005, 1ª reimpressão BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE/SVS. Recomendações para a atenção integral a adolescentes e jovens vivendo com HIV/AIDS. Brasília-DF, 2013

CABRAL, L.R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017.
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>

CANÍGLIA, M. Terapia Ocupacional: um enfoque disciplinar. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.
CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº425, de 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em:
<http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Definição de Terapia Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3382.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Formação Acadêmica do Terapeuta Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3384

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL Decreto LEI n. 938 – de 13 de Outubro de 1969.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Especialidades de Terapia Ocupacional.
https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3390

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO Nº 445 de 26 de abril de 2014. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL RESOLUÇÃO Nº. 81, DE 9 DE MAIO DE 1987. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO COFFITO Nº 407 de 18 de agosto de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências.
<http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO). Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO Nº 516, DE 20 DE MARÇO DE 2020. Dispõe sobre a suspensão temporária do Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 424/2013 e Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 425/2013 e estabelece outras providências durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19. Disponível: RESOLUÇÃO Nº 516, DE 20 DE MARÇO DE 2020 – Teleconsulta, Telemonitoramento e Teleconsultoria (coffito.gov.br)

DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001.

CHIAVERINI, D. H. (Org.). Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

- DRUMOND, A.de F.; REZENDE, M.B. (orgs) *Intervenções da Terapia Ocupacional*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- HAGEDORN, R. *Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais*. São Paulo: Roca, 2007.
- LANCMANN, S.BARROS,J.O.Estratégia de saúde da família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e terapia ocupacional: problematizando as interfaces . *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n. 3, p. 263-269, set./dez. 2011.
- LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014.
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>.
- MAXIMINO, V.; LIBERMAN, F. *Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações*. São Paulo: Summus, 2015.
- MATSUKURA, T.S. SALLES, M.M.(org). *Cotidiano, Atividade Humana e Ocupação: Perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental*. São Carlos, EduFSCar, 2016,
- MEDEIROS, M.H.R. *Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social*. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.
- MOREIRA, A.B.,*Terapia Ocupacional: história crítica e abordagens territoriais/comunitárias*. *Vita et Sanitas, Trindade/Go*, v. 2, n . 02, 2008.
- MONTEIRO, C. M. Et al. Desafios e possibilidades na reorientação do processo de trabalho dos terapeutas ocupacionais nos núcleos ampliados de saúde da família e atenção básica em meio à pandemia da Covid-19. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, v.2, nº5, p. 244-251, 2021. Disponível: *Desafios e possibilidades na reorientação do processo de trabalho dos terapeutas ocupacionais nos núcleos ampliados de saúde da família e atenção básica em meio à pandemia da covid-19 / Challenges and possibilities in the reorientation of the work process of occupational therapists in the extended family health centers and basic care in the middle of the Covid-19 pandemic | Monteiro | Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO (ufrj.br)*
- ORGANIÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência*. São Paulo, APADE e CVI-AN.1996.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: EDUSP; 2003.
- PITTA, A.M. FERNANDES (ORGANIZAÇÃO). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- REIS, F. *Terapia ocupacional no apoio à equipe de saúde da família: como superar os desafios iniciais na implantação das ações?* *Revista Baiana de Terapia Ocupacional, Salvador*, dez. 2012; 1(1): 42-56.
- ROCHA, E.F.; PAIVA, L.F.; OLIVEIRA, R. dos H. *Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias*. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 20, n. 3, p. 351-361, 2012.
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/679/393>.
- SANTOS, V. D. S.; GALLASSI, A. D. *Questões Contemporâneas da Terapia Ocupacional na América do Sul*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2014.
- SILVA, D. B. *Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço*. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. suplemento*, v.4, nº3, p. 529-553, 2020. Disponível: *Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço/Occupational Therapy, Everyday life and pandemic Covid-19: concerns about occupying time-space | Silva | Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO (ufrj.br)*
- SILVA J. J. B., NASCIMENTO, A. C. B. *Terapia Ocupacional e Telessaúde em tempos de Covid-19*. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro*, v.4, nº6, p.1013-1022, 2020. Disponível: *Terapia Ocupacional e Telessaúde em tempos de COVID-19/ Occupational Therapy and telessaúde in Covid-19 times | Silva | Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO (ufrj.br)*
- SOUZA, M.F(org).*Saúde da família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos no espelho do futuro*.Campinas,SP.

Saberes Editora, 2014.

SUMSION, T. Prática Baseada no Cliente na Terapia Ocupacional - Guia para Implementação.: 1ª Ed. São Paulo. Roca, 2003.

Terapia Ocupacional em Saúde Mental

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos da Terapia Ocupacional em saúde mental;
2. Fundamentos da Ciência Ocupacional;
3. Análise da atividade e da ocupação humana aplicada à saúde mental;
4. Avaliações, diagnóstico ocupacional e intervenções terapêuticas ocupacionais no campo da saúde mental;
5. Modelos, métodos e técnicas da Terapia Ocupacional aplicados à saúde mental;
6. Políticas públicas de saúde mental e reforma psiquiátrica;
7. Processo saúde e doença mental nas suas múltiplas determinações: o trabalho, as relações, o ambiente natural, o ambiente transformado, os valores sociais, o ócio, a recreação, entre outros;
8. Epidemiologia – determinantes da alteração das condições de saúde mental;
9. Desenvolvimento ontogênico dos componentes psicomotores, psicoafetivos, psicossociais, perceptocognitivos e sensoperceptivos;
10. Estilo de vida e saúde mental;
11. Tecnologias em saúde mental;
12. Saúde coletiva;
13. Bioética;
14. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF;
15. Resolução-COFFITO nº 408/2011;
16. Apoio matricial.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS

- ARAÚJO, Angélica da Silva. KEBBE, Leonardo Martins. Estudo sobre grupos de terapia ocupacional para cuidadores de familiares de pacientes com esquizofrenia. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 97-108, 2014.
- ASSAD, Francine Baltazar, PEDRÃO, Luiz Jorge Pedrão e CIRINEU, Cleber Tiago. Estratégias de cuidado utilizadas por terapeutas ocupacionais em centros de atenção psicossocial. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 743-753, 2016.
- ASSAD, Francine Baltazar; PEDRAO, Luiz Jorge. O significado de ser portador de transtorno mental: contribuições do teatro espontâneo do cotidiano. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 92- 97, ago. 2011.
- BASTOS, Simone Costa de Almeida; MANCINI, Marisa Cotta e PYLÓ, Rúbia Marques. O uso da medida canadense de desempenho ocupacional (COPM) em saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, N. 2, P. 104-110, 2010.
- CAMPOS RAL; Lopes LS; Correia RL; Vaz LR. As dimensões da humanização nas práticas de Terapia Ocupacional em saúde mental. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2019. v.3(1): 133-149.
- CASTRO, Eliane Dias de et al. Território e diversidade: trajetórias da terapia ocupacional em experiências de arte e cultura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 3-12, 2016.
- COSTA, L. A.; ALMEIDA, S. C.; ASSIS, M. G. Reflexões epistêmicas sobre a Terapia Ocupacional no campo da Saúde Mental. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 189-196, 2015.
- COSTA, VC.; ET AL. Afetos, sabores e trilhas: a oficina de culinária como operador clínico da desinstitucionalização. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2017. v.1(3): 300-317
- CHIAVERINI, D. H. (Org.). Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

- FERIGATO, Sabrina e SILVA, Michelle Chanchetti. Saúde mental e terapia ocupacional: a construção de um projeto terapêutico singular. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 379-386, 2016.
- FERRO, Luís Felipe. Grupo de convivência em saúde mental: intersectorialidade e trabalho em rede. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 485-498, 2015.
- FIORATI, Regina Célia e SAEKI, Toyoko. As atividades terapêuticas em dois serviços extras hospitalares de saúde mental: a inserção das ações psicossociais. Cad. Ter. Ocup. UFSCar. São Carlos. v. 20, n. 2, p. 207-215, 2012.
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Dos pavilhões às ruas: a âncora territorial da reforma psiquiátrica. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. vol.19, n.3, pp. 183-192. 2008.
- GOZZI, Alana de Paiva Nogueira Fornereto e LUISSI, Isabela Aparecida de Oliveira. A avaliação inicial no processo de trabalho do terapeuta ocupacional na rede de saúde mental. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 537-551, 2013.
- JUNS, Angélica Garcia e LANCMAN, Selma. O trabalho interdisciplinar no CAPS e a especificidade do trabalho do terapeuta ocupacional. Rev. Ter. Ocup. V.22, n.1, p. 27-35. 2011.
- KINKER, Fernando Sfair e IMBRIZI, Jaqueline Maria. O Mito das Oficinas Terapêuticas. Rev. Polis Psique, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 61-79, dez. 2015.
- LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014.
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>
- MACHADO, KS, SIMAS, RS. Redução de danos, insumos e experiência estética: uma análise da prática no consultório na rua do município do Rio de Janeiro. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. (Rio de Janeiro). 2017; 1(1): 67-83.
- MARCOLINO, Taís Quevedo et al. Comunidade de prática em terapia ocupacional para o cuidado em saúde mental na atenção básica em saúde: expectativas e impactos. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 733-741, 2016.
- MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Formação e educação permanente para produzir boas práticas em saúde mental. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. v. 20 n.2 São Paulo ago. 2009.
- MÂNGIA, Elisabete Ferreira e RICCI, Ellen Cristina. “Pensando o Habitar” Trajetórias de usuários de Serviços Residenciais Terapêuticos. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 182-190. 2011.
- MARCOLINO, Tais Quevedo e FANTINATTI, Eliane Nascimento. A transformação na utilização e conceituação de atividades na obra de Jô Benetton. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. V. 25, n.2, p. 142-151. 2014.
- MARQUETTI, Fernanda Cristina e KINOSHITA, Roberto Tykanori. A ação como precursora do pensamento no Humano. Cad. De Ter.Ocup.UFSCar. Vol. 19, No. 2. 2011.
- MONTREZOR, Janaina Bussola. A Terapia Ocupacional na prática de grupos e oficinas terapêuticas com pacientes de saúde mental. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 529-536, 2013.
- MORATO, Giovana Garcia e LUISSI, Isabela Aparecida de Oliveira. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 4, p. 733- 745, 2015.
- NICACIO, Fernanda e CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Afirmção e produção de liberdade: desafio para os centros de atenção psicossocial. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. vol.18, n.3, pp. 143-151. 2007.
- OLIVEIRA, Elda de et al. Práticas Assistenciais no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool, Tabaco, e outras Drogas. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. vol. 21, n.3, pp. 247-254. 2010.
- PAIVA, Michelle Helena Pereira de e FRIZZO, Heloísa Cristina Figueiredo. Concepções de terapeutas ocupacionais acerca da linha do cuidado em saúde mental. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 393-401, 2012.
- PEREIRA, DIANE COELHO et al. Desempenho ocupacional de adolescentes de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSI). Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. V. 25, n.1, p. 11-17, 2014.
- RIBEIRO, Mara Cristina e MACHADO, Ana Lúcia. A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental.

Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. vol.19, n.2, pp. 72-75. 2008.

ROCHA, E.F.; PAIVA, L.F.; OLIVEIRA, R. dos H. Terapia ocupacional na Atenção Primária à Saúde: atribuições, ações e tecnologias. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 351-361, 2012.
<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/679/393>

SANTOS, Ana Cláudia e MENTA, Sandra Aiache. Refletindo a interface entre trabalho rural e saúde mental dos trabalhadores da citricultura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 765-775, 2016.

SILVA, S.C.T.; TAKEITI, B.A.; MACHADO, K. S.. Resignificando vidas: reflexões acerca da construção do cuidado em saúde do consultório na rua (CnaR) – contribuições da terapia ocupacional. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2017. v.1(3): 366-385.

SOUZA, Viviane Cássia Aranda de; PEREIRA, Andrea Ruzzi; GONTIJO, Daniela Tavares. A experiência no serviço de Consultório de Rua na perspectiva dos profissionais: Contribuições para a atenção ao usuário de álcool e outras drogas. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 37-47, 2014.

TEIXEIRA, M. R.; COUTO, M. C. V. ; DELGADO, P. G. G. . Atenção básica e cuidado colaborativo na atenção psicossocial de crianças e adolescentes: facilitadores e barreiras. Ciencia & Saude Coletiva , v. 22, p. 1933-1942, 2017

TSZESNIOSKI, Luíse de Cássia et al. Construindo a rede de cuidados em saúde mental infanto-juvenil: intervenções no território. Ciência & Saúde Coletiva. 2015, v. 20, n. 2, pp. 363-370.

WACHHOLZ, Simone Miyuki Shinike e MARIOTTI, Milton Carlos. A Participação do Terapeuta Ocupacional na Reforma Psiquiátrica e nos novos serviços de Saúde Mental. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. Vol. 17, No 2. 2009.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Cadernos de Atenção Básica, n.34. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: 2013.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 06 de junho de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 abr. 2001. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

LIVROS – Os capítulos que apresentam matérias relacionadas ao conteúdo programático.

ALMEIDA, S.C.; ASSIS, M.G. (org). A clínica contemporânea da terapia ocupacional: fundamentos e intervenções. 1ª ed. Belo horizonte: Fino Traço, 2021.

AMARANTE, P. Saúde Mental e atenção psicossocial. 1 edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BENETTON, M. J. Trilhas Associativas: ampliando subsídios metodológicos à Clínica da Terapia Ocupacional. 3ª ed. São Paulo: Arte Brasil, 2006.

BITTENCOURT, R.C.B., MARINHO L.C.P. (ORGANIZADORAS). Delicadas tecituras: a construção de uma rede de saúde mental. Curitiba: CRV, 2016

CAMPOS, G. W. D. S.; FERNANDES, J. Mostra de práticas em Saúde Mental: reconhecer o patrimônio da Reforma

Psiquiátrica. O que queremos reformar hoje? São Paulo: Hucitec, 2016.

CAVALVANTI, A.; GALVÃO, C. R. Terapia Ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CREPEAU, E. B.; COHN, E. S.; SCHELL, B. A. B. Willard & Spackman – Terapia Ocupacional. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LIMA, E. A. Arte, clínica e loucura: território em mutação. São Paulo: Summus: FAPESP, 2009.

MATSUKURA, T. S.; SALLES, M. M. Cotidiano, atividade humana e ocupação: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. São Paulo: EdUFSCar. 2016.

MAXIMINO, V.; LIBERMAN, F. Grupos e Terapia Ocupacional: formação, pesquisa e ações. São Paulo: Summus, 2015. Organização Mundial da Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP; 2003.

PADUA, E. M. M.; FERRIOTI, M. L. Terapia Ocupacional e complexidade: práticas multidimensionais. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2013. Cap. 6. Aplicação da análise de atividades.

PEDRAL, C.; BASTOS, P. Terapia Ocupacional: metodologia e prática. Rio de Janeiro: Rubio, 2013.

PITTA, A.M. FERNANDES (ORGANIZAÇÃO). Reabilitação psicossocial no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

SANTOS, V. D. S.; GALLASSI, A. D. Questões Contemporâneas da Terapia Ocupacional na América do Sul. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2014.

SUMSION, T. Prática Baseada no Cliente na Terapia Ocupacional - Guia para Implementação.: 1ª Ed. São Paulo. Roca, 2003.

Terapia Ocupacional no Contexto Escolar

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Políticas Públicas de educação, saúde, trabalho/emprego e promoção social;
2. leis e políticas públicas de inclusão no Brasil;
3. Sistemas Único de Assistência Social;
4. Conhecimento das redes de apoio;
5. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos da Terapia Ocupacional;
6. Ética, Bioética e Deontologia da Terapia Ocupacional;
7. Ocupação, atividades e recursos terapêuticos;
8. Desenvolvimento ontogenético e psicossocial do indivíduo desde o seu nascimento até a velhice;
9. Processos do desenvolvimento e da aprendizagem;
10. Ergonomia cognitiva;
11. instrumentos de mensuração e avaliação relacionados ao contexto escolar;
12. recursos e dispositivos de Tecnologia Assistiva e comunicação;
13. avaliação, identificação, análise e intervenção nas demandas gerais de acessibilidade na escola que atenda toda a comunidade educativa;
14. competência para implantação e implementação das adaptações razoáveis;
15. competência em práticas em equipe inter, multi e transdisciplinar;
16. gerenciamento de processos de trabalho e serviços e gestão em educação;
17. gestão de processos e de recursos humanos.
18. **Resolução-COFFITO nº 500/2018.**

REFERÊNCIAS

BRUNELLO, M. I. B.; A. P., J. Terapia Ocupacional e propostas de intervenção na rede pública de ensino. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n.n.1, p. 26-32, 2004.

CASTIGLIONI, M. C.; ROCHA, E. F.; VIEIRA, R. C. A inclusão da criança com deficiência na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 12, n.1/3, p. 8-14, 2002

- COSTABILE, C., & BRUNELLO, M. I. B. (2005). Repercussões da inclusão escolar sobre o cotidiano de crianças com deficiência: um estudo a partir do relato das famílias. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 16(3), 124-130.
- GHEDINI, L. S. L., MANCINI, M. C., & BRANDÃO, M. DE B. (2010). Participação de alunos com deficiência física no contexto da escola regular - revisão de literatura. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 21(1), 1-9.
- GOMES, M. L., & OLIVER, F. C. (2010). A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 21(2), 121-129.
- PELOSI, M. B., & NUNES, L. R. D. DE P. (2011). A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 22(1), 52-59.
- ROCHA, E. F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 18, p. 97-104, 2007.
- ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C.. Reflexões sobre recursos tecnológicos: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de assistência e tecnologia de apoio. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 16, p. 3, 2005.
- ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C.; VIEIRA, R. C. . A inclusão da criança com deficiência na escola comum; reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 8-14, 2001.
- ROCHA, E. F.; LUIZ, Angélica ; ZULIAN, Maria Aparecida R . Reflexões sobre as possíveis contribuições da Terapia Ocupacional nos processos de inclusão escolar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 14, n.n.2, p. 72-78, 2003.
- ROSA, V.; ROCHA, E. F. O Papel da Terapia Ocupacional no Processo de Inclusão Digital de Pessoas com Deficiência. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 17, p. 99-107, 2006.
- BALEOTTI, L. R., ZAFANI, M. D., FARIA, M. DAS G. A. DE, & MAGALHÃES, L. DE C. (2011). Percepção de professores sobre a avaliação de habilidades motoras e de processo - versão escolar aplicada aos alunos com deficiência física. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 22(1), 1-9.
- SILVA, A. C. B. (2012). Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de um compromisso ético em sua efetivação. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 23(2), 163-168.
- CARDOSO, P. T., & MATSUKURA, T. S. (2012). Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 23(1), 7-15.
- BRUNELLO, M. I. B.; VAN, E. E. . Propostas de inclusão escolar para crianças com deficiência no município de Holambra: um estudo exploratório. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 23, p. 274, 2012.
- SILVA, C. C. B.; JURDI, A. P. S. ; PONTES, F. V. . Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: possibilidades de atuação da terapia ocupacional em contextos educacionais. *REVISTA DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO*, v. 23, p. 283-288, 2012
- BOMBARDA, T. B.; PALHARES, M.S. O registro de práticas interventivas da Terapia Ocupacional na educação inclusiva. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 23, n. 2, p. 285-294, 2015
- MÉDICE, J.; DE VITTA, F.C.F.; DE CONTI, M.H.S.; ZANIOLA, L.O.; DE VITTA, A. Acessibilidade nas escolas de ensino fundamental de um município da região oeste de São Paulo. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 23, n. 3, p. 581-588, 2015
- ALMEIDA, K.M.; FERNANDES, V.R.L.; ALBUQUERQUE, K.A.; MOTA, G.A.; CAMARGOS, A.C.R. O espaço físico como barreira à inclusão escolar. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, v. 23, n. 1, p. 75-84, 2015
- FERREIRA, P. G.; JURDI, A. P. S.; SILVA, C. C. B. O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 23, p. 625-631, 2015
- MAIA, A.S.N.; SANTANA, M.R.R.; PESTANA, S.C.C. Metodologias de intervenção do terapeuta ocupacional em contexto

escolar com crianças com Necessidades Educativas Especiais em Portugal. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 24, n. 4, p. 681-693, 2016

ALVES, A.C.J.; MATSUKURA, T. S. . Modelos teóricos para indicação e implementação de tecnologia assistiva. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 44, p. 591-599, 2016.

BALEOTTI, L.R.; ZAFANI, M.D. Terapia ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar. Cad. Bras. Ter. Ocup ; 25(2): [409-416], jun. 25, 2017

FONSECA, S.P.; SANT'ANNA, M.M.M.; CARDOSO, P.T.; TEDESCO, S.A. Detalhamento e reflexões sobre a terapia ocupacional no processo de inclusão escolar. Cad. Bras. Ter. Ocup. vol.26 no.2, 381-397, 2018

ROSA, F.D.; MATSUKURA, T.S.; SQUASSONI, C.E.. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar; São Carlos Vol. 27, Ed. 2, (2019): 302-316.

TERRA, A. P., & RONDINA, R. D. C. (2014). A interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, de acordo com as percepções de pais e professores: um estudo de caso exploratório. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 25(2), 177-184.

ALMEIDA, B. C., & MARCELINO, J. F. Q. (2014). Intervenção terapêutica ocupacional em uma creche da cidade do Recife. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 24(3), 216-225.

OLIVEIRA, P. M. R., DUTRA, L. R., MELO, P. P. T., & REZENDE, M. B. (2015). Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais: a percepção das educadoras. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 26(2), 186-193.

RIZZO DOS SANTOS, A., & DE LA LIBRA, S. (2016). Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 27(1), 94-99.

FOLHA, D. R. S. C., & CARVALHO, D. A. (2018). Terapia Ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 28(3), 290-298.

ANDRADE, M. M. A., DOS SANTOS, C. B., & ARAÚJO, R. C. T. (2018). Percepção de competência, em situação de atividades diversificadas na perspectiva dos professores e de seus alunos com e sem deficiência física. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo, 29(3), 246-253.

FOLHA, DRSC; MONTEIRO, GS. Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2017. V.1(2): 202-220.

CALHEIROS DS, MENDES EG, SILVA FC, SANTOS EMS, NABUCO TQA, DOUNIS AB. A construção de mobiliário adaptado para facilitar a inclusão escolar de uma estudante com paralisia cerebral. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2019. v.3 (2): 277-285.

MARCELINO JFQ, RAMOS LQ, SANTOS MC, BRITO NHP, SOARES TCO, SANTOS KCBM, ALBUQUERQUE RC. Atuação terapêutica ocupacional e em tecnologia assistiva em uma creche: análise da prática. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2020. v.4(2): 246-254.

TAKATORI, M.; BOMTEMPO, E.; BENETTON, M. J. O brincar e a criança com deficiência física: a construção inicial de uma história em terapia ocupacional. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 9, n. 2, 2001

PALHARES, M. S.; MARINO, A. E. E.; LIMA, F. C. Iniciação ao uso do computador: um relato de experiência com crianças com paralisia cerebral. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 14, n. 1, 2006.

TOYODA, C.Y.; MENDES, E.G.; LOURENÇO, G.F.; AKASHI, L.T. O contexto multidisciplinar da prática da terapia ocupacional frente ao paradigma da inclusão. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 15, n. 2, p. 121-130, 2007.

MARINS, S.C.F.; PALHARES, M.S. Educação inclusiva: relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 15, n. 1, p. 69-89, 2007.

MATSUKURA, T. S.; VENDRUSCULO, L.M.. Desempenho escolar satisfatório de crianças de diferentes realidades socioeconômicas: identificando fatores protetivos. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 15, p. 31-41, 2007.

ALVES, H.C.; TEBET, G.G.C. A formação de professores no paradigma da inclusão: a educação infantil e a educação especial em pauta. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 17, n. 1, p. 7-23, 2009

LOURENÇO, G.F.; CID, M.F.B. Possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na educação infantil: congruência com a proposta da educação inclusiva. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 18, n. 2, p. 169-179, 2010

IDE, M.G.; YAMAMOTO, B.T.; SILVA, C.C.B. Identificando possibilidades de atuação da terapia ocupacional na inclusão escolar. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, v. 19, n. 3, p. 323-332, 2011

PAULA, A.F.M.; BALEOTTI, L.R. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da Terapia Ocupacional. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 19, n. 1, p. 53-69, 2011

ALVES, A.C.J. ; MATSUKURA, T. S.. O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção professores. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 20, p. 381-392, 2012.

TREVISAN, J.G.; DELLA BARBA, P.C.S. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar 20(1): 89-94, 2012.

LAW, M.; COOPER, B.; STRONG, S.; STEWART, D.; RIGBY, P.; LETTS, L. The Person-Environment-Occupational Model: A transactive approach to occupational performance. Canadian Journal of Occupational Therapy, v63, n1, p. 9-23, 1996.

NUNES, C., MADUREIRA, I., (2015) Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas, Da Investigação às Práticas, 5(2), 126 - 143.

GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S. Consultoria Colaborativa em Terapia Ocupacional para professores de crianças pré escolares com baixa visão, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.1, p.101-120, Jan.-Abr., 2011

MACHADO, A.C., BELLO, S.F., ALMEIDA, M.A., TOYODA, C.Y. Consultoria colaborativa: uma experiência para educação inclusiva. V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução-COFFITO nº 500, de 26 de dezembro de 2018.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e sua regulamentação.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e sua regulamentação.

BRASIL. Decreto Legislativo de nº 186/2008, de 09 de julho de 2008, e sua regulamentação.

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução-COFFITO nº 378, de 11 de junho de 2010.

ANEXO II
TABELA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

FISIOTERAPIA AQUÁTICA				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	2	2	
2	Doutorado com tese não relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	1,8	1,8	
3	Mestrado com dissertação relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	1,5	1,5	
4	Mestrado com dissertação não relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	1,3	1,3	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> de Fisioterapia Aquática (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	1	1	
6	Especialização <i>Lato Sensu</i> ou residência em outra área com trabalho de conclusão na área de conhecimento de Fisioterapia Aquática (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,6	0,6	
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> ou residência em outra área (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,4	0,4	
8	Curso / Formação em metodologias especializadas da Fisioterapia Aquática (Métodos Terapêuticos) na área requerida (duração igual ou superior a 50 horas/aula)	0,3	1,2	
9	Curso / Formação continuada na Fisioterapia Aquática (duração igual ou superior a 20 e máximo de 49 horas/aula) (últimos 5 anos)	0,1	0,5	
	Pontuação máxima da categoria		2	
B	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Autor de artigo científico com tema relacionado à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática, em revista indexada no Qualis CAPES no estrato A (últimos 5 anos)	1	2	
2	Autor de artigo científico com tema relacionado à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática, em revista indexada no Qualis CAPES no estrato B (últimos 5 anos)	0,5	1	
3	Livro relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática (autor, organizador ou editor; com ISBN)	1	2	
4	Autor de capítulo de livro relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática (com ISBN)	0,5	1	
5	Registro de patente relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	0,75	1,5	
6	Apresentação de trabalho em eventos científicos regionais, nacionais e internacionais em Fisioterapia Aquática (pôster, oral, presencial ou on-line) (últimos 10 anos)	0,1	0,5	
7	Orientação de tese de doutorado relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	0,5	1	
8	Orientação de dissertação de mestrado relacionada à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	0,4	0,8	
9	Orientação de trabalho de conclusão de curso de especialização <i>Lato Sensu</i> relacionado à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	0,2	0,8	
10	Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação relacionado à área de conhecimento de Fisioterapia Aquática	0,1	0,8	
	Pontuação máxima da categoria		2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS/CONGRESSOS) (ÚLTIMOS 10 ANOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Participação como palestrante em eventos científicos internacionais de Fisioterapia Aquática ou de Fisioterapia com palestra em Fisioterapia Aquática (presencial e online)	0,4	1,2	
2	Participação como palestrante em eventos científicos nacionais e regionais de Fisioterapia Aquática ou de Fisioterapia com palestra em Fisioterapia Aquática	0,3	1,2	

	(presencial e online)			
3	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais e internacionais em Fisioterapia Aquática (presencial)	0,2	1	
4	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais e internacionais em Fisioterapia Aquática (online)	0,1	1	
5	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais em Fisioterapia Aquática (presencial)	0,05	0,5	
6	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais em Fisioterapia Aquática (online)	0,025	0,25	
7	Organização de eventos científicos em Fisioterapia Aquática (presencial e online)	0,2	1	
	Pontuação máxima da categoria		2	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	NOTA
1	Experiência profissional de assistência em Fisioterapia Aquática** (por ano completo)	0,4	4	
2	Experiência profissional em gestão/responsabilidade técnica em Fisioterapia Aquática** (Clínica-escola, Clínicas, Clubes, Escolas, Centros de Reabilitação e entidades afins) (por ano completo)	0,2	2	
3	Experiência profissional em gestão/coordenação em curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> de Fisioterapia Aquática** (por ano completo)	0,2	1	
4	Experiência profissional em assessoria técnica comprovada em projetos de piscinas terapêuticas (por projeto)	0,2	1	
5	Experiência profissional em docência ou supervisão docente em curso de graduação relacionado à área de Fisioterapia Aquática** (por ano completo)	0,4	4	
6	Experiência profissional em docência em curso de Pós-graduação <i>lato sensu e stricto sensu</i> relacionado à área de Fisioterapia Aquática** (por curso ou edição)	0,3	2,4	
7	Experiência profissional como ministrante de curso de Fisioterapia Aquática (com carga horária mínima de 20 horas) (por curso ou edição)	0,2	1,6	
8	Experiência profissional como gestão ou diretoria em entidades associativas e de classe relacionado à Fisioterapia Aquática** (por ano completo)	0,2	1	
9	Experiência profissional como integrante de câmara técnica ou comissão em entidades associativas e de classe relacionado à Fisioterapia Aquática** (por ano completo)	0,2	1	
	Pontuação máxima da categoria		4	
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.				
PONTUAÇÃO FINAL 10 PONTOS				
FISIOTERAPIA CARDIOVASCULAR				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada à área requerida	3	3	
2	Doutorado com tese não relacionada à área requerida	1	1	
3	Mestrado com dissertação relacionada à área requerida	1	1	
4	Mestrado com dissertação não relacionada à área requerida	0,5	0,5	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde na área requerida	3	3	
6	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde em área afim	0,5	0,5	
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	1,5	1,5	
8	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,5	0,5	
9	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização <i>Lato Sensu</i> em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,2	
11	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,2	1	
12	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,1	0,5	
13	Título de especialista em área afim	0,5	0,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA DA CATEGORIA		3	

B	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Livro na área requerida (autor, organizador ou editor; com ISBN), nos últimos 5 anos	1	2	
2	Autor de capítulo de livro na área requerida (com ISBN) ou artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista indexada na Web of Science, Scopus, Pubmed ou Scielo	0,5	2	
3	Autor de artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista com outra indexação (últimos 5 anos)	0,2	1	
4	Apresentação, como primeiro autor, de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (pôster, oral) (últimos 5 anos)	0,05	1	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA DA CATEGORIA		2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS/CONGRESSOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Participação como palestrante/conferencista, em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,1	1	
2	Participação, como ouvinte, em eventos científicos internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
3	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
4	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais na área requerida (últimos 5 anos)	0,03	0,3	
5	Participação, como ouvinte, em eventos científicos de área afim (últimos 5 anos)	0,01	0,2	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA DA CATEGORIA		2	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Nota
1	Experiência profissional em assistência na área requerida** (por ano completo)	0,5	3	
2	Experiência profissional em assistência em fisioterapia** (por ano completo)	0,1	0,5	
3	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, 40 horas de carga horária semanal)** (por ano completo)	0,5	3	
4	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, carga horária semanal menor que 40 horas)** (por ano completo)	0,3	1,5	
5	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo temporário)** (por semestre completo)	0,1	1	
6	Experiência profissional como ministrante de curso na área requerida (por curso, com carga horária mínima de 15 horas) (últimos 5 anos)	0,05	1,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA DA CATEGORIA		3	
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.				
PONTUAÇÃO FINAL 10 PONTOS				
<p>Obs: Considerando que a Resolução COFFITO nº 454/2015, que reconhece e disciplina a especialidade profissional Fisioterapia Cardiovascular, estabelece, em seu artigo 7º, a Fisioterapia Respiratória e a Fisioterapia em Terapia Intensiva como áreas afins da especialidade. Considerando que as Resoluções COFFITO nº 400/2011 e nº 402/2011, que reconhecem e disciplinam as especialidades profissionais Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva, respectivamente, não contém em seu escopo esta definição. Considerando que, na avaliação de títulos, são pontuadas atividades e titulações tanto na área requerida, quanto nas áreas afins, solicitamos inserir no edital, a definição das áreas afins das especialidades Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto e Neonatal e Pediátrica), da seguinte forma:</p> <p>Fisioterapia Respiratória - Áreas Afins: Fisioterapia Cardiovascular e Fisioterapia em Terapia Intensiva Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica) Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto)</p>				
FISIOTERAPIA NA SAÚDE DA MULHER				
I	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontos	Máximo de pontos	
1	Doutorado, Pós Doutorado, Livre Docência na área requerida	1,5	1,5	
2	Mestrado na área requerida ou Doutorado, Livre Docência em área afim*	1	1	
3	Pós graduação em regime de Residência na área requerida Mestrado em área afim* ou Título de Especialista em área afim*	0,8	0,8	
4	Pós graduação <i>lato sensu</i> na área requerida	0,6	0,6	
5	Curso de formação em área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula)	0,2	0,4	

	ou Aprimoramento/Pós graduação <i>lato sensu</i> na área afim*			
6	Curso de extensão na área requerida (duração igual ou superior a 16 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,05	0,2	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA I. FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA		1,5	
II	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontos	Máximo de pontos	
1	Livro na área requerida (autor, organizador ou editor, nos últimos 5 anos)	1	1	
2	Capítulo de livro ou artigo em revistas científicas especializadas da área indexadas em base de dados nacionais ou internacionais, nos últimos 5 anos; cursos ministrados na área requerida (acima de 16 horas, nos últimos 5 anos)	0,5	1	
3	Palestra da área requerida proferida em evento científico realizada nos últimos 5 anos	0,3	0,6	
4	Produção técnica com registro na área requerida (patente e software)	0,3	0,3	
5	Apresentação oral de trabalho em eventos científicos na área requerida (conferência, pôster, tema livre e resumos nos últimos 5 anos) Premiações na área requerida (menção honrosa, melhor trabalho científico em evento e título honorífico)	0,2	0,6	
6	Apresentação de trabalho em eventos científicos em área afim* (palestras, conferência, pôster, tema livre e resumos nos últimos 5 anos)	0,01	0,6	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA II. PRODUÇÃO CIENTÍFICA		1,5	
III	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS / CONGRESSOS / FÓRUNS / ASSOCIAÇÕES)	Pontos	Máximo de pontos	
1	Organizador de eventos nacionais ou internacionais na área requerida (nos últimos 5 anos)	1	1	
2	Participante em eventos nacionais e internacionais na área requerida (como ouvinte, nos últimos 5 anos) Organizador de eventos nacionais ou internacionais em área afim* (nos últimos 5 anos) Orientação de tese de doutorado na área requerida	0,5	1,5	
3	Organizador de eventos regionais ou locais na área requerida (nos últimos 5 anos) Participante em eventos Nacionais e internacionais em área afim* (como ouvinte, nos últimos 5 anos) Orientação de dissertação de Mestrado na área requerida Participação como membro de banca examinadora de doutorado ou mestrado na área requerida	0,4	1,2	
4	Participação em eventos regionais ou locais na área requerida (como ouvinte, nos últimos 5 anos) Organizador de eventos regionais ou locais em área afim* (nos últimos 5 anos) Orientação de trabalho de conclusão de pós graduação <i>lato sensu</i> na área requerida Participação em banca examinadora de trabalho de conclusão de pós-graduação <i>lato sensu</i> ou residência na área requerida	0,3	1,5	
5	Participação em banca examinadora de concurso público na área requerida ou área afim* Aprovação em concurso público na área requerida ou em área afim* Orientação ou participação em banca examinadora na área requerida de trabalho de conclusão de curso de graduação	0,2	1	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA III. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS / CONGRESSOS / FÓRUNS / ASSOCIAÇÕES)		1,5	
IV	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontos	Máximo de pontos	
1	De cinco anos e um dia a dez anos de comprovação de experiência profissional na área requerida (acadêmica/docência, gestão ou assistência)	3	3	
2	De cinco anos a três anos e um dia de comprovação de experiência profissional na área requerida (acadêmica/docência, gestão ou assistência)	2	2	
3	De três anos a dois anos de comprovação de experiência profissional na área requerida (acadêmica/docência, gestão ou assistência)	1,5	1,5	
4	De dois a cinco anos de comprovação de experiência profissional em área afim* Revisor de revista científica da área requerida Participação como diretoria ou cargo de liderança em grupos de trabalho, câmaras técnicas ou cargos de entidades de classe, associações e sociedades científicas na área requerida	1	1	

5	Revisor de revista científica da área afim* Participação como membro/associado em grupos de trabalho, câmaras técnicas ou entidades de classe, associações e sociedades científicas ligadas à área requerida	0,5	0,5	
6	De dois a cinco anos de comprovação de experiência profissional como fisioterapeuta generalista	0,4	0,4	
7	Coordenação ou vice coordenação de pós graduação stricto sensu na área requerida Coordenação ou vice coordenação de Residência na área requerida Coordenação, vice coordenação ou participação em projeto de pesquisa, ensino ou extensão/projeto social na área requerida Orientação de projeto de iniciação científica na área requerida ou em área afim*	0,4	1,2	
8	Coordenação ou vice coordenação de curso de pós graduação lato sensu na área requerida Coordenação ou vice coordenação de curso stricto sensu em área afim* Coordenação ou vice coordenação de Residência em área afim* Coordenação ou vice coordenação de projeto de pesquisa, ensino ou extensão/projeto social em área afim* Orientação de projeto de iniciação científica em área afim*	0,3	1,5	
9	Orientação de Monitoria na área requerida Tutor/supervisor de estágios não obrigatórios na área requerida Participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão/projetos sociais ou monitoria na área requerida	0,2	0,6	
10	Participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão/ projetos sociais, monitoria ou estágios não obrigatórios em área afim* Tutor/supervisor de estágios não obrigatórios em área afim*	0,01	0,5	
PONTUAÇÃO MÁXIMA IV. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			5,5	
*São consideradas áreas afins: Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia em Gerontologia e Fisioterapia em Oncologia				
PONTUAÇÃO FINAL 10 PONTOS				
FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL				
A	Títulos Acadêmicos aqueles outorgados por Instituições de Ensino Superior (nos termos da Lei 9.394/96) ou por Instituições autorizadas pelo Ministério da Educação e Cultura	Pontos	Máximo de pontos	
1	Livre docência	3,5	3,5	
2	Notório Saber em área requerida concedido na forma do parágrafo único do artigo 66 da Lei 9394 96	3		
3	Notório Saber em área afim concedido na forma do parágrafo único do artigo 66 da Lei 9394 96	2,5		
4	Pós-doutorado em área requerida	3,5		
5	Pós-doutorado em área afim	3		
6	Doutorado com tese relacionada à Fisioterapia Dermatofuncional	3		
7	Doutorado com tese relacionada à área afim	2,5		
8	Mestrado com dissertação relacionada à Fisioterapia Dermatofuncional	2,5		
9	Mestrado com dissertação relacionada à área afim	1,5		
10	Lato Sensu em Fisioterapia Dermatofuncional	1,5		
11	Lato Sensu em área afim	0,5		
12	Aprimoramento em Fisioterapia Dermatofuncional (mínimo de 100h)	0,5		
13	Aprimoramento em área afim (mínimo de 100h)	0,3		
14	Cursos de Extensão Universitária na área de Fisioterapia Dermatofuncional (no mínimo 16 horas)	0,2		
B	Títulos de Educação Continuada em Serviço (as horas de educação continuada ofertadas pelo ente com o qual o profissional mantém vínculo de trabalho ou pelo próprio profissional que no mesmo período mantém registro de consultório):	Pontos		
1	Educação continuada na área requerida (mínimo de 30h)	1		
2	Educação continuada em área afim (mínimo de 30h)	0,5		
C	Títulos Acadêmicos e de Educação Continuada em Serviço de Residências promovidas e/ou cadastradas pelos Ministérios da Saúde e da Educação	Pontos		
1	Residência em Fisioterapia Dermatofuncional	2,5		
2	Residência em área afim	1,5		
3	Especialidade Profissional registrado pelo COFFITO em área afim	1		

D	Tempo de Serviço comprovado em Fisioterapia Dermatofuncional (Ininterrupto)	Pontos	Máximo de pontos
1	Tempo de Serviço em Fisioterapia Dermatofuncional de 5 anos ou mais (ininterruptos)	3,5	3,5
2	Tempo de Serviço em Fisioterapia Dermatofuncional entre 2 anos e 4 anos e 11 meses (ininterruptos)	2	
3	Tempo de Serviço em área afim (mínimo de 2 anos (ininterruptos))	1	
E	Produção Profissional e Certificações Intelectuais	Pontos	Máximo de pontos
1	Registro de Patentes perante o INPI - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual	0,6	3
2	Registro de obras literárias científicas ou afetas à profissão ou ao exercício profissional perante a Biblioteca Nacional Brasileira (2 títulos relacionados à Fisioterapia Dermatofuncional)	1	
3	Registro de obras literárias científicas ou afetas à profissão ou ao exercício profissional perante a Biblioteca Nacional Brasileira (1 título relacionado à Fisioterapia Dermatofuncional)	0,5	
4	Registro de obras literárias científicas ou afetas à profissão ou ao exercício profissional perante a Biblioteca Nacional Brasileira (1 título em área afim)	0,3	
5	Certificado de aprovação em concurso público	0,2	
6	Comprovação de publicação de artigo científico relacionado à Fisioterapia Dermatofuncional	0,5	
7	Comprovação de publicação de artigo científico em área afim	0,3	
8	Apresentação de trabalho relacionado à Fisioterapia Dermatofuncional em eventos científicos da ABRAFIDEF, COBRAE e ou World Physiotherapy	0,5	
9	Apresentação de trabalho relacionado à Fisioterapia Dermatofuncional em eventos científicos de outras áreas da Fisioterapia e ou da área da saúde	0,3	
10	Apresentação de trabalho relacionado em área afim em eventos científicos de outras áreas da Fisioterapia e ou da área da saúde	0,2	
PONTUAÇÃO TOTAL			10
FISIOTERAPIA DO TRABALHO			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Livre-docência / Notório saber / Doutorado com tese relacionada à Fisioterapia do Trabalho;	2	3
2	Doutorado em área afim/ Mestrado com dissertação relacionada à Fisioterapia do Trabalho;	1,5	
3	Residência em Fisioterapia do Trabalho/ Mestrado em área afim;	1	
4	Título de especialidade profissional devidamente registrado pelo COFFITO;	1	
5	Lato Sensu em Fisioterapia do Trabalho/ Residência em área afim;	0,8	
6	300 horas de educação continuada em Fisioterapia do Trabalho;	0,6	
7	Lato Sensu em área afim (acima de 360 horas) / Aprimoramento em Fisioterapia do Trabalho (acima de 100 horas);	0,5	
8	Aprimoramento em área afim (acima de 100 horas) / 300 horas de educação continuada em área afim;	0,4	
9	Cursos de Extensão Universitária (no mínimo 20 horas).	0,3	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Acima de 5 anos de tempo de serviço comprovados em Fisioterapia do Trabalho;	3	3
2	Tempo de serviço comprovados em Fisioterapia do Trabalho de 4 (Quatro) à 5 (cinco) anos;	2,5	
3	Tempo de serviço comprovados em Fisioterapia do Trabalho de 3 (três) a 4 (quatro) anos;	2	
4	Tempo de serviço em Fisioterapia do Trabalho de 2 (dois) a 3 (três) anos/ 2 (dois) anos de tempo de atuação profissional de docência universitária em Fisioterapia do Trabalho / Gestão em Fisioterapia do Trabalho.	1	
5	Tempo de atuação profissional de docência universitária em áreas afins /Atuação em Gestão em áreas afins/ Certificado de aprovação em concurso e áreas afins acima de 2 (dois) anos.	0,7	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÕES INTELECTUAIS	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima
1	Artigo científico da área requerida em periodico com Alto fator de impacto Qualis	2	3

	A;			
2	Registro de patente em Fisioterapia do Trabalho / Livro publicado em Fisioterapia do Trabalho	1,5		
3	Registro de título ou capítulo de livro de temática em Fisioterapia do Trabalho;	1		
4	Artigo científico de temática em Fisioterapia do Trabalho Qualis B/ Registro de patente em área afim;	1		
5	Atividades de pesquisa em Fisioterapia do Trabalho afim;	0,5		
6	Apresentação de trabalho científico em evento de Fisioterapia do Trabalho.	0,5		
D	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	Pontuação Mínima		Pontuação Máxima
1	Participação como ouvinte em Jornadas / Congressos / Simpósios em Fisioterapia do Trabalho.	1		1
2	Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em Fisioterapia do Trabalho organizados por outras entidades.	1		
3	Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em	1		
4	Apresentação de palestras ou cursos em Fisioterapia do Trabalho e áreas afins em Jornadas/Congressos/Simpósios e Seminários	1		
	NOTA MÁXIMA DA PROVA DE TÍTULOS			10
FISIOTERAPIA EM GERONTOLOGIA				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Pontuação limite do quesito
1	Doutorado na área requerida	3	3	3
2	Doutorado em área afim	1	1	
3	Mestrado na área requerida	1,5	1,5	
4	Mestrado em área afim	0,5	0,5	
5	Especialização em regime de Residência na área requerida	3	3	
6	Especialização em regime de Residência na área afim	0,5	0,5	
7	Especialização Lato Sensu na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	1,5	1,5	
8	Especialização Lato Sensu na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	1	1	
9	Especialização Lato Sensu em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização Lato Sensu em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,2	
11	Título de especialista na área requerida	1,5	1,5	
12	Título de especialista na área afim	0,2	0,2	
	TOTAL DO QUESITO			3
B	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Pontuação limite do quesito
1	Livro na área requerida (Autor, Organizador ou Editor)	0,5	1,5	1,5
2	Capítulo de livro ou artigo em revistas científicas especializadas da área requerida	0,5	1,5	
3	Cursos ministrados na área requerida (mínimo de 20 horas, últimos 5 anos)	0,25	1	
4	Palestrante em eventos científicos na área requerida (Palestras, Conferência, etc, últimos 5 anos)	0,2	1	
5	Apresentação de trabalho da área em eventos científicos na área requerida (Poster, Tema livre, Resumos, etc, últimos 8 anos)	0,1	1	
	TOTAL DO QUESITO			1,5
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS / CONGRESSOS / FÓRUMS / CURSOS / ASSOCIAÇÕES)	Pontuação	Limite	Pontuação limite do quesito
1	Congressos Internacionais ou nacionais da especialidade (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,5	1	2,5
2	Simpósios da especialidade (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,3	1	
3	Eventos regionais ou locais (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,2	1	

4	Eventos em área afim (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,1	1	
5	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,5	1	
6	Curso na área requerida (duração superior a 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,25	1	
7	Curso na área requerida (duração entre 8 e 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,15	1	
TOTAL DO QUESITO				2,5
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Pontuação limite do quesito
1	Comprovação de experiência na área requerida** (por semestre completo) (Assistência)	0,5	3	3
2	Comprovação de experiência em Fisioterapia geral** (por semestre completo) (Assistência)	0,1	0,5	
3	Serviço voluntário comprovado na área requerida** (por semestre completo) (Assistência)	0,2	1	
4	Professor com vínculo permanente em disciplinas teóricas ou supervisor de estágio na área requerida (carga horária semanal de 40 horas, por semestre)**	0,5	3	
5	Professor com vínculo permanente em disciplinas teóricas ou supervisor de estágio na área requerida (carga horária semanal menor que 40 horas, por semestre)**	0,5	2	
6	Professor com vínculo temporário em disciplinas teóricas ou supervisor de estágio na área requerida (por semestre completo)**	0,2	1	
7	Professor de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na área requerida (mínimo de 20 horas, últimos 5 anos)	0,1	1	
TOTAL DO QUESITO				3
TOTAL DE PONTOS				10
**Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração médica de indicação de pacientes ou declaração dos próprios pacientes e/ou familiares) nos últimos 10 anos.				
FISIOTERAPIA EM OSTEOPATIA				
A	FORMAÇÃO ESPECIALISTA		Pontuação	NOTA
1	Curso entre 700 e 999 Hrs		2,5	
2	Curso de 1000 Hrs ou mais		4	
Pontuação mínima* 2,5				
Pontuação Máxima 4				
B	PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL na área requerida		Pontuação	NOTA
1	Prática Profissional Supervisionada, 500 Hrs ou mais		4	
2	Prática Profissional Supervisionada, 400 a 499 Hrs		2,5	
3	Prática Profissional Supervisionada, 300 a 399 Hrs		1	
4	Experiência profissional comprovada de 5 anos **		4	
5	Experiência profissional comprovada de 4 anos **		2,5	
Pontuação mínima* 2,5				
Pontuação Máxima 4				
C	FORMAÇÃO ACADÊMICA		Pontuação	NOTA
1	Do reconhecido por uma entidade Nacional e/ou Internacional		1	
2	Notório saber ou Doutorado área requerida		0,5	
3	Notório saber ou Doutorado em área afim		0,3	
4	Mestrado área requerida		0,5	
5	Mestrado área afim		0,3	
6	<i>Lato Sensu</i> área requerida		0,3	
Pontuação Máxima			1	
D	PRODUÇÃO CIENTÍFICA/ PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS		Pontuação	NOTA
1	Livro na área requerida (Autor, Co autor)		1	
2	Publicação científica em revista indexada da área requerida		1	
3	Participação em Eventos científicos na área requerida nos últimos 5 anos		0,3	
Pontuação Máxima			1	

PONTUAÇÃO FINAL MÁXIMA		ATÉ 10 PONTOS		
* Itens A e B, obrigatória a pontuação mínima.				
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração), após a data final da formação em Osteopatia, nos últimos 10 anos.				
FISIOTERAPIA EM QUIROPRAXIA				
I	PÓS GRADUAÇÕES	Pontuação	Pontuação Máxima	
1	Carga Horária total acima 449h	1	5	
2	Ambulatório acima de 89h	1		
Nota Por Disciplinas Mínimas da Quiropraxia:				
3	a. Diversificadas com técnicas para (Sacrolíaca, Coluna, Extremidades)	1		
4	b. Gonstead	1		
5	c. Thompson	1		
6	d. SOT	1		
7	e. Quiropraxia Visceral	1		
8	f. Quiropraxia Craniana	1		
9	g. Quiropraxia Instrumental Articular – Activator	1		
10	h. Quiropraxia Instrumental Miofascial – GRASTON	1		
II	FORMAÇÃO LIVRE	Pontuação	Pontuação Máxima	
1	Carga Horária Somada de cursos, Participação em Congressos, Seminários que tenha relação com a Quiropraxia, somadas acima 449h	1	5	
2	Toda carga horária de ambulatório somada em todos os cursos Acima de 89h	1		
Técnicas Mínimas da Formação em Quiropraxia:				
3	a. Diversificadas com carga horária total acima de 29h contendo as técnicas específicas para (Sacrolíaca, Coluna, Extremidades) com ambulatório	1		
4	b. Diversificadas com carga horária total acima de 29h contendo as técnicas específicas para (Sacrolíaca, Coluna, Extremidades) sem ambulatório	0,5		
5	c. Gonstead com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
6	d. Gonstead com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
7	e. Thompson Terminal Point com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
8	f. Thompson Terminal Point com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
9	g. SOT com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
10	h. SOT com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
11	i. Quiropraxia Visceral com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
12	j. Quiropraxia Visceral com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
13	k. Quiropraxia Craniana com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
14	l. Quiropraxia Craniana com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
15	m. Quiropraxia Instrumental Articular (Activator) com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
16	n. Quiropraxia Instrumental Articular (Activator) com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
17	o. Quiropraxia Instrumental Miofascial (GRASTON) com carga horária total acima de 29h com ambulatório	1		
18	p. Quiropraxia Instrumental Miofascial (GRASTON) com carga horária total acima de 29h sem ambulatório	0,5		
PONTUAÇÃO MÁXIMA FINAL 10 PONTOS				
FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA NEONATOLOGIA E PEDIATRIA				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada à área requerida	3	3	
2	Doutorado com tese não relacionada à área requerida	1	1	
3	Mestrado com dissertação relacionada à área requerida	1	1	
4	Mestrado com dissertação não relacionada à área requerida	0,5	0,5	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde na área requerida	3	3	
6	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde em área afim	0,5	0,5	
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento na área requerida (duração igual ou	1,5	1,5	

	superior a 1200 horas/aula)			
8	Especialização Lato Sensu na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,5	0,5	
9	Especialização Lato Sensu / Aprimoramento em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização Lato Sensu em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,2	
11	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,2	1	
12	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,1	0,5	
13	Título de especialista em área afim	0,5	0,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		3	
B	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Livro na área requerida (autor, organizador ou editor; com ISBN), nos últimos 5 anos	1	2	
2	Autor de capítulo de livro na área requerida (com ISBN) ou artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista indexada na Web of Science, Scopus, Pubmed ou Scielo	0,5	2	
3	Autor de artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista com outra indexação (últimos 5 anos)	0,2	1	
4	Apresentação, como primeiro autor, de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (pôster, oral) (últimos 5 anos)	0,05	1	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS/CONGRESSOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Participação como palestrante/conferencista, em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,1	1	
2	Participação, como ouvinte, em eventos científicos internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
3	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
4	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais na área requerida (últimos 5 anos)	0,03	0,3	
5	Participação, como ouvinte, em eventos científicos de área afim (últimos 5 anos)	0,01	0,2	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Nota
1	Experiência profissional em assistência na área requerida** (por ano completo)	0,5	3	
2	Experiência profissional em assistência em fisioterapia** (por ano completo)	0,1	0,5	
3	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, 40 horas de carga horária semanal)** (por ano completo)	0,5	3	
4	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, carga horária semanal menor que 40 horas)** (por ano completo)	0,3	1,5	
5	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo temporário)** (por semestre completo)	0,1	1	
6	Experiência profissional como ministrante de curso na área requerida (por curso, com carga horária mínima de 15 horas) (últimos 5 anos)	0,05	1,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		3	
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.				
PONTUAÇÃO FINAL 10 PONTOS				
<p>Obs: Considerando que a Resolução COFFITO nº 454/2015, que reconhece e disciplina a especialidade profissional Fisioterapia Cardiovascular, estabelece, em seu artigo 7º, a Fisioterapia Respiratória e a Fisioterapia em Terapia Intensiva como áreas afins da especialidade. Considerando que as Resoluções COFFITO nº 400/2011 e nº 402/2011, que reconhecem e disciplinam as especialidades profissionais Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva, respectivamente, não contém em seu escopo esta definição. Considerando que, na avaliação de títulos, são pontuadas atividades e titulações tanto na área requerida, quanto nas áreas afins, solicitamos inserir no edital, a definição das áreas afins das especialidades Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto e Neonatal e Pediátrica), da seguinte forma:</p> <p>Fisioterapia Respiratória - Áreas Afins: Fisioterapia Cardiovascular e Fisioterapia em Terapia Intensiva</p>				

Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica)				
Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto)				
FISIOTERAPIA EM TERAPIA INTENSIVA NO ADULTO				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada à área requerida	3	3	
2	Doutorado com tese não relacionada à área requerida	1	1	
3	Mestrado com dissertação relacionada à área requerida	1	1	
4	Mestrado com dissertação não relacionada à área requerida	0,5	0,5	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde na área requerida	3	3	
6	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde em área afim	0,5	0,5	
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	1,5	1,5	
8	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,5	0,5	
9	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização <i>Lato Sensu</i> em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,2	
11	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,2	1	
12	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,1	0,5	
13	Título de especialista em área afim	0,5	0,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		3	
B	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Livro na área requerida (autor, organizador ou editor; com ISBN), nos últimos 5 anos	1	2	
2	Autor de capítulo de livro na área requerida (com ISBN) ou artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista indexada na Web of Science, Scopus, Pubmed ou Scielo	0,5	2	
3	Autor de artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista com outra indexação (últimos 5 anos)	0,2	1	
4	Apresentação, como primeiro autor, de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (pôster, oral) (últimos 5 anos)	0,05	1	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS/CONGRESSOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Participação como palestrante/conferencista, em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,1	1	
2	Participação, como ouvinte, em eventos científicos internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
3	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
4	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais na área requerida (últimos 5 anos)	0,03	0,3	
5	Participação, como ouvinte, em eventos científicos de área afim (últimos 5 anos)	0,01	0,2	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Nota
1	Experiência profissional em assistência na área requerida** (por ano completo)	0,5	3	
2	Experiência profissional em assistência em fisioterapia** (por ano completo)	0,1	0,5	
3	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, 40 horas de carga horária semanal)** (por ano completo)	0,5	3	
4	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, carga horária semanal menor que 40 horas)** (por ano completo)	0,3	1,5	
5	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo temporário)**	0,1	1	

	(por semestre completo)			
6	Experiência profissional como ministrante de curso na área requerida (por curso, com carga horária mínima de 15 horas) (últimos 5 anos)	0,05	1,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		3	
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.				
PONTUAÇÃO FINAL 10 PONTOS				
<p>Obs: Considerando que a Resolução COFFITO nº 454/2015, que reconhece e disciplina a especialidade profissional Fisioterapia Cardiovascular, estabelece, em seu artigo 7º, a Fisioterapia Respiratória e a Fisioterapia em Terapia Intensiva como áreas afins da especialidade. Considerando que as Resoluções COFFITO nº 400/2011 e nº 402/2011, que reconhecem e disciplinam as especialidades profissionais Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva, respectivamente, não contém em seu escopo esta definição. Considerando que, na avaliação de títulos, são pontuadas atividades e titulações tanto na área requerida, quanto nas áreas afins, solicitamos inserir no edital, a definição das áreas afins das especialidades Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto e Neonatal e Pediátrica), da seguinte forma:</p> <p>Fisioterapia Respiratória - Áreas Afins: Fisioterapia Cardiovascular e Fisioterapia em Terapia Intensiva Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica) Fisioterapia em Terapia Intensiva (Neonatal e Pediátrica) - Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Adulto)</p>				
FISIOTERAPIA ESPORTIVA				
A	FORMAÇÃO ACADÊMICA	Pontos Possíveis	Pontuação Máxima	
1	Livre docência/Notório Saber/Doutorado com tese relacionada à Fisioterapia Esportiva	3	3	
2	Doutorado em área fim/ Mestrado com dissertação relacionada à Fisioterapia Esportiva	2		
3	Residência em Fisioterapia Esportiva/ Mestrado em área afim/ Título de especialidade profissional devidamente registrado pelo COFFITO	1,5		
4	Lato Sensu em Fisioterapia Esportiva/ Residência em área afim	1		
5	300 horas de educação continuada em Fisioterapia Esportiva	0,6		
6	Lato Sensu em área afim (acima de 360 horas) / Aprimoramento em Fisioterapia Esportiva (acima de 100 horas)	0,5		
7	Aprimoramento em área afim (acima de 100 horas)/ 300 horas de educação continuada em área afim	0,4		
8	Cursos de Extensão Universitária (no mínimo 16 horas)	0,3		
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontos Possíveis	Pontuação Máxima	
1	Atuação profissional de excelência em Fisioterapia Esportiva (atuação profissional nacional ou internacional em eventos esportivos)	2,5	3	
2	05 (cinco) anos de tempo de serviço comprovados em Fisioterapia Esportiva	2,5		
3	03 (três) a 04 (quatro) anos de tempo de serviço comprovados em Fisioterapia Esportiva	2		
4	02 (dois) anos de tempo de serviço em Fisioterapia Esportiva ou Atuação profissional de docência universitária em Fisioterapia Esportiva	1		
5	Atuação profissional de docência universitária em áreas afins/ Certificado de aprovação em concurso público para Fisioterapia	1		
6	Atuação profissional regional e local em eventos esportivos (cada)	0,5		
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontos Possíveis	Pontuação Máxima	
1	Registro de patente em Fisioterapia Esportiva/Registro de título ou capítulo de livro de temática em Fisioterapia Esportiva (cada)	1,5	2	
2	Artigo científico de temática em Fisioterapia Esportiva / Registro de patente em área afim	1		
3	Atividades de pesquisa e extensão universitária em Fisioterapia Esportiva / Registro de título ou capítulo de livro de temática em área afim (cada)	1		
4	Artigos científicos de temática em área (cada)	1		
5	Apresentação de trabalho científico em evento de Fisioterapia Esportiva (cada)	0,5		
6	Apresentações de trabalhos científicos em eventos (cada)	0,25		
D	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	Pontos	Pontuação Máxima	

		Possíveis		
1	Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em Fisioterapia Esportiva em âmbito: nacional e internacional (por evento)	0,5	2	
2	Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em área afim no âmbito: nacional e internacional (por evento) / Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em Fisioterapia Esportiva no âmbito: estadual e regional (por evento)	0,5		
3	Participação como ouvinte em Jornadas/Congressos/Simpósios em área afim no âmbito: estadual e regional (por evento)	0,25		
4	Apresentação de aulas/palestras em Fisioterapia Esportiva (cada)	0,25		
PONTUAÇÃO TOTAL			10	
FISIOTERAPIA NEUROFUNCIONAL NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE E NO ADULTO E NO IDOSO				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada a área requerida*	3	3	
2	Doutorado em área afim*	1	1	
3	Mestrado com dissertação relacionada a área requerida*	1	1	
4	Mestrado em área afim*	0,5	0,5	
5	Especialização em regime de Residência na área requerida*	3	3	
6	Especialização em regime de Residência na área de afim*	0,5	0,5	
7	Especialização Lato-Sensu na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)*	1,5	1,5	
8	Especialização Lato-Sensu na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)*	0,5	0,5	
9	Especialização Lato-Sensu em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização Lato-Sensu em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,1	0,2	
11	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 180 horas/aula)	0,1	0,5	
12	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 75 horas/aula)	0,05	0,5	
13	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 20 horas/aula, nos últimos 10 anos)	0,02	0,5	
14	Título de especialista na área	0,05	0,5	
Resultado do critério			3	
* Área requerida e área afim serão definidos pelos títulos do trabalho acadêmico e histórico escolar				
B	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Livro na área requerida (Autor, Organizador ou Editor)	0,5	2	
2	Capítulo de livro e artigo em revistas científicas especializadas da área	0,2	2	
3	Cursos ministrados na área requerida (mínimo de 20 horas)	0,1	1	
4	Apresentação oral de trabalho da área em eventos científicos na área requerida (Palestras, Conferência, etc, últimos 8 anos)	0,05	1	
5	Apresentação de trabalho da área em eventos científicos na área requerida (Poster, Tema livre, Resumos, etc, últimos 8 anos)	0,02	1	
Resultado do critério			2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS / CONGRESSOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Congressos Internacionais da especialidade (como ouvinte, nos últimos 10 anos)	0,2	1	
2	Congressos Nacionais da especialidade (como ouvinte, nos últimos 10 anos)	0,1	1	
3	Eventos regionais ou locais (como ouvinte, nos últimos 10 anos)	0,05	1	
4	Eventos em área afim (como ouvinte, nos últimos 10 anos)	0,02	1	
Resultado do critério			1	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Nota
1	Comprovação de experiência em área requerida** (por semestre completo)	0,1	2	
2	Comprovação de experiência em Fisioterapia geral** (por semestre completo)	0,05	1	
3	Serviço voluntário comprovado na área requerida** (por semestre completo)	0,02	1	

Resultado do critério		2	
** Comprovado com carteira de trabalho, contrato de trabalho, outros, nos últimos 10 anos.			
E	ATIVIDADES EXERCIDAS NA ÁREA DE ENSINO	Pontuação	Limite
1	Professor com vínculo permanente na área requerida (com 40 horas de carga horária semanal, por semestre)**	0,1	2
2	Professor com vínculo permanente na área requerida, com carga horária menor de 40 horas de carga horária semanal, por semestre **	0,07	1,4
3	Professor com vínculo temporário na área requerida (por semestre)**	0,05	1
4	Professor supervisor de estágio na área específica (por semestre)**	0,1	2
Resultado do critério			2
** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.			
PONTUAÇÃO FINAL			10
FISIOTERAPIA ONCOLÓGICA			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontos Possíveis	Pontuação Máxima
1	Doutorado na área requerida*	3	3
2	Doutorado em área afim*	2,5	2,5
3	Mestrado na área requerida*	1,5	1,5
4	Mestrado em área afim*	1	1
5	Especialização em regime de Residência na área requerida*	1	1
6	Especialização em regime de Residência na área de afim*	0,5	0,5
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)*	0,8	0,8
8	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)*	0,5	0,5
9	Especialização <i>Lato Sensu</i> em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5
10	Especialização <i>Lato Sensu</i> em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,4
11	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 180 horas/aula)	0,1	0,4
12	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 75 horas/aula)	0,05	0,3
13	Curso na área requerida (duração igual ou superior a 20 horas/aula, nos últimos 10 anos)	0,02	0,1
14	Título de especialista em outra área	0,05	0,05
Resultado máximo do critério			3
* Área requerida e área afim serão definidas pelos títulos de trabalho acadêmico e histórico escolar			
B	PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Pontuação	Limite
1	Autor de capítulo de livro e/ou artigo em revistas científicas especializadas da área	1	2
2	Cursos ministrados na área requerida (mínimo de 20 horas)	0,4	1,6
3	Apresentação oral de trabalho da área em eventos científicos na área requerida (Palestras, Conferência, etc, últimos 8 anos)	0,3	1,5
4	Apresentação de trabalho da área em eventos científicos na área requerida (Poster, Tema livre, Resumos, etc, últimos 8 anos)	0,25	1
Resultado máximo do critério			2
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS / CONGRESSOS)	Pontuação	Limite
1	Congressos Internacionais da especialidade (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,25	1
2	Congressos Nacionais da especialidade (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,25	0,75
3	Eventos regionais ou locais da área requerida (como ouvinte, nos últimos 5 anos)	0,1	0,3
Resultado máximo do critério			1
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite
1	1. Comprovação de experiência em área requerida** (por semestre completo)	0,5	3
2	2. Serviço voluntário comprovado na área requerida** (por semestre completo)	0,2	1

	Resultado máximo do critério		3	
	* Comprovado com carteira de trabalho, contrato de trabalho, outros, nos últimos 10 anos			
E	ATIVIDADES EXERCIDAS NA ÁREA DE ENSINO	Pontuação	Limite	
1	Professor com vínculo permanente na área requerida (com 20 horas de carga horária semanal, por semestre)**	0,5	1	
2	Preceptor (tutor) de estágio ou residência na área específica (por semestre)**	0,3	0,9	
	Resultado máximo do critério		1	
	** Comprovado com carteira de trabalho, contrato de trabalho, outros, nos últimos 10 anos			
	PONTUAÇÃO FINAL MÁXIMA		10	
FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA				
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA	Pontuação	Limite	Nota
1	Doutorado com tese relacionada à área requerida	3	3	
2	Doutorado com tese não relacionada à área requerida	1	1	
3	Mestrado com dissertação relacionada à área requerida	1	1	
4	Mestrado com dissertação não relacionada à área requerida	0,5	0,5	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde na área requerida	3	3	
6	Especialização <i>Lato Sensu</i> em regime de Residência em Saúde em área afim	0,5	0,5	
7	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento na área requerida (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	1,5	1,5	
8	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,5	0,5	
9	Especialização <i>Lato Sensu</i> / Aprimoramento em área afim (duração igual ou superior a 1200 horas/aula)	0,5	0,5	
10	Especialização <i>Lato Sensu</i> em área afim (duração igual ou superior a 360 horas/aula)	0,2	0,2	
11	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 100 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,2	1	
12	Curso / Formação continuada na área requerida (duração igual ou superior a 50 horas/aula, nos últimos 5 anos)	0,1	0,5	
13	Título de especialista em área afim	0,5	0,5	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		3	
B	PRODUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA	Pontuação	Limite	Nota
1	Livro na área requerida (autor, organizador ou editor; com ISBN), nos últimos 5 anos	1	2	
2	Autor de capítulo de livro na área requerida (com ISBN) ou artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista indexada na Web of Science, Scopus, Pubmed ou Scielo	0,5	2	
3	Autor de artigo científico, com tema relacionado à área requerida, em revista com outra indexação (últimos 5 anos)	0,2	1	
4	Apresentação, como primeiro autor, de trabalho em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (pôster, oral) (últimos 5 anos)	0,05	1	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
C	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (SIMPÓSIOS/CONGRESSOS)	Pontuação	Limite	Nota
1	Participação como palestrante/conferencista, em eventos científicos nacionais e internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,1	1	
2	Participação, como ouvinte, em eventos científicos internacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
3	Participação, como ouvinte, em eventos científicos nacionais na área requerida (últimos 5 anos)	0,05	0,5	
4	Participação, como ouvinte, em eventos científicos regionais ou locais na área requerida (últimos 5 anos)	0,03	0,3	
5	Participação, como ouvinte, em eventos científicos de área afim (últimos 5 anos)	0,01	0,2	
	PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA		2	
D	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Limite	Nota

1	Experiência profissional em assistência na área requerida** (por ano completo)	0,5	3	
2	Experiência profissional em assistência em fisioterapia** (por ano completo)	0,1	0,5	
3	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, 40 horas de carga horária semanal)** (por ano completo)	0,5	3	
4	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo permanente, carga horária semanal menor que 40 horas)** (por ano completo)	0,3	1,5	
5	Experiência profissional em docência na área requerida (com vínculo temporário)** (por semestre completo)	0,1	1	
6	Experiência profissional como ministrante de curso na área requerida (por curso, com carga horária mínima de 15 horas) (últimos 5 anos)	0,05	1,5	
PONTUAÇÃO MÁXIMA NA CATEGORIA			3	

**** Comprovada prestação de serviço (carteira de trabalho, contrato de trabalho, declaração) nos últimos 10 anos.**

PONTUAÇÃO FINAL			10	
------------------------	--	--	-----------	--

FISIOTERAPIA TRAUMATO-ORTOPÉDICA

I	DESCRIÇÃO DE TÍTULOS	Pontuação Mínima	Pontuação Máxima	Nota
1	Doutorado na área requerida ou Livre-docência.	6	6	
2	Mestrado na área requerida; Doutorado na área afim; Residência na área requerida; 5 (cinco) a 7 (sete) anos de tempo de serviço comprovados.	3	6	
3	Curso de Especialização (Lato Sensu) na área requerida; 3 (três) a 5 (cinco) anos de tempo de serviço comprovados.	1,5	3	
4	Mestrado em área afim; título de especialidade profissional devidamente registrado pelo COFFITO em área afim; Residência na área afim; 3 (três) participações em capítulos de livros de temáticas na área requerida ou 1 (uma) autoria de livro; 3 (três) participações em artigos científicos de temáticas da área requerida.	2	4	
5	Curso de Especialização (Lato Sensu) em área afim; registro de patente em área requerida; 2 (duas) participações em capítulos de livros de temáticas na área requerida; 2 (duas) participações em artigos científicos de temáticas da área requerida.	1,25	2,5	
6	50 (cinquenta) horas de aprimoramento profissional devidamente registrado na área requerida; 50 (cinquenta) horas de Educação Continuada devidamente registrada na área requerida; 2 (dois) anos de tempo de serviço comprovados; 1 (uma) participação em capítulo de livro de temática na área requerida; 1 (uma) participação em artigo científico de temática da área requerida.	0,75	3	
7	100 (cem) horas de aprimoramento profissional na área requerida; 100 (cem) horas de Educação Continuada na área requerida.	1	3	
8	150 (cento e cinquenta) horas de aprimoramento na área afim; 3 (três) anos de serviço em área afim; 3 (três) apresentações (Tema Livre e/ou Pôster) de trabalhos científicos na área requerida.	0,75	3	
9	Certificado de aprovação em Concurso Público na área requerida; 2 (duas) apresentações (Tema Livre e/ou Pôster) de trabalhos científicos na área requerida; Projetos ou Programas de Extensão Universitária na área requerida com duração mínima de 6 (meses) e/ou 40 horas de duração.	1,5	6	
10	Certificado de aprovação em Concurso Público em área afim; Projetos ou Programas de Extensão Universitária na área requerida com duração mínima de 3 (meses) e/ou 20 horas de duração; 1 (uma) apresentação (Tema Livre ou Pôster) de trabalho científico na área requerida; 1 (uma) participação em capítulo de livro de temática na área afim; 1 (uma) participação em artigo científico de temática da área afim.	1	4	
NOTA MÁXIMA DA PROVA DE TÍTULOS			10	

TERAPIA OCUPACIONAL NOS CONTEXTOS ESCOLARES

A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	1,5	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	

7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	1	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5
2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	1,5	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	
7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
	TOTAL		10
TERAPIA OCUPACIONAL EM CONTEXTOS HOSPITALARES			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	2	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	
7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	0,5	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5
2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	2	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	

7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
	TOTAL		10
TERAPIA OCUPACIONAL NOS CONTEXTOS SOCIAIS			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	1,5	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	
7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	1	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5
2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	1,5	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	
7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
	TOTAL		10
TERAPIA OCUPACIONAL EM GERONTOLOGIA			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	1,5	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	
7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	1	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5

2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	1,5	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	
7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
	TOTAL		10
TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	1,5	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	
7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	1	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5
2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	1,5	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	
7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
	TOTAL		10

TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL

TERAPIA OCUPACIONAL EM SAÚDE MENTAL			
A	FORMAÇÃO DO ESPECIALISTA / TÍTULOS ACADÊMICOS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Livre-Docência / Doutorado/Mestrado	1,5	3,5
2	Programa de residência na área requerida (carga horária mínima de 5760 horas).	1,5	
3	Programa de residência em área afim (carga horária mínima de 5760 horas).	1	
4	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área requerida, com carga horária mínima de 360 horas	1,25	
5	Especialização <i>Lato Sensu</i> na área afim, com carga horária mínima de 360 horas	0,75	
6	Aprimoramento profissional na área requerida (mínimo 800h)	1	
7	Aperfeiçoamento na área requerida (mínimo 120h)	1	
8	Cursos de extensão universitária ou educação continuada na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
9	Cursos de Atualização profissional na área requerida (mínimo 60 h)	0,25	
B	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Atuação profissional, na área requerida (por mais de 3 anos completos de serviço).	2	3,5
2	Atuação profissional, na área requerida (menos de 3 anos).	1,5	
3	Atuação profissional, em área afim (mínimo 3 anos).	1	
4	Atuação, como docente em disciplina de graduação ou supervisão de estágio de graduação (por, no mínimo, 2 anos) ou atividade de extensão (de no mínimo, 120h)	1,5	
5	Atuação, como docente, em disciplina de pós-graduação na área requerida ou preceptoria de residência, Especialização ou Aprimoramento na área requerida (por, no mínimo, 2 anos)	1,5	
C	PRODUÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA/ CERTIFICAÇÕES INTELLECTUAIS	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Publicação de livro nacional /internacional da área requerida (autor, organizador)	1,5	3
2	Publicação de livro nacional /internacional da área afim (autor, organizador)	1	
3	Publicação de capítulo de livro nacional da área requerida	1,5	
4	Publicação de capítulo de livro nacional da área afim	0,5	
5	Publicação de artigo completo em periódico nacional ou internacional indexado da área requerida	1,5	
6	Publicação de artigo completo em periódico nacional indexado da área afim	0,5	
7	Publicação de trabalho completo ou resumo expandido em anais de evento científico nacional ou internacional da área requerida	0,5	
8	Publicação de material didático, apostila, catálogo ou outro material de divulgação científica, tecnológica ou cultural na área requerida	0,25	
TOTAL			10

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
(DECLARAÇÃO DO PACIENTE)**

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE (nome completo, R.G., CPF e endereço), certifica, para os fins de contagem de experiência profissional, conforme estabelece a Associação (conforme especialidade), que o(a) senhor(a) NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A), fisioterapeuta registrado(a) sob nº _____-F/CREFITO__ e CPF nº _____ exerceu (ou exerce) as atividades abaixo especificadas nesta cidade/endereço, no período de: ____/____/____ a ____/____/____ (ou até o presente momento).

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta certidão são a expressão da verdade.

Cidade-UF, ____ / _____ / ____.

Assinatura
Nome e RG do Paciente

Assinatura e carimbo
Nome do Fisioterapeuta Candidato

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO OU EMPRESA (seguido de razão social, CNPJ, endereço, registro perante o CREFITO da região) ou IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL (nome completo, R.G., CPF, endereço, Carteira de identidade profissional do CREFITO, CRM, ou outro Conselho de Classe), certifica, para os fins de contagem de experiência profissional, conforme estabelece a Associação (inserir especialidade)), que o(a) senhor(a) NOME COMPLETO DO(A) CANDIDATO(A), fisioterapeuta registrado(a) sob nº _____-F/CREFITO__ e CPF nº _____ exerceu (ou exerce) as atividades abaixo especificadas nesta cidade/instituição/empresa/consultório, no período de: ___/___/___ a ___/___/___ (ou até o presente momento).
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, sejam elas assistência, gestão, docência, pesquisa, extensão:

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta certidão são a expressão da verdade.

Cidade-UF, ___ / _____ / ____.

Assinatura e carimbo
Nome do Responsável pela Declaração

Assinatura e carimbo
Nome do Fisioterapeuta Candidato

OBS: A assinatura do responsável pela declaração de:

- Órgãos públicos: Assinatura e carimbo do responsável pelas informações.
- Empresas privadas: Assinatura do responsável pelas informações.

Outros profissionais: Assinatura e carimbo com registro no respectivo Conselho de Classe.

- Fisioterapeuta autônomo: Anexar a declaração do paciente modelo sugerido no edital ou a declaração do Crefito com informação sobre o registro de funcionamento do consultório de fisioterapia.